

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFSCAR -
SOROCABA – PPGGEO.
LINHA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, EDUCAÇÃO E CULTURA

Fernando Freitas de Almeida

**AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NO LOTE MÃE TERRA
DO ASSENTAMENTO HORTO BELA VISTA DE IPERÓ (SP).**



Sorocaba
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFSCAR -
SOROCABA – PPGGEO.
LINHA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, EDUCAÇÃO E CULTURA

Fernando Freitas de Almeida

**AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA DO LOTE MÃE TERRA
NO ASSENTAMENTO HORTO BELA VISTA DE IPERÓ (SP).**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia UFSCAR – Sorocaba -
PPGGEO, para obtenção do título de
Mestre em Geografia

Orientação: Prof^a. Dr^a. Neusa de
Fátima Mariano.

Sorocaba
2019

Freitas de Almeida, Fernando

AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NO LOTE MÃE TERRA DO
ASSENTAMENTO HORTO BELA VISTA DE IPERÓ (SP). / Fernando Freitas de
Almeida. -- 2019.

147 f. : 30 cm.

Dissertação -Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba

Orientadora: Neusa de Fátima Mariano.

Banca examinadora: Rosalina Burgos, Carlos Alberto Feliciano

Bibliografia

1. Resistência Camponesa. 2. Assentamento Rural. 3. Geografia Agrária.

I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria
Geral de Informática (SIn). DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A) Bibliotecário(a)

Responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano – CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Fernando Freitas de Almeida, realizada em 30/10/2019.

Profa. Dra. Neusa de Fatima Mariano
UFSCar

Profa. Dra. Rita de Cássia Lana
UFSCar

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano
UNESP/UNICAMP/PUC-SP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Carlos Alberto Feliciano e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Neusa de Fatima Mariano

DEDICATÓRIA

*A minha mãe Jesilda, meu pai Idalino, minha irmã e irmão,
Fernanda e Ricardo , meu sobrinho Raul e aos assentados do
Horto Bela Vista.*

AGRADECIMENTO

A presente dissertação de mestrado não poderia ter sido realizada sem os diálogos realizados com minha orientadora Professora Doutora Neusa de Fátima Mariano e as diversas possibilidades despertadas nestes momentos, também agradeço a paciência com minha teimosia.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas da primeira turma do Mestrado em Geografia, especialmente a Renata Nunes, Vinícius Felipe da Costa, Clovis Hiran Fuentes Mauá Filho, Michael Cristoffer da Silva, Paulo Lopes Rodrigues e Joe Andrew Mateus Santos cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos e aos professores que contribuíram neste caminho.

Aos alunos e alunas, professores e professoras da Escola Estadual Lauro Sanchez, sobretudo do período da manhã, que acompanharam de perto essa trajetória desde os primeiros dias.

À Maria Rodrigues, William Silva e Francisco, camponeses, que sem eles esta pesquisa não seria possível, pois me hospedaram e abriram a porteira do Lote Mãe Terra.

Aos assentados do Horto Bela Vista pelos diálogos e acolhimentos que possibilitaram as reflexões aqui presentes.

Agradeço também à família de Amanda Lino e Carlos Augusto pela relação amizade, diálogos pela madrugada e caronas para o Assentamento.

À professora Rosalina Burgos e ao professor Carlos Alberto Feliciano que disponibilizaram seu tempo para leitura na qualificação e defesa.

Aos amigos e amigas da geografia brasileira pelos seus sotaques audíveis presentes nesta jornada.

Aos amigos, Bruno Lottelli e Carlos Rufini, com quem divido casa e conversas pelas madrugadas e a todos que frequentam minha casa.

Àqueles que não foram citados por serem muitos, mas disponibilizaram parte do seu tempo para escuta atenta sobre minha pesquisa.

E, especialmente, à minha família que me possibilitou estrutura material e imaterial para realização desta dissertação.

*Eu era alegre como um rio
Um bicho, um bando de pardais
Como um galo, quando havia
Quando havia galos, noites e quintais
Mas veio o tempo negro e, à força, fez comigo
O mal que a força sempre faz
Não sou feliz, mas não sou mudo
Hoje eu canto muito mais
(Belchior)*

RESUMO

ALMEIDA, Fernando Freitas de. As estratégias de resistência camponesa do lote Mãe Terra no assentamento Horto Bela Vista de Iperó (SP). 2019. 147 f. Dissertação (Mestre em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, Sorocaba, 2019.

A presente pesquisa buscou compreender dentro do assentamento Bela Vista as diversas estratégias de resistência camponesa, sobretudo, referenciando o lote Mãe Terra como *Território de Resistência*. Estas foram vistas para além dos aspectos econômicos, elencando assim, os culturais, educacionais costumes, políticos e aqueles presentes na ordem moral camponesa. Para tal buscou-se fazer a revisão bibliográfica do sentido da política reforma agrária em diversos territórios, para compreender assim qual seria sentido da política agrária brasileira, possibilitando o entendimento da *Contra Reforma Agrária* presente no Brasil. Faz necessário abranger também a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas origens, pois somente assim foi possível a conquista do assentamento, com a luta do campesinato. Para o entendimento da resistência camponesa no assentamento Bela Vista e no lote Mãe Terra lançou-se mão da técnica de gravador e registro de relatos orais, onde a partir de um roteiro previamente elaborado, revelou o perfil da família assentada, sua origem, a sua visão política e como elas se entendem e se organizam dentro deste processo de luta pela reforma agrária; também fez-se necessário elencar elementos da resistência camponesa, tema central dentro da pesquisa. A pesquisa tem o lote Mãe Terra como território de esperança, que a partir da ocupação de terra, tem na resistência, no modo de vida, nas relações de solidariedade e no respeito do meio ambiente formas de garantia de sua reprodução como camponeses.

Palavras-chave: Resistência Camponesa. Assentamento Rural. Território.

RESUMEN

La presente investigación trató de entender dentro del Asentamiento *Bela Vista* las diversas estrategias de resistencia campesina, sobre todo, haciendo referencia al lote *Mãe Terra* como un *Territorio de Resistencia*. Estas estrategias se vieron más allá de los aspectos económicos, lo que suscita las costumbres culturales, educativas, los políticos y los presentes en la orden moral campesina. Con este fin, tratamos de hacer una revisión bibliográfica del sentido de la política de reforma agraria en varios territorios, para entender lo que sería el sentido de la política agraria brasileña, permitiendo la comprensión de la *Contrarreforma Agraria* presente en Brasil. También es necesario comprender la territorialización del movimiento de los trabajadores rurales sin tierra (MST) y sus orígenes, ya que sólo era posible conquistar el asentamiento, con la lucha de Campesinado. Para la comprensión de la resistencia campesina en el asentamiento de *Bela Vista* y el lote *Mãe Terra* como un territorio de *esperanza*, se puso en marcha la técnica de grabación y registro de relatos orales, donde de un guión previamente elaborado, reveló el perfil de la familia asentada, su origen, su visión política y cómo entienden y organizan dentro de este proceso de lucha por la reforma agraria, también era necesario emitir elementos de resistencia campesina, un tema central dentro de la investigación. La investigación tiene el lote *Mãe Terra* como territorio de *esperanza*, que desde la ocupación de la tierra, tiene en la resistencia, en el modo de vida, en las relaciones de solidaridad y en el respeto del medio ambiente formas de garantizar su reproducción como campesinos.

Palabras clave: Resistencia Campesina. Asentamiento Rural. Territorio.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 Saída fotográfica no centro de Sorocaba com Douglas Mansur.	23
Foto 2 Comercialização de alimentos orgânicos na III Feira Nacional da Reforma Agrária no Parque da Água Branca em São Paulo - SP.....	109
Foto 3 Caminhão responsável pela distribuição do CSA no assentamento Bela Vista	110
Foto 4 Visita ao Plantio na recepção do Lote Mãe Terra aos alunos da geografia UFSCar.	121
Foto 5 Estufa de mudas orgânicas.....	122
Foto 6 Produção de semente crioula de milhos.	123
Foto 7 Embalagem de muda feita com jornal reciclado.....	125
Foto 8 Neto e avô andando pelo roçado	127
Foto 9 Almoço Caipira no lote Mãe Terra no assentamento Bela Vista	129
Foto 10 Almoço Caipira no lote Mãe Terra assentamento Bela Vista	130
Foto 11 Abril Vermelho NAAC.....	132
Foto 12 William guiando o trator de uso coletivo do assentamento	133
Foto 13 Maria camponesa observando o lote	135
Foto 14 Lousa organizada para receber o almoço do CSA Coração no lote Mãe Terra.....	137

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Localização do Assentamento Bela Vista do Município de Iperó/SP ..	21
Mapa 2 Proximidade do centro urbano de Iperó com o Assentamento Bela Vista	96
Mapa 3 Assentamento Bela Vista e a proximidade com o centro urbano de Iperó	102
Mapa 4 Lote Mãe Terra e sua Localização	118
Mapa 5 Lote Mãe Terra e sua Organização	119
Mapa 6 Sítio Mãe Terra no Assentamento Bela Vista	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Trabalhos de campo realizados no Assentamento Bela Vista e No lote Mãe Terra no Município de Iperó/SP (2011-2019)	22
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 METAS II PNRA - 2003/2006.....	58
Figura 2 A exclusão que gera resistência	71
Figura 3 Tipos de Cesta CSA.....	104
Figura 4 Relação da comercialização do CSA com os camponeses	105
Figura 5 Lógica por demanda de mercadorias das Instituições	107
Figura 6 Balanço econômico do Instituto Chão. Janeiro/2019	108
Figura 7 Circuito Curto e o circuito longo.	111
Figura 8 Tipologia dos Circuitos alimentares de proximidade	112

LISTA DE SIGLAS

ABC – Região de Santo André, São Bernardo e São Caetano

APROBIO -

CEBs – Comunidade Eclesiais de Base

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CSA – Comunidade Sustenta Agricultor

CUT- Central Única dos Trabalhadores

ERECEO – Encontro Regional de Geografia

EUA – Estados Unidos da América.

FEPASA - Ferrovia Paulista S/A

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GT – Grupo de Trabalho

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

ITR - Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MP – Medida Provisória

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NAAC – Núcleo de Agroecologia Apete Caapuã

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PANC's - Plantas Alimentícias Não Convencionais

PJ - Pastoral da Juventude

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SAPPP - Sociedade agrícola de Plantadores e Pecuária de Pernambuco

SPG - Sistema Participativo de Garantias

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UBPC - Unidades Básicas de Produção Cooperativa

UDR - União Democrática Ruralista

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos.

UNESP – Universidade Estadual Paulista

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A CONTRA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	25
1.1. RÚSSIA E REFORMA AGRÁRIA	36
1.2. CUBA E REFORMA AGRÁRIA	38
1.3. MÉXICO E REFORMA AGRÁRIA.....	40
1.4. E.U.A E A REFORMA AGRÁRIA	42
1.5. BRASIL E O SENTIDO DA CONTRA REFORMA AGRÁRIA.	43
1.5.1. AS POLÍTICAS AGRÁRIAS DOS ANOS 1945 ATÉ 1964	46
1.5.2. POLÍTICAS AGRÁRIAS DURANTE A DITADURA MILITAR	50
1.5.3. POLÍTICAS PÓS 1985	53
2. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E SUAS ORIGENS	69
2.1. MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES E AS ORIGENS DO MST	72
2.2. TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)	76
3. RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO BELA VISTA E O LOTE MÃE TERRA COMO TERRITÓRIO DE ESPERANÇA	94
3.1. LOTE MÃE TERRA COMO TERRITÓRIO DE ESPERANÇA.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
BIBLIOGRAFIA	140
APENDICE	145

INTRODUÇÃO

A pesquisa faz-se fundamental a partir da necessidade de compreender a questão agrária brasileira, pois a mesma tem sido foco de debate no interior do estudo geográfico, sobretudo devido à contradição expressa na concentração fundiária nas mãos de poucos, que leva-nos à reflexão sobre a pouca terra nas mãos de muitos, ou seja, falta terra para a classe camponesa se reproduzir.

Esta ínfima política de assentamento, mesmo que não tendo modificado estruturalmente a economia brasileira, criou diversos assentamentos fragmentados fisicamente, porém muitas vezes coerentes quando se refere à luta camponesa.

Neste sentido contraditoriamente e como resultado das reivindicações dos movimentos sociais organizados no campo, uma insuficiente política de assentamento realizou-se sobretudo após ocupações dos movimentos sociais organizados, na forma de concessão de uso da terra na condição de assentamentos rurais.

Neste momento o Estado cumpriu funções contraditórias: se por um lado ele garantiu, mesmo que precariamente, o acesso à terra, através da implantação de assentamentos, como o estudo vai se referir, por outro lado, ele aprofundou o direito à propriedade privada, aumentando a desigualdade fundiária no Brasil.

Feliciano (2009) defende a tese sobre o quanto no Brasil o direito à propriedade privada está enraizado, e tem como principal mecanismo de garantia desta propriedade, o próprio Estado. Este, não só garante o direito à propriedade como, a partir de suas políticas, mantém a burguesia como classe dominante, defendendo seus próprios interesses. Ainda em seu trabalho Feliciano fala sobre o que mais incomoda às oligarquias rurais: o questionamento dos camponeses com relação à propriedade privada e à consequente concentração fundiária.

A ação incômoda criada pelos camponeses, e a todo custo rejeitado pelas oligarquias rurais e suportada pelo Estado, não está na busca pelo direito ao trabalho livre e coletividade, mas sim no que está subjacente à sua necessidade de concretização: o questionamento do direito à propriedade privada da terra. (FELICIANO, 2009, p. 29-30)

Dentro desta perspectiva apresentada, grande parte das políticas públicas voltadas para o setor agrário e as ações tomadas pelo Governo para este fim, vai ao encontro dos interesses da burguesia, na figura dos latifundiários, que se confundem muitas vezes com os capitalistas urbanos, em que estes, por sua vez, só acumulam mais terras e capital, aprofundando as desigualdades sociais em todo território nacional.

Enquanto para os camponeses sobram as repressões, principalmente em momentos de conflitos de classe, nas ocupações e nas manifestações, o Estado serve de suporte para as injustiças cometidas no campo. Assim justifica, através de diversos mecanismos, a manutenção de uma realidade totalmente excludente.

A política de Reforma Agrária que tinha como intuito diminuir a má distribuição de terra no Brasil mostra-se ineficaz, e por hora inexistente, pois, o que podemos observar é uma maior concentração de latifúndios na mão de poucas empresas, e os poucos avanços que ocorreram, principalmente após a redemocratização do Brasil, tem sido realizados através de diversos conflitos, e muitas perdas, conforme pontua Feliciano (2009).

Neste sentido, compreende-se a necessidade de estudar os assentamentos, importantes territórios camponeses, especialmente dentro da ótica da resistência camponesa, em momentos no qual esta classe tem sofrido diversos ataques. E dentro de assentamento olhar para a escala do lote, onde o cotidiano do camponês se realiza e materializa na sua reprodução e estilo de vida.

A pesquisa proposta para dissertação inicialmente referia-se “Reforma Agrária: um Estudo sobre os assentamentos da região Metropolitana de Sorocaba”, entretanto em diálogo com a orientação e dentro da dinâmica da disciplina de “Seminários de Pós-graduação”, o recorte espacial modifica-se, possibilitado também a partir da aula de Raul Reis Amorim, professor convidado do Programa e posteriormente, sobretudo na Qualificação é possibilitado o recorte atual. Desta forma, tem-se como foco atual o estudo do assentamento Horto Bela Vista e o lote Mãe Terra no Município de Iperó, a partir de um questionamento: É possível pensar no Assentamento Bela Vista do município de Iperó como território no qual as estratégias de resistência camponesa perduram frente a Contra Reforma Agrária no Brasil? Diante das estratégias de resistência

pode-se pensar no lote Mãe Terra dentro do Assentamento Bela Vista como Território de Esperança?

Para tal buscou dentro da dissertação desenvolver três capítulos¹, sendo: 1- A Contra Reforma Agrária no Brasil; 2 - A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas origens; 3 - Resistência camponesa no assentamento Bela Vista e o lote Mãe Terra como território de esperança.

O primeiro capítulo consiste em uma revisão bibliográfica com intuito de compreender a Contra Reforma Agrária no Brasil, sendo que contextualiza-se o que refere-se a uma reforma agrária e o que não compreende-se como tal em diversos territórios do mundo e tem-se uma análise mais específica do caso brasileiro, no qual pretende-se responder através de uma perspectiva histórica.

Os países foram escolhidos para a análise da reforma agrária devido sua diversidade de regimes políticos, sistemas econômicos, diversidades territoriais, sendo assim países com escalas diferentes e sobretudo que tiveram grandes impactos com a reforma agrária. São eles E.U.A, Cuba, México e Rússia, quando ainda pertencia à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

A análise da Contra Reforma Agrária Brasileira fez-se necessária para compreender que as políticas de assentamentos não tiveram um grande impacto estrutural no território.

O segundo capítulo analisa a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e como os movimentos que antecederam suas origens influenciaram na sua gênese. Para tal fez-se um breve resgate dos movimentos messiânicos, de Canudos e Contestado; e apresentou a Liga Camponesa como primeiro movimento socioespacial de escala nacional, para então falar da territorialização do MST. Analisou-se também a forma como o MST entende a luta pela reforma agrária na atualidade, analisando a Cartilha do Programa Agrário do MST de 2013, referente ao último congresso realizado pelo MST.

O terceiro e último capítulo buscou dentro das políticas de assentamentos brasileiras, abarcar o assentamento Bela Vista no Município de Iperó, compreendendo o desenvolvimento contraditório deste assentamento dentro do

¹ Tendo junto aos títulos fotografias tiradas em campo com aplicação de filtros do software Varnist.

capitalismo e no momento histórico do mesmo; e trazer o entendimento do lote Mãe Terra como *território de esperança*².

Desta maneira foi utilizado, sobretudo a abordagem de Oliveira (2007), na qual o mesmo, apresentou três grandes correntes sendo, o fim do campesinato e a modernização dos latifúndios, a permanência das relações feudais e a criação e recriação do campesinato e do latifúndio, sendo esta última corrente que guiara a realidade estudada.

O campesinato é aqui entendido como classe social dentro do capitalismo, sendo assim, ele é produto das desigualdades sociais criadas pelo capitalismo, e que tenta, através de uma outra lógica que não é a do mercado, sobreviver em meio à imposição da economia capitalista.

[...] o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento. (BOMBARDI, 2004, p. 53).

Neste sentido, o campesinato se reproduz de forma contraditória, pois ao mesmo tempo em que alimenta o mercado de alimentos com a sua produção, é este mesmo mercado que tende a destruí-lo – vide a monocultura, por exemplo – que lhe dá condições de se manter.

Assim, veremos a seguir algumas características do campesinato, com o objetivo de evidenciar as relações sociais que não têm por base a lógica do mercado.

Uma delas é o trabalho familiar que, diferindo da produção capitalista, não se baseia em salários (MARTINS, 1979). Assim, não se pode falar em lucro a partir da mais-valia no interior das relações de produção do campesinato. Além disto, o camponês, diferentemente do proletário, detém os seus meios de produção, e domina as relações de produção, podendo assim, respeitar seu próprio tempo que não é o do capital. Uma vez detentor do seu tempo (tempo cíclico), dos meios de produção, e com base no trabalho familiar, torna-se inexistente a relação entre explorador e explorado, característica inerente ao capitalismo.

² O conceito de Território da Esperança foi proposto por Moreira e Targino (2007).

Outra característica importante é a própria expressão de luta de classe que existe no Brasil, principalmente por se tratar de um país de grandes extensões e que depende significativamente da agricultura. No campo, esta luta de classe tem como principais agentes o movimento camponês de um lado, e os latifundiários de outro. Estes últimos, geralmente correspondem à classe dos proprietários de terras e dos donos de capital (OLIVEIRA, 1987). São os capitalistas da cidade, que encontram no campo uma forma de produzir e acumular mais capital, sobretudo na agroindústria.

Outra importante questão, para entender o campesinato, diz respeito à ordem moral camponesa (BOMBARDI, 2003). Na ordem moral camponesa segue-se uma concepção diferente da colocada pelo mercado (principalmente na cidade), pois nela o camponês não é entendido isoladamente, mas sim em constante relação com os demais. Podemos entender que na ordem moral camponesa existe uma cooperação de todos, não somente nas relações não-capitalistas de produção, mas sim nas diversas relações sociais do dia-dia.

A ordem moral está associada a uma sociedade em que os indivíduos não são concebidos separadamente, em que fazem parte de um todo e, este, igualmente, também não é concebido como a soma de cada indivíduo, mas, ao contrário, pela relação que se estabelece entre todos os membros que o formam. (BOMBARDI, 2003, p. 112).

Portanto, não se pode entender os camponeses como capitalistas, pois eles não obedecem a esta lógica, mas estão sujeitos a ela, uma vez que o campesinato é encarado como uma classe social no interior do sistema capitalista e não alienado a ele. Além disso, mesmo lutando constantemente pela sua sobrevivência, com princípios distintos daqueles do capital, na verdade os camponeses são cada vez mais inseridos no modo de produção vigente contraditoriamente.

Um conceito fundamental na pesquisa é o de campesinidade; Woortmann (1990) trabalha com este conceito relacionando diretamente a ordem moral, podendo assim atribuir diversos níveis de campesinidade em cada contexto, que pode estar presente em menor ou maior grau em distintos grupos.

Para tal o autor não buscou ver o camponês como “pequeno produtor”, mas sim através da sua moralidade, ou seja, conforme colocado por ele o valor-

de-uso, ganha a conotação do uso enquanto valor, e a terra expressa além do objeto de trabalho e sim como expressão da moralidade.

Neste sentido, a terra não é vista em sua externalidade, mas como elemento fundamental na reprodução desta ordem moral, não vista apenas como valor de troca ou renda, mas como condição fundamental da expressão da campesinidade.

Dentro desta perspectiva a comercialização para o mercado ou até a proletarização sazonal, não refere-se a uma baixa campesinidade, mas sim como um forma onde o camponês encontrou de manter seu lote, garantir a reprodução do mesmo e de sua família.

Desta forma a necessidade de inserir eventualmente na lógica econômica moderna, pode estar relacionada à necessidade de manter a relação tradicional, chegando assim novamente a campesinidade, conforme colocado por Woortmann (1990, p.19) "...onde os tempos modernos são usados para estabelecer o tradicional. Transita-se pela ordem econômica para realizar, como fim, a ordem moral e, com ela, a campesinidade".

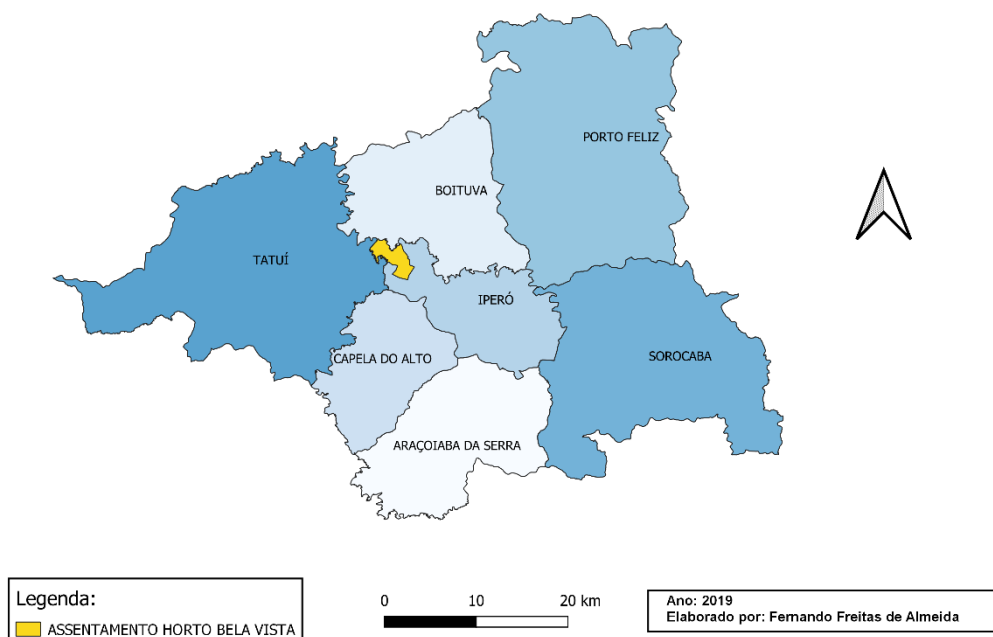
É fundamental pensar também que a tradição aparece como resistência, mas também como uma forma de sobreviver em frente ao desenvolvimento mais geral de empobrecimento e proletarização dentro do desenvolvimento contraditório do capitalismo, conforme colocado por Woortmann:

Inversamente, o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro. (WOORTMANN,1990, p. 17)

A partir do entendimento, do campesinato enquanto classe, da resistência camponesa, que o estudo do lote Mãe Terra no Assentamento Bela Vista torna-se fundamental, pois insere nesta lógica de resistência as relações tipicamente capitalistas.

O assentamento Bela Vista é localizado no município de Iperó, pequeno município da região Metropolitana de Sorocaba e possui segundo o último censo do IBGE 28.300 pessoas em uma área de 170,9 km².

Mapa 1 : Localização do Assentamento Bela Vista do Município de Iperó/SP



Diante destes contextos e do método apresentado, a pesquisa justifica-se sobretudo, a partir de contatos anteriores com o assentamento, em trabalhos de campos feitos anteriormente, durante minha graduação em geografia: ida ao lote Mãe Terra em trabalhos voluntários de agroecologia dentro do assentamento e contato com os assentados e assentadas através de eventos acadêmicos e manifestações políticas. O contato do pesquisador com diversos assentamentos do MST, dá-se desde adolescência quando fazia parte do movimento estudantil, PJ (Pastoral da Juventude) e das CEBs (Comunidade Eclesiais de Base) de Jandira/SP.

Outro fator importante nesta escolha foi o desenvolvimento do capítulo de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) do pesquisador, no qual buscou-se fazer um apanhado histórico da política de reforma agrária no período pós redemocratização no Brasil, onde constatamos que não houve uma política de reforma agrária no país, ou seja, aprofundando ainda mais os números de famílias sem-terra e sobretudo as desigualdades do acesso à terra.

Para realizar tal pesquisa apropriou-se como metodologias fundamentais ao trabalho, o campo, que tem uma relevante importância, também o registro

oral dos camponeses, pois traz muitas vezes a história na qual nem sempre é ouvida pela sociedade civil.

Os trabalhos de campos tiveram um papel central na realização da pesquisa, pois ocorreram de maneiras diversas, em tempos históricos da pesquisa distintos, sobretudo pela efervescência do momento político atual. Neste sentido, os campos tomaram um outro sentido, pois desvendaram os impactos do nosso tempo histórico, com fatos tais como o golpe parlamentar, a eleição do governo Bolsonaro, eleição do governo do João Dória no Estado de São Paulo, a prisão do Ex-presidente Lula e o desmonte de estruturas estatais responsáveis por viabilizar uma efetiva reforma agrária.

Cabe ressaltar que os campos anteriores ao início da pesquisa, também contribuíram nesta construção e foram fundamentais no despertar da vontade de pesquisar o tema proposto, porém foram os campos realizados durante a pesquisa que trouxeram elementos para pensar na resistência camponesa no município de Iperó/SP, conforme registra tabela a seguir:

Tabela 1 Trabalhos de campo realizados no Assentamento Bela Vista e No lote Mãe Terra no Município de Iperó/SP (2011-2019)

Data	Campo
Maio/2011	Campo na disciplina de Geografia Agrária no Assentamento Bela Vista com a Profª Drª Neusa de Fátima Mariano
Junho/2013	Coordenação ainda durante a Graduação em Geografia o campo do EREGEO-SE (Encontro Regional de Estudante de Geografia - Sudeste) nos Assentamentos Bela Vista.
Novembro/2018	Trabalho de Campo de 6 dias no Assentamento Bela Vista e no lote Mãe Terra com vivência e entrevistas
Dezembro/2018	Almoço com produtos Agroecológico e articulação da cooperativa APROBIO (Associação José Guilherme Stecca Duarte dos Produtores Agroecológicos e Biodinâmicos da Reforma Agrária da Região Sorocabana)
Março/2019	Almoço com produtos Agroecológico organizado pelo CSA (Comunidade Sustentável Agricultor) no lote Mãe Terra
Junho/2019	Monitoria no Campo da disciplina de Geografia Agrária no Assentamento Bela Vista com a Profª Drª Neusa de Fátima Mariano

O trabalho de campo realizado na disciplina de Seminários de Pós Graduação sob a orientação dos professores Prof^a Dr^a Neusa de Fátima Mariano e Prof^o Dr. Emerson Martins Arruda possibilitou novas reflexões sobre a pesquisa, abrindo assim novas possibilidades de desenvolvimento teórico a respeito da temática. O trabalho de campo este que foi possível pensar em sua metodologia sobretudo a partir da saída fotográfica com Douglas Mansur, fotógrafo que registra o MST há décadas. Ele enfatizou a foto enquanto documento de um dado tempo histórico, mostrou a necessidade de usar a foto não apenas como alegoria, mas como parte de todo o processo de construção da realidade. Toda essa reflexão foi possibilitada em uma saída de campo no centro histórico de Sorocaba e no complexo ferroviário da mesma cidade, conforme registro:

Foto 1 Saída fotográfica no centro de Sorocaba com Douglas Mansur.

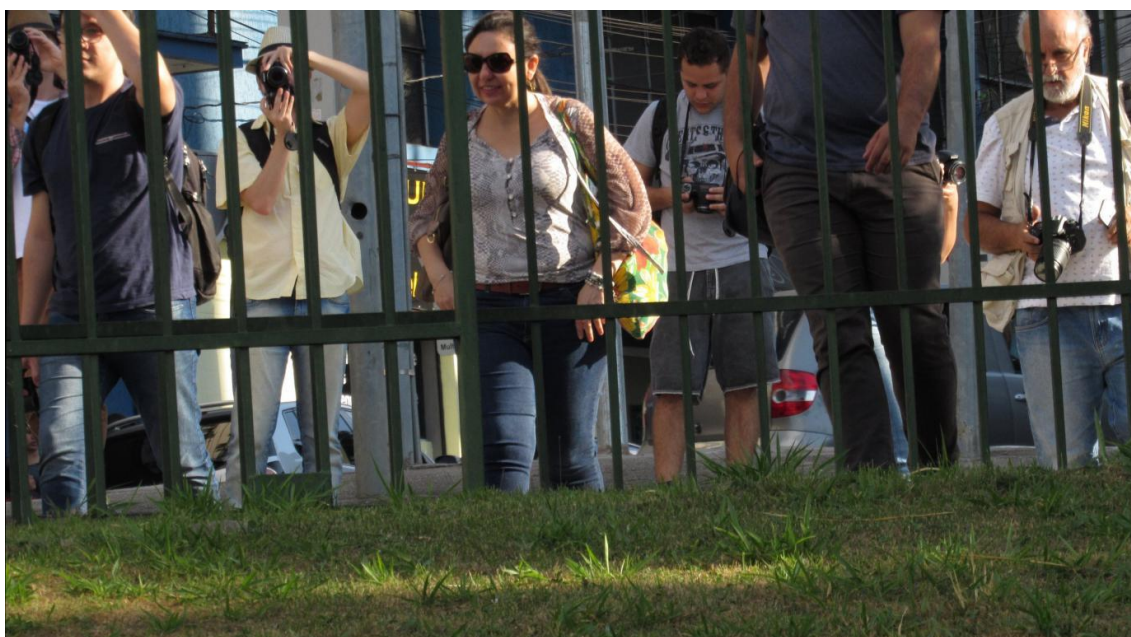


Foto: Fernando Freitas de Almeida (2018)

Expedição Fotográfica, atividade da disciplina da Pós Graduação em Geografia Seminário de Pós Graduação. É possível visualizar os alunos e professores do Programa de Pós envolvidos com o exercício do olhar fotográfico, tendo a orientação de Douglas Mansur, que está do lado direito da foto.

Por fim o trabalho de campo de maior centralidade nesta pesquisa, diz respeito à vivência que durou 6 dias, de 15 a 20 novembro de 2018, no qual foi

possível acompanhar as rotinas dos assentados no lote Mãe Terra, tomando como metodologia a entrevista de gravador, a fotografia e o registro em caderno de campo.

A realização de entrevistas possibilitou um diálogo com os sujeitos atuantes – os assentados - resultando em um registro documental (registro da informação viva), que revelou o perfil das famílias assentadas, sua origem, a sua visão política e como elas se entendem dentro deste processo de luta pela reforma agrária, também trouxe elementos para reflexão da resistência. Neste sentido, lançou-se mão da técnica de gravador e registro de relatos orais, em que o pesquisador, a partir de um roteiro previamente elaborado, conduz o diálogo (QUEIROZ, 1983).

Na pesquisa selecionamos para entrevista, William Silva, Maria Rodrigues assentados do lote Mãe Terra, dois jovens assentados, Vanildo e Thiago, assentados em seus respectivos lotes e a Cleide assentada junto com seu marido Marinalvo, que autorizaram manter seus nomes nos relatos orais.

A linguagem visual é importante como registro e como documento, por isso, além dos relatos orais, foram feitas as fotografias aparecendo como instrumento que faz parte da pesquisa e sendo assim auxiliam na análise da realidade contribuindo para o debate acerca da problemática posta e além da produção de mapas das áreas estudadas.

Esta dissertação buscou estabelecer um diálogo possível sobre o assentamento Bela Vista de Iperó (SP) como territorialização da resistência camponesa e o lote Mãe Terra como *Território de Esperança*.

1. A CONTRA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL



Fernando Freitas de Almeida (2019)

O capítulo busca trazer as diversas visões sobre a questão agrária no que se refere ao tema, reforma agrária, para tal inicialmente pretende-se fazer um resgate das reformas agrárias que ocorreram de forma estrutural em territórios diversos, trazendo assim o sentido destas e os seus desdobramentos, e posteriormente evidenciar o debate de Contra Reforma Agrária no Brasil.

Faz-se fundamental entender a reforma agrária e a questão fundiária, a partir do contexto da mesma, pois sabemos que o desenvolvimento capitalista se dá de maneira desigual em cada território e há também outros modelos socioeconômicos não capitalistas que fizeram reforma agrária, mas faz necessário também compreender os territórios que não a fizeram.

O território é central nesta análise, tema discutido por Raffestin (1993) que entende o mesmo como resultado das relações de poder entre indivíduos, grupos de indivíduos e instituições.

Bombardi (2004) aponta para necessidade de entender o território, sobretudo sob o viés do modo de produção e suas interações, pois este tem fundamental papel na ação da sociedade.

Neste entendimento pode-se afirmar que o sentido da reforma agrária muda conforme o modo de produção e suas interações em cada país, podendo ter diferentes formas de realizar-se conforme a correlação política e o desenvolvimento agrário.

Neste sentido há uma complexidade em compreender a questão agrária brasileira, devido sobretudo seu grande território, as diversas visões sobre a temática reforma agrária e o conjunto de ideologias que compõem este pensamento.

Entender os estudos da reforma agrária brasileira passa por entender que há tendências diferentes sobre o tema, tendo como central neste debate 3 visões; a primeira trata a reforma agrária como tema superado, a segunda que a reforma agrária vem ocorrendo a partir das lutas dos movimentos sociais e a terceira é que não houve reforma agrária no Brasil, tal como sistematizado por Fernandes:

A los interesados en los estudios de la reforma agraria brasileña recordamos que hay tres tendencias: una que entiende que el Brasil no hizo reforma agraria, otra que comprende que la reforma agraria está ocurriendo y otra que defiende que el Brasil ya no necesita reforma agraria. (FERNANDES, 2018, p. 15)

Primeiramente a linha teórica que a ser analisada é a que entende a reforma agrária como tema superado, normalmente este debate parte de uma visão conservadora, mas há também visões que compreendem a reforma agrária como tema secundário na sociedade brasileira.

Para tal a perspectiva teórica de Navarro (2001) expressa esta linha de pensamento. Como ponto central, a autora entende que só há necessidade de reforma agrária em lugares de extrema pobreza e aponta o Nordeste como única região em que seria possível uma reforma agrária, “Mas, seria a reforma agrária, ainda que pontualmente, o foco para as demais regiões? Provavelmente não.” (NAVARRO, 2001, p. 92)

Quando a autora analisa a região sul, aponta que para esta região a reforma agrária perdeu o sentido histórico, pois há a racionalidade de *farmes*, encontra-se presente na mentalidade da população desta região, sobretudo, entre os mais jovens, tal como aponta o texto.

Nesta região, uma política de reforma agrária (se o objetivo é o desenvolvimento rural, ressalte-se) perdeu inteiramente o seu significado histórico e, atualmente, seria muito mais demandada uma política de crédito fundiário associada ao financiamento de instalação de atividades produtivas para as famílias mais jovens recém-constituídas. (NAVARRO, 2001, p. 93)

Cabe analisar que no período do texto, foi o período de grande efervescência de ocupações na região sul, demonstrando que a mentalidade de *farmes* não estava em grande parte dos camponeses sem terra.

A autora afirma que a reforma agrária só serviria para garantir ocupações rurais no nordeste, mas em casos pontuais, ou seja, segundo a teoria no nordeste há uma ocupação rarefeita, e sendo assim a reforma agrária poderia ocupar estas terras:

Reforma agrária, atualmente, apenas responde à oportunidade de aumentar o estoque de ocupações rurais, o que é crucial apenas em regiões determinadas, particularmente no Nordeste, mas apenas pontualmente nos demais casos. (NAVARRO, 2001, p. 95)

Segundo a tendência que acredita que a reforma agrária não é necessária, Navarro afirma que a reforma agrária deixou de ser uma questão.

Neste sentido, seria necessário concordar que a atualidade da reforma agrária como “questão nacional”, em face do desenvolvimento agrário dos últimos 50 anos, deixou de existir no Brasil, e sua necessidade, nos dias atuais, distancia-se de qualquer patamar politicamente decisivo. (NAVARRO, 2001, p. 95)

A segunda tendência aqui analisada acredita que a reforma agrária vem acontecendo no Brasil nos últimos 40 anos, datando como marco desta teria as primeiras ocupações de terras do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que aconteceu em 1979, neste sentido esta tendência coloca a luta dos camponeses como central na análise.

Apesar da afirmativa que a reforma agrária vem ocorrendo lentamente, diferentemente da primeira tendência não trata a questão agrária como tema superado, somente reconhece os avanços conseguidos a partir da luta dos camponeses. “Es importante recordar que aquí no está puesta la cuestión de que la reforma agraria estaría superada, como viene siendo defendido por los investigadores conservadores.” (FERNANDES, 2018, p. 15)

Fernandes aponta que se analisar somente os projetos do governo temos que a reforma agrária não se realizou, porém quando coloca no centro da análise a luta que ocorre todos os dias nos assentamentos, tem-se que ela ocorre todos os dias nas rotinas dos camponeses

Mi objetivo en este artículo es demostrar la reforma agraria en desarrollo hace por lo menos cuarenta años, al mismo tiempo que la reforma agraria como proyecto de gobierno no se realiza, ella se realiza todos los días en la lucha por la tierra en cada asentamiento que es creado. (FERNANDES, 2018, p. 16)

Colocar a luta dos sem terras e camponês é fundamental dentro do debate da geografia, porém faz fundamental também analisar que tipo de reforma agrária foi conquistada, quais interesses foram atendidos e se houve uma mudança estrutural.

Esta segunda tendência aponta ainda, que a reforma agrária tão somente ocorrerá através das disputas de modelo de desenvolvimento que rompa com a hegemonia do agronegócio como mostra Fernandes:

En esta coyuntura la reforma agraria no es una política que se haga sólo con una firma, como afirmó Lula. Ella es una disputa territorial y por modelos de desarrollo y para ser realizada será necesario romper la hegemonía del agronegocio. (FERNANDES, 2018, p. 26)

Na centralidade desta disputa territorial e correlação de forças entre movimento sociais, governo e latifúndio, o autor coloca que a ocupação teve papel fundamental, e somente por isso a Reforma Agraria Brasileira foi possibilitada.

La reforma agraria brasileña ha sido resultado de la correlación de fuerzas entre movimientos socioterritoriales, gobierno, latifundistas y agronegocio. Y en esta correlación ella es impulsada por las ocupaciones que son la principal forma de acceso a la tierra. (FERNANDES, 2018, p. 26)

Fernandes para evidenciar a reforma agrária fez um levantamento dos assentamentos que foram realizados neste período como resultado da luta dos camponeses sem terra. “La reforma agraria brasileña está siendo realizada hace por lo menos cuatro décadas, como está demostrado en nuestros análisis. (FERNANDES, 2018, p. 34)

O autor ainda buscou dialogar com a última tendência aqui apresentada, afirmando que quando analisamos a postura do governo de forma isolada podemos dizer que há na verdade uma contra reforma agrária; mas na visão do mesmo, este tema é secundário ao analisar a reforma agrária, pois o que é fundamental refere-se a luta, sobretudo através das ocupações que garante a reprodução territorial do campesinato brasileiro através dos assentamentos:

No hay dudas de que la postura de los gobiernos ha sido de contrarreforma agraria, al final están vinculados directamente a los intereses del agronegocio. Pero, las ocupaciones y la lucha en la tierra son ejemplos de la lucha por la reforma agraria y por la reproducción territorial del campesinado brasileño. El gran desafío, tanto de las familias que conquistaron sus tierras y territorios, como de las familias en ocupaciones, vinculadas a sus respectivos movimientos socioterritoriales, es hacer avanzar la reforma agraria. (FERNANDES, 2018, p. 34)

Fernandes diferencia os governos demonstrando critica quando no segundo mandato Dilma Rosseuff, o governo coloca como Ministra da Agricultura, Katia Abreu, defensora do Latifúndio do Agronegócio, vendo como um mal indicador da reforma agrária.

En su segundo gobierno, Dilma nombró para el Ministerio de Agricultura una severa defensora del latifundio y del agronegocio. Este

es un mal indicador para la reforma agraria en pedazos que viene ocurriendo. (FERNANDES, 2018, p. 36)

A reforma agraria é nesta tendência entendida como uma reforma agrária que difere das reformas clássicas de transformações abruptas e também diferente das revoluções agrária, pois é vista como uma reforma agrária lenta resultado das lutas dos camponeses:

Nuestra reforma agraria no es resultado de una revolución y tampoco de procesos radicales en el sentido de una transformación abrupta, como sucedió en otros países de América Latina, como México o Bolivia en el siglo XX. En el Brasil, la reforma agraria ha sido un proceso lento, resultado de la fuerza posible de los movimientos campesinos. (FERNANDES, 2018, p. 37)

Esta tendência invariavelmente aponta que a reforma agrária não é tema superado, que apesar da mesma ter resolvidos questões pontuais como democratizar o acesso à terra, questões relacionadas ao trabalho e acesso a alimentos, há uma questão central que é a necessidade de mudanças estruturais do capitalismo atual.

La reforma agraria no está superada, ella permanece actual, incluso porque no fue realizada de modo suficiente para democratizar el acceso a la tierra, al trabajo, a los alimentos, etc. La estructura de la propiedad de la tierra concentrada y la soberanía alimentaria son dos elementos estructurales de la actualidad de esta política territorial. (FERNANDES, 2018, p. 37)

Por fim esta segunda tendência assume em sua teoria a contradição que apesar das conquistas por terras não ter possibilitado mudança estrutural, ela ocorre a partir do cotidiano da luta.

Porém a tendência que guiará este trabalho, refere-se a uma reforma agrária que não se realizou, que vem sendo anunciada, mas não resolveu questões fundamentais como a concentração de terra e a distribuição de riquezas no Brasil.

Há anos a reforma agrária é anunciada e não realizada no Brasil, perpetuando o quadro de alta concentração da terra, da renda e da riqueza no campo brasileiro e, dadas as conexões cada vez mais intensas entre campo e cidade, no conjunto da sociedade brasileira. Em pleno século XXI existem no Brasil 120 milhões de há improdutivos, segundo autodeclaração de seus donos (Delgado, 2010) e as grandes propriedades – apenas 168 mil imóveis – controlam 280 milhões de ha (ALENTEJANO, 2018, p. 309)

Neste sentido a reforma agrária anunciada toma a forma de uma Contra Reforma Agrária como trabalharemos neste capítulo, pois os assentamentos ora serviam como resolução pontual de conflitos, ora atendiam a necessidade de expansão do agronegócio, como aponta o texto:

A análise dos dados sobre criação de assentamentos e área destinada a estes, famílias assentadas e imóveis desapropriados de área correspondente mostra que há um abandono progressivo da reforma agrária no Brasil. A rigor, podemos dizer que esta nunca se realizou, substituída, cada vez mais pela combinação de privilégios ao agronegócio e políticas de colonização e regularização fundiária, as quais funcionam ao mesmo tempo como mecanismo de distensão dos conflitos e abertura de novas áreas de expansão para o agronegócio. (ALENTEJANO, 2018, p. 312)

No contexto da crise os governos apontam que a falta de projetos de assentamentos de reforma agrária, diz respeito a falta de recursos, mas sabe-se que a política de reforma agrária vem a cada dia sendo lateral neste governo, como coloca Oliveira:

Junto com a crise, a justificativa para não realização da reforma agrária passou a ser a falta de recursos financeiros. Mas, a verdade é que ela já não é prioridade de governo faz muito tempo. (OLIVEIRA, 2016, p. 28)

Diante da não realização da reforma agrária temos uma clara Contra Reforma Agrária na contramão do que afirma a Constituição, pois a opção por fazer reforma deveria ser preceito e não escolha do governo

É necessário lembrar que a realização da reforma agrária pelo Estado é preceito constitucional, portanto, obrigação do governo fazê-la, e, direito dos cidadãos em tê-la. Ou seja, não é uma decisão dos partidos que governam fazê-la ou não, muito menos, partidos, organizações ou intelectuais querê-la ou não. (OLIVEIRA, 2016, p. 29)

Os planos de reforma agrária revelam o caráter dos governos sendo que nestes mais de 30 anos de redemocratização somente, houve dois planos de reforma agrária, sendo negligenciado pelos demais governos.

Para tal, a legislação brasileira manda os governos elaborarem o Plano Nacional de Reforma Agrária, que foi feito apenas duas vezes, no governo Sarney o primeiro e no primeiro mandato de Lula. (OLIVEIRA, 2016, p. 29)

Diante das tendências a pesquisa buscará a compreensão do conceito de reforma agrária, contextualizar a reforma agrária que ocorreu em diversos territórios, e trazer ao centro a Contra Reforma Agrária ocorrida no Brasil.

Para tal Oliveira (2007), autor necessário na compreensão da reforma agrária brasileira, traz como questão fundamental o entendimento etimológico da palavra reformar e conseqüentemente aponta para o entendimento de reforma agrária.

Do ponto de vista etimológico, a palavra reforma deriva do prefixo re e da palavra formare. A palavra formare é a forma de existência de uma coisa ou de um sentido. Por sua vez, o prefixo re contém o significado de mudança, de renovação. Logo, a palavra reforma contém o significado de mudança de uma estrutura pré-existente, em um outro sentido determinado. A reforma agrária implica, portanto, na idéia de renovação da estrutura fundiária vigente. Por conseguinte, as leis de reforma agrária constituem-se em instrumentos opostos à estrutura agrária existente, a qual ela objetiva modificar. (OLIVEIRA, 2007, p. 68)

Torna-se importante pensar então a reforma agrária sob a ótica de uma mudança de base estrutural, modificando as permanências de estruturas fundiárias e na democratização das terras.

Oliveira (2007) aponta ainda que a reforma agrária se constitui como forma de modificação profunda das estruturas agrárias das sociedades capitalistas, assegurando ganhos socioeconômicos e culturais, conforme trecho:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (OLIVEIRA, 2007, p. 68)

Coordenar as mudanças fundiárias com outros aspectos permitirá assim garantir a reforma agrária como política de permanência, ou seja, a simples distribuição de terras pode não ser de fato uma política de reforma agrária.

Dentro do capitalismo, a concentração de terras pontua uma problemática sócio-territorial permanente, sendo que a realização efetiva de uma reforma

agrária contribuiria para amenizar as desigualdades sociais, participantes dessa problemática. “A reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras.” (OLIVEIRA, 2007, p. 67).

Fundamentalmente a reforma agrária vai partir de duas formas: a primeira, oriunda de lutas e revoluções camponesas compreendidas como revoluções agrárias; e a segunda de ações de governos relacionados à ideia de reforma agrária propriamente dita, atendendo alguma etapa do desenvolvimento capitalista conforme pontua Oliveira:

A Reforma Agrária aparece na História, em geral, relacionada simultaneamente, às lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas, e às ações de governos visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países. No primeiro caso, a ideia central de reforma agrária está mais relacionada a ideia de revolução agrária, enquanto que no segundo, está mais relacionada a ideia de reforma propriamente dita. (OLIVEIRA, 2007, p. 68)

Seguindo a perspectiva teórica até aqui apresenta, a reforma agrária dentro do capitalismo só pode ser vista enquanto medida paliativa, não superando as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

A reforma agrária não pode ser entendida como solução para essas contradições, mas sim como um paliativo. Paliativo que resolve mais as questões do modo capitalista de produção como um todo do que a da agricultura em particular. Porque, no fundamental, as soluções para os problemas da agricultura estão inscritas na necessidade de superação desse modo de produção. (OLIVEIRA, 2007, p. 67)

Neste sentido a luta pela terra precisa ter como pano de fundo a superação da lógica do capital e não restringir apenas a socialização das propriedades privadas da terra, pois sabe-se que o capitalismo é um sistema de acumulação, e as terras mesmo não podendo ser mercadoria, para o capitalismo ela pode tomar forma de mercadoria e ser adquiridas, dentro da lógica do capital:

Logo, a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 67)

Entende-se aqui também os territórios coletivos como espaço de resistência, sobretudo os assentamentos, espaços que são resultado de um tipo de reforma agrária como aponta Oliveira:

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. (OLIVEIRA, 2001, p. 197)

Cabe ressaltar que a reforma agrária difere das políticas isoladas de assentamentos aplicadas no Brasil, pois entende-se aqui reforma agrária como um conceito mais amplo como já apresentado e como colocado por Leonardo Boff no trecho a seguir:

A reforma agrária vai além da distribuição de terras. Ela implica um programa de fortalecimento da agricultura familiar, orgânica e ecológica e dos assentamentos de reforma agrária; uma política de promoção de uma nova matriz científica e tecnológica; educação para o meio rural; uma política pública de crédito rural; associativismo e cooperativismo; rede de proteção social; soberania e segurança alimentar e especialmente desenvolver o bio-regionalismo aproveitando os bens e serviços de cada região, a fim de se garantir a sustentabilidade das populações aí residentes; por fim, a cultura e o lazer que conferem plenitude à vida. (BOFF, 2017, p. 31)

Conforme colocado por Boff (2017), a distribuição de terras desacompanhada de um projeto de fortalecimento da agricultura familiar, de uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar em nível regional, não pode ser considerada uma reforma agrária.

Compreender a reforma agrária que nunca se realizou no Brasil passa pela análise sobre a forma pela qual o capitalismo se desenvolveu neste e em demais territórios nacionais. Cabe considerar também como aconteceu a reforma agrária em territórios sob o socialismo.

Stédile e Fernandes (2012) compreendem a reforma agrária sob 3 conceitos centrais: a reforma clássica, realizada sobretudo no começo do século XX e final do XIX; as políticas de assentamentos, que são confundidas com reforma agrária, porém realiza-se de maneira isolada; reforma ampla e

democrática defendida pelos movimentos sociais e implantada em alguns territórios.

O primeiro conceito de reforma agrária apresentada pelos autores, refere-se à clássica, realizada em diversos países dialogando com a necessidade da etapa do capitalismo presente naquele território; com o processo de industrialização em desenvolvimento, os países tiveram a necessidade de fazer suas reformas agrárias, sob a ótica de distribuição de terras e criando assim um mercado interno, focando neste momento sobretudo em agricultores autônomos e produção individual.

Cabe ressaltar que mesmo na reforma agrária clássica, países como E.U.A e França impuseram um tamanho às suas propriedades, tal como fez o Japão na sua lei de colonização.

O segundo conceito de reforma agrária refere-se às políticas de assentamentos isolados, tal como ocorreu no Brasil, no qual não modifica a estrutura fundiária e não resolve a questão agrária, mas resolve apenas alguns conflitos pontuais, realiza-se sobretudo em terra pública e de forma lenta gradual.

O terceiro conceito refere-se às propostas dos movimentos sociais, no qual Stedile e Fernandes (2012) apontam para a necessidade de enfrentar o problema agrário, com distribuição de terras e desapropriação de terras com intuito de resolver dois problemas estruturais: a pobreza e a desigualdade social.

Para aprofundar a compreensão do tema nosso debate busca trazer para o centro da pesquisa a reforma agrária realizada em diversos países, no intuito de compreender a realidade brasileira.

Para tal, busca-se fazer uma breve compreensão da reforma agrária realizada em 4 territórios, dois países que assim fizeram sob a perspectiva do modo de produção socialista a Rússia e Cuba e outros dois sob o modo de produção capitalista México e E.U.A.

1.1. Rússia e Reforma Agrária

Compreender a reforma agrária Russa, no período da antiga União Soviética, passa por compreender suas origens históricas. Para tal utilizaremos do resgate histórico de Marcos e Fabrini (2010) na compreensão do Mir³ russo.

Rússia passou por um período de intensa servidão por endividamento, onde os senhores fidalgos emprestavam aos camponeses: terras, dinheiro e sementes. Os camponeses lhes pagavam com trabalho e servidão, dívidas estas que duravam por décadas, e que se aprofundava com as proibições de migração pós código penal de 1646 e, posteriormente quando a fuga virou uma contravenção penal em 1658, como apontam os autores.

Em troca desse empréstimo aos camponeses se lhes impunha trabalhar na propriedade do fidalgo com suas próprias ferramentas e seus animais (barshchina), bem como entregar parte da sua produção em espécie ou em dinheiro, como pagamento (obrok) (MARCOS, FABRINI, 2010, p. 37)

Este modelo de servidão por endividamento perdeu força em 1861 por meio de uma ampla política agrária, porém ocorreu de maneira lenta, pois, muitos tinham ainda que pagar suas dívidas, mesmo com empréstimos oferecidos pelo estado de 80% da dívida, que poderia ser paga em 49 anos e o acesso a poucos hectares de terras, as dívidas e a servidão perduraram.

Neste sentido mesmo com uma ínfima distribuição de terras e fim da servidão, havia um controle pelos grupos denominados Mir, que será explicado a seguir, não dando independência produtiva aos assentados e com muito controle sobre o que produzir nas glebas.

As comunas, outro nome dado a Mir, estabeleceram um conjunto de regras, entre as quais a não comercialização das terras, apesar de não haver uma herança natural das glebas, tudo passava pelo conselho de liderança familiar que era presidido por um ancião, gerando um certo poder local.

Porém dentro desta organização surgiram os chamados “comedores de Mir” conforme apontam Marcos e Fabrini (2010), que operavam como agiotas emprestavam grandes quantidades de dinheiro, endividando os agricultores, para posteriormente acessar suas terras, criando assim uma comuna de caráter

³ Forma de produção russa no campo de controle de grupos locais de antigos servos.

privado, individual, neste sentido não atendendo aos princípios de reforma agrária.

Tal fato gerou inúmeras revoltas camponesas de 1902 e 1905 esgotando este modelo de Mir, mas contraditoriamente alguns territórios permaneceram com organizações similares.

Pós revolução de outubro de 1917, revolução socialista, o modelo do Mir é repensado e criaram-se 3 modelos: a primeira a Toz, onde o trabalho é socializado, mas permaneceu a propriedade de animais, equipamentos e construções individual; a segunda, Artel em que aumenta o grau de socialização, mas há algumas pequenas propriedades privadas (animais, ferramentas); o terceiro, a Kommuna, total socialização dos meios de produção; destes 3 modelos o de Artel teve preferência no poder soviético nos primeiros anos da revolução .

Em 1927 os camponeses possuíam 95% das terras cultiváveis, porém o governo russo no intuito de garantir uma maior produtividade e aumentar a exploração dos recursos, se industrializa, entendendo que a melhor forma era ter um maior controle sobre a agricultura.

Stalin, em 1929, resolve implantar a coletivização acelerada, através de diversos mecanismos de controle legal, penais e não penais, forçando os camponeses a aderirem ao modelo estatal, o que diminui significativamente a produtividade. Esta coletivização teve grande recuo em 1930, no ano seguinte, porém gerou grandes problemas agrários ao governo de Stalin, sendo que no mesmo ano houve a liberação de exploração individual.

Apesar do desenvolvimento contraditório russo este modelo de reforma agrária desencadeou em diversos países do Leste Europeu e da América Latina, servindo como modelo de socialização possível das terras como foi na Hungria, ex-Eslováquia, Polônia, Alemanha Oriental, Romênia, China e até mesmo Cuba conforme análise que segue no próximo subcapítulo.

Modelo este que possibilitou mudanças profundas na ocupação das terras russas, pois ocorreram de forma ampla em todo território e de maneira coordenada, uma Revolução Agrária.

1.2. Cuba e Reforma Agrária

Apesar do pequeno território cubano, o processo de colonização e período do início da república foi marcado por concentração de terras e monocultivos como relata Marcos e Fabrini (2010), posteriormente por especulação e apropriação de terras por estrangeiros.

Os autores apontam que no censo de 1931 apenas 10% das propriedades ocupavam 58% das áreas agricultáveis, sendo que estas propriedades possuíam mais de 670 hectares, ou seja poucos proprietários de terra possuíam grandes quantidades de terra.

Marcos e Fabrini (2010) ressaltam que diante deste cenário surgiram em Cuba os primeiros movimentos camponeses de massa, que utilizavam de estratégia, ocupação de terras, além de outras formas de luta, tendo como principal oposição o Partido Ortodoxo, que defendia uma “reforma agrária” em terras públicas para implantação de latifúndios como produção tipicamente capitalista ou seja uma Contra Reforma Agrária.

A tese defendida pelo partido Ortodoxo venceu neste momento, sendo que às vésperas da revolução Cubana 9,4% dos proprietários de terras possuíam 73,3 % das terras agricultáveis, ou seja, aprofundou ainda mais a concentração de terra nas mãos de poucos.

Diante de um cenário pouco favorável e um governo autoritário de Fulgêncio Batista, os camponeses teriam, a partir da luta pela revolução, a possibilidade de acesso à terra, como referem-se Marcos e Fabrini (2010).

Processo revolucionário este que possibilitou a nacionalização das terras estrangeiras em seu primeiro momento, assentando cerca de 100 mil camponeses e mudando profundamente a estrutura fundiária de Cuba.

Fabrini e Marcos (2010) colocam como características fundamentais da primeira reforma agrária cubana, limite de 402 hectares à propriedade individual, a impossibilidade de comercialização, estímulo a formação de cooperativas, além de criar políticas de apoio técnico, ampla de alfabetização, créditos e habitação.

Cabe ressaltar que as propriedades individuais tinham pouca representatividade, pois 70% das terras foram coletivizadas, no intuito de

garantir uma unidade produtiva, organizada sob cooperativas ou pelas denominadas *granjas del pueblo*.

A partir do exposto, podemos pensar que apesar do ataque claro ao capitalismo rentista, não houve como contraponto uma política camponesa, mas sim uma política de uma agroindústria nacional, com trabalhos coletivos que dialogavam mais com o contexto da chamada revolução verde, como aponta os autores:

Essa característica agroindustrial não está limitada à produção açucareira, mas se estende também a madeira, café, pecuária, cítricos, dentre outras. Como destacado anteriormente, o modelo agroindustrial semelhante a um “agronegócio estatal/coletivo” é o principal paradigma para a produção no campo cubano. (MARCOS, FABRINI, 2010, p. 95)

Neste primeiro momento muitos camponeses venderam suas terras, porém havia como principal comprador o próprio Estado. Somente em um segundo momento, a partir dos anos 70, houve o incentivo de criação de cooperativas coletivas não estatais no qual os camponeses aderiram.

Em 1988 denota o tipo de política de reforma agrária cubana, sendo que 88% das terras estavam sob a responsabilidade estatal, organizada de diversas formas, com agricultura camponesa e de larga escala, 8% por cooperativas coletivas organizadas por indivíduos e 10% em mãos de famílias camponesas independentes do Estado como apontam Fabrini e Marcos (2010).

Diante da queda da União Soviética a partir de 1993, Cuba buscou criar uma reestruturação produtiva, com enfraquecimento do estado no setor agrário, o Estado criou as chamadas Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPCs) que transferiu terras do Estados para estas cooperativas, o que a priori parece um processo de (re)campenização. Quando Marcos e Fabrini (2010) analisam os dados compreende-se que configurou-se mais como uma organização de cooperativas não estatais, do que de fato uma (re)campenização, pois temos que em 1988 há 10% de camponeses no território cubano, sendo que pós reestruturação este número sobe apenas para 12%.

Neste sentido temos em Cuba, uma política de ataque ao capital rentista, uma socialização das terras produtivas, uma mudança estrutural na agricultura.

1.3. México e Reforma Agrária

Veiga (2007) aponta que no México os problemas alimentares são resquícios do processo colonial, pois as civilizações pré-colombianas eram marcadas pela fartura, sendo que depois da ocupação espanhola violenta, houve a destruição do sistema de produção nativo e colocou no lugar o modelo de haciendas e o controle das terras passou das mãos da população nativa para o processo de colonização.

Cabe ressaltar que até o final do século XVIII a ocupação das terras dos indígenas pelos colonizadores espanhóis, realizou-se de forma bastante representativa, na maior parte do território mexicano, gerando assim problemas alimentares estruturais à população nativa como aponta o autor.

Já na primeira metade do século XIX as populações foram se adaptando à produção e ao consumo local, diminuindo o caráter massivo da escassez no país bem como a herança colonial da fome.

Diante da influência do E.U.A, México passou por reformas liberais que apontaram a necessidade de uma saída no intuito de ocupar as terras, através de políticas fundiárias, sob a influência da política de ocupação do vizinho.

Contraditoriamente como aponta Veiga (2007) o período do chamado Porfiriato⁴ (final do século XIX) ampliou as *Haciendas*, diferentemente do E.U.A, concentrando um quinto das terras nas mãos de apenas 50 proprietários, aumentando a exportação e negligenciando o abastecimento interno. Todavia estas *haciendas* eram quase sempre arrendadas por famílias, algumas propriedades por centenas de famílias que eram chamadas de *hacientadas*.

Neste sentido e devido esta herança colonial, somado à ocupação desigual da terra, Veiga (2007) aponta que em 1910 o México tinha cerca de 90% de sua população rural sem terra, originando assim um processo de luta intensa. Como fruto deste processo, a constituição 1917, em resposta à organização social camponesa mexicana, tem um caráter socioeconômico extremamente presente.

Em poucas palavras: por volta de 2010, os lavradores sem terra constituíam mais de 90% da população rural. E, justamente por isso, não pode haver qualquer mistério quanto às profundas origens

⁴ Período de 30 anos, iniciado em 1876 do governo de Porfirio Diaz.

socioeconômicas da Revolução Mexicana, ou quanto ao significado sociopolítico da Constituição de 1917. (VEIGA, 2017, p. 172)

Este cenário possibilitou a Revolução Mexicana (2010). Fazendo um resgate histórico ressalta-se que conforme aponta Galeano (2000) o primeiro foco de revolta deu-se no Sul do México, tendo como principal referência Emiliano Zapata, quem organizou a luta contra o governo de Porfirio Díaz, ditador, através de um exército libertador, tendo ao seu lado sobretudo camponeses indígenas que habitavam o território há séculos.

Após derrubada de Díaz assumiu Francisco Madero, sob a defesa de reformas populares, porém logo burocratizou. Neste sentido novamente Zapata fez oposição ao governo e atraindo milhares de camponeses para luta, para a defesa do chamado “Plano Ayala”, que tinha como principal pauta uma reforma agrária de caráter radical, este plano influenciou posteriormente diversos movimentos de luta por terra na América Latina e em outros territórios periféricos do mundo.

Diante de muitos conflitos, somente em 1914, o movimento Zapatista teve seu primeiro fruto. Aplicou-se uma primeira política de assentamento, de caráter local no território de Morelos, com princípios claramente influenciados pela luta zapatista conforme aponta Galeano (2000):

A reforma agrária se propunha “destruir na raiz e para sempre o injusto monopólio da terra, para construir um estado social que garanta plenamente o direito natural que todo homem tem sobre a extensão de terra necessária à sua subsistência e a de sua família”. Restituam-se as terras às comunidades e aos indivíduos despojados a partir da lei de desamortização de 1856, fixaram-se os limites máximos de terra segundo o clima e a qualidade natural, e se declararam de propriedade nacional os prédios dos inimigos da revolução. (GALEANO, 2000, p. 136)

Todavia, Veiga (2007) aponta que a reforma agrária aconteceu efetivamente no México, no período de 7 anos, apesar de alguns estudos apontarem para uma duração de 50 anos. Houve uma significativa distribuição de terras no governo de Cárdenas (1934-1940), fato que há concordância no texto de Galeano como aponta a seguir:

Passou o tempo, e com a presidência de Lázaro Cárdenas (1934-1940) as tradições zapatistas recobram vida e vigor através da reforma

agrária implantada em todo o México. Foram expropriados, sobretudo em seu período de governo, 67 milhões de hectares em poder de empresas estrangeiras e nacionais, e os camponeses receberam, além da terra, créditos, educação e meios de organização para o trabalho. A economia e a população do país tinham começado sua acelerada ascensão; multiplicou-se a produção agrícola ao mesmo tempo em que o país inteiro se modernizava e se industrializava. Cresceram as cidades e se ampliou, em extensão e profundidade, o mercado de consumo. (GALEANO, 2000, p. 137)

Apesar da democratização das terras, o liberalismo econômico segue presente na economia mexicana, há ainda convivência de minifúndios e latifúndios com as pequenas propriedades.

As políticas dos 3 governos posteriores ao de Cárdenas priorizaram um caráter desenvolvimentista e patronal, não atacando os latifúndios em suas políticas, como afirma Veiga (2007) sendo que o processo de industrialização pós anos 70 acentuou o processo de migração para cidade e trouxe a questão agrária novamente ao centro do debate no México.

Pode-se pensar que o desenvolvimento contraditório do capitalismo no México é ímpar na América Latina, pois possibilitou uma reforma agrária ampla, servindo como exemplo de desenvolvimento agrário e também como luta camponesa pela terra por toda a América Latina.

1.4. E.U.A e a reforma agrária

Segundo Veiga (2007) para compreender a questão agrária do E.U.A, primeiramente faz-se necessário entender que no seu processo de colonização, coexistiam dois modelos de desenvolvimento, paralelamente: algumas colônias do sul utilizavam-se de modelo escravista e monocultor, sobretudo nas plantações de algodão, e ao norte como herança Europeia predominavam agriculturas familiares.

O modelo escravista de monocultura perdeu força após a guerra da independência, sendo que neste período as terras passaram essencialmente a pertencer ao Estado tornando-se patrimônio público.

Veiga (2007) aponta ainda que houve inicialmente nos E.U.A uma disputa de como seria o processo de colonização, sendo que prevaleceu a ideia de que cada território que atingisse 70 mil habitantes livres poderia tornar-se um estado. Paralelamente houve a disputa da política fundiária, sendo que os

conservadores defendiam que as terras fossem vendidas em grandes glebas, já o pensamento liberal defendia acesso às pequenas propriedades de terra garantindo acesso a todos.

Este modelo conservador durou anos, porém neste modelo parcela significativa dos colonos não tinham como comprar as terras, gerando até meados do século XIX uma grande concentração fundiária.

Somente em 1864, após rebelião do sul, que é promulgada a lei de *Homestead Law*, facilitando assim a distribuição de lotes de 160 acres (64,75 ha), criando uma política agrária, ou seja, uma reforma agrária de mercado. Todavia houve ainda algumas leis complementares que permitiram ampliar a compra destas terras.

Neste sentido as terras privadas no território do E.U.A dobraram nas últimas 4 décadas do século XIX, de 407 para 839 milhões de acres, conforme aponta Veiga (2007). Todavia, apenas 18,5% das terras foram parar nas mãos dos *homesteaders*, espécie de assentados.

Houve também nos E.U.A apropriação feita via processo de ocupação das ferrovias, das terras por onde cortavam as ferrovias. Cabe ressaltar que neste mesmo período houve uma grande ocupação do oeste até então pouco habitado, sobretudo através do cultivo de trigo.

1.5. Brasil e o sentido da Contra Reforma Agrária.

Diante das reflexões apresentadas, fica claro que os processos pelos quais passaram os países, impõem um distanciamento da hipótese de pensar uma reforma agrária no Brasil, sobretudo tendo em vista a permanência de uma organização social no campo brasileiro em torno da lógica do monocultivo e das grandes propriedades de terras.

No que se refere às experiências de Cuba, Rússia e México, tivemos uma reforma agrária no qual pode-se chamar conforme propõe Oliveira (2007) de revoluções agrárias, oriundas de processos revolucionários, elementos os quais não estiveram presentes na sociedade Brasileira. Tais processos revolucionários foram possibilitados pela organização de camponeses, seja através do movimento Zapatista (México) ou com a associação dos camponeses as revoluções socialistas (Rússia e Cuba).

Quando se refere aos E.U.A e sua política de Reforma Agrária, temos que a mesma é originária das lutas de independência, ela já é realizada de maneira contraditória no seu processo de colonização, através da chamada *Homestead Act* e outras leis que antecederam conforme exposto:

Os norte-americanos, por exemplo, desde o século XIX, trataram de fazer cumprir leis que limitaram o tamanho da propriedade privada da terra no centro e oeste do país. Esse processo de abertura do acesso à terra teve início com uma lei de 1820, que permitia a venda de terras do Estado em pequenas parcelas de 80 acres (32,3736 hectares) ao preço de US\$ 1,25 por acre (4.047m²). Em 1832, o Estado autorizou a venda de propriedades de até 40 acres (16,1868 ha). Por fim, em 1862, foi assinada The Homestead Act, ou a lei da colonização americana, que permitia a concessão gratuita de terra para propriedades de 160 acres (64,7472 ha) (OLIVEIRA, 2007, p. 70)

Cabe ressaltar que a reforma agrária nos E.U.A aponta como estratégia de ocupação territorial no sentido de expansão da etapa do capitalismo presente naquele território como aponta Oliveira:

Os exemplos de reformas agrárias sob o capitalismo apontam para a direção de uma das estratégias da expansão do capitalismo no campo, ou seja, a necessidade de esgotar historicamente a possibilidade de reprodução da produção camponesa. E, nesse processo, transformar aqueles camponeses que começam a concentrar a terra (ver os casos norte-americano e europeu, e mesmo parcialmente o brasileiro) em pequenos capitalistas. (OLIVEIRA, 2007, p. 67)

Ao analisar os dois modelos de reforma agrária, observamos que ambos não coadunam com as políticas de assentamentos do Brasil e que a mesma distância sistematicamente da política de reforma agrária.

Cabe ressaltar que as lutas camponesas no Brasil foram historicamente criminalizadas. Temos isto claro quando observamos os massacres ocorridos já no começo do século XX, em Canudos e no Contestado como relata Martins (1983).

Martins (1994, p. 12) apresenta ainda no livro *O poder do atraso*, o quanto uma pequena oligarquia rural é beneficiada historicamente pelo atraso nas transformações sociais brasileiras: “a propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país”.

A concentração fundiária no Brasil apresenta como elemento fundamental na constituição do capitalismo aqui implantado, resultado da colonização e posteriormente dos governos que nunca pensaram em uma mudança profunda na estrutura fundiária.

É difícil iniciar uma discussão sobre a concentração fundiária, no Brasil, sem remeter-se à própria formação do território brasileiro. Desde o período colonial até recentemente, a concentração de terras explica o porquê da não concretização de uma real Reforma Agrária, em nosso país. (FELICIANO, 2009, p. 63)

Outro ponto é que o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, conforme colocado por Oliveira (2001), caminhou no sentido de transformar os capitalistas industriais em grandes proprietários de terra e não de transformar os latifundiários em empresários capitalistas, viabilizando, sobretudo através da criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) projeto desenvolvimentista que coaduna com a Revolução Verde.

A partir de tal fato, a burguesia brasileira não caminhou no sentido de diminuir os entraves da terra, colaborando com o desenvolvimento ampliado do capital, mas sim no sentido de solidificar a propriedade privada, que historicamente, com as sesmarias, e posteriormente a Lei de Terras tem sido consolidada por uma minoria favorecida.

Eliane Tomiasi Paulino (2012) fala o quanto os proprietários de terras, subjugaram a função social da terra, através do controle do estado, dos meios de comunicação e a até mesmo da visão limitadora da questão fundiária de alguns cientistas.

Paulino fala ainda da necessidade de uma reforma agrária que crie limites aos tamanhos das propriedades de terras, estabeleça desapropriação de terras e punam os que vão contra os princípios da justiça social e da preservação do meio ambiente.

Neste sentido requer pensar em uma reforma agrária que não seja descolada de um projeto nacional conforme aponta a autora, que tenham implicações em mudanças estruturais no campo brasileiro.

Faz-se necessário ainda uma reforma agrária ampla no campo brasileiro, que passe pela democratização das terras, justiça social, respeito ao meio ambiente e sobretudo aos camponeses que produzem os alimentos presentes em nossas mesas.

A partir deste momento o capítulo pretende fazer uma revisão do tema de reforma agrária dentro da pesquisa, tendo como foco o desenvolvimento agrário brasileiro nas políticas iniciadas em 1950 até o final do governo do Michel Temer.

Dentro do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo, faz-se necessário compreender o sentido do chamado projeto de reforma agrária do Brasil, busca-se a partir de algumas temáticas entender qual sentido foi este entre as quais, a Lei de Revisão Agrária Paulista, a modernização conservadora durante a ditadura militar, e as políticas de não-reforma agrária e Contra Reforma Agrária no processo de redemocratização. Todos estes são elementos fundamentais na compreensão do desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil e na necessidade de entendimento da reforma agrária que nunca se realizou.

Autores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Alberto Feliciano, João Pedro Stedile, José de Souza Martins, Larissa Mies Lombardi, Plínio de Arruda Sampaio Jr, Elaine Tomiasi Paulino entre outros que debatem a questão fundiária são fundamentais a compreensão do tema proposto.

A temática será desenvolvida neste texto em três períodos: as políticas agrárias de 1945 até 1964, compreendendo os anos que antecederam o Golpe Militar; o período referente às políticas agrárias da ditadura militar; e as políticas desenvolvidas na pós redemocratização.

1.5.1. As políticas agrárias dos anos 1945 até 1964

Como ponto de partida, buscou-se fazer um resgate do sentido do projeto de reforma agrária no Brasil no período pós 1945, período no qual foi permitida a organização de movimentos sociais no território brasileiro e período onde este debate esteve presente, sobretudo, através das lutas das ligas camponesas e do projeto de revisão agrária.

Período este no qual os países já haviam resolvido seus problemas de distribuição de terras com a reforma agrária, os EUA e o México, e com as revoluções agrárias, a URSS, e Cuba que iniciariam este processo concomitante com este período.

O ponto de partida neste debate é a análise de Bombardi (2004) no livro *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa* e também em sua tese de doutorado (2005) no qual compreende-se o desenvolvimento de um projeto de reforma agrária a partir da véspera do golpe que instituiu a ditadura civil militar no Brasil e como ela marcou a configuração territorial do período.

Relata-se que este período foi de substancial crescimento nas lutas populares no Brasil, marcado pelo fim da segunda guerra mundial, a partir da qual se tem um mundo bipolarizado entre socialismo e capitalismo. Ao passo que o nosso país se alinhava aos interesses dos EUA, os movimentos sociais eram substancialmente associados aos ideais comunistas.

Neste contexto, além dos movimentos de luta de reforma agrária, tendo como principal representante as ligas camponesas, temos também neste processo algumas tentativas de políticas de reforma agrária, partindo de um setor da burguesia que busca sair da condição de subdesenvolvimento em que se encontrava o Brasil; Bombardi (2004) exemplifica com a política de revisão agrária no estado de São Paulo, promulgada pela Lei Estadual 5.994 em 30 de dezembro de 1960, como relata:

A contenção do comunismo (em função da expansão dos movimentos sociais no campo), paralelamente ao desejo de uma parcela da burguesia nacional de buscar uma saída para o subdesenvolvimento, guiaram uma série de ações por parte do Estado em direção à reforma agrária, entre elas, a própria Lei de Revisão Agrária, durante a década de 50 e início da de 60. Esses movimentos tiveram um papel preponderante no desencadeamento do que veio a ser o Golpe Militar de 64." (BOMBARDI, 2004, p. 72)

Bombardi (2004) coloca ainda que houve diversos fatores determinantes ao desencadeamento do Golpe de 1964, entre os quais a luta pela terra, juntamente com a revolução cubana de 1959 e a atuação do E.U.A neste período em toda a América através de suas políticas desenvolvidas na Guerra Fria.

Cabe ressaltar que a Lei de Revisão Agrária somente foi possível por se referir de um governo de São Paulo com caráter desenvolvimentista e nacionalista.

Paralelamente à defesa da autonomia do estado, Carvalho Pinto defendia a livre-iniciativa econômica como algo positivo, fato este que ajuda a compreender o da denominada revisão agrária.

Entretanto, paralelamente a essa postura centrada na autonomia econômica do país frente ao capital externo, Carvalho Pinto possuía um entendimento de que a livre-iniciativa era uma coisa positiva, ele comparava o Estado a uma empresa privada. (BOMBARDI, 2004, p. 80)

Bombardi (2004) aponta ainda para escolha do nome lei de Revisão Agrária e não Reforma Agrária como uma forma de desvendar o interesse e a ideologia do governo de São Paulo, dialogando mais com uma necessidade de desenvolvimento do que propriamente uma busca de resolver os conflitos no campo.

O projeto de Revisão Agrária tinha as seguintes características como aponta Feliciano (2009): dar sentido social ao Imposto Territorial Rural, criação da lei de taxaçoão progressiva das terras do Estado; permitir a isenção do pequeno proprietário, facilitando ainda a aquisição da propriedade rural aos que quisessem explorá-la por conta própria como pequenos proprietários, promovendo, através da taxaçoão progressiva, o incentivo ao aumento da produção nas áreas improdutivas.

Esta lei estava associada como aponta Bombardi (2005), ao que Carvalho Pinto entendia ser uma necessidade de modernização da agricultura no sentido de possibilitar o desenvolvimento industrial mais amplo.

Feliciano (2009), aponta ainda que a Revisão Agrária tinha como meta “assentar” 500 a 1000 famílias por ano, em terras arrecadadas pelo estado, sobretudo com dívidas com estado, sendo que o estado comprava as mesmas mesmo sabendo que as terras eram subutilizadas, improdutivas.

Outro elemento colocado por Bombardi (2005) são os conflitos do Arranca-Capim que se iniciaram em 1959 culminando na ocupação da Fazenda Santa Helena em Marília que aconteceu em 1960. Este movimento coadunou com a narrativa do governo que não via a ideia da questão agrária como o atraso.

Foi como se esses movimentos tivessem, do ponto de vista do governo, apontado para o fato de que a questão agrária não era apenas uma questão nordestina, os conflitos de classe não eram uma questão de atraso, como os enxergava, por exemplo, o Secretário da Agricultura (BOMBARDI, 2005, p. 113)

Mesmo com o caráter evidentemente liberal da Revisão Agrária parcela dos parlamentares e associações ruralistas apontava equivocadamente a Lei de Revisão Agrária como uma Reforma Agrária Socialista como coloca Bombardi (2005, p.126): “Várias associações de ruralistas posicionaram-se contra a Lei de Revisão Agrária, sob o argumento de que era ela uma lei de confisco e fundada em princípios socialistas.”

No intuito de barrar a possibilidade de uma revisão agrária, houve diversas frentes de combate as propostas, através de livros, revistas, jornais e diversos documentos.

O governo de Carvalho Pinto buscou através de cartilhas e discursos na assembléia trazer o entendimento que não haveria desapropriação como colocado:

A orientação da Lei era, pois, no sentido de evitar a possibilidade de uma revolução. Entretanto, a despeito do esforço da Secretaria da Agricultura, o bloqueio à aprovação da Lei foi enorme. Tais foram as críticas à Lei de Revisão Agrária e a briga dos deputados para que ela não fosse aprovada, de forma que nem a longuíssimo prazo a estrutura fundiária do Estado fosse alterada, que em março de 1962, quando Carvalho Pinto fez novamente sua mensagem à Assembléia (referente ao terceiro ano de seu mandato), fez uma apologia à Revisão Agrária. Fez questão de deixar claro que a Lei não tinha objetivo “confiscatório”, já que este era o argumento utilizado pelos grandes proprietários, como já foi afirmado. Era como se o governo quisesse apropriar-se do montante de recursos arrecadados em função da cobrança de ITR nos moldes da Lei e tornar desinteressante o uso das grandes propriedades, ainda que produtivas (BOMBARDI, 2005, p. 135)

Diante do medo do avanço comunista a igreja se posicionou a favor da lei de Revisão Agrária entendendo a lei como uma forma de diminuir os conflitos, em consonância com o discurso da ONU (Organização das Nações Unidas) e sob a ótica da justiça social.

Neste sentido a Lei de Revisão Agrária foi aprovada, com o texto substancialmente modificado, sobretudo com a clara influência da guerra fria:

De qualquer forma, o momento histórico de proposição e aprovação da Lei de Revisão Agrária foi extremamente marcado pela Guerra Fria, pelos movimentos sociais no campo, e, portanto, pelo medo da expansão do comunismo, e paralelamente pelo desejo, de uma parte da burguesia, de um desenvolvimento econômico autônomo para o país.(BOMBARDI, 2005, p. 152)

Mesmo de forma contraditória, sem de fato implementar uma política de Reforma Agrária, há neste contexto a criação de territórios camponeses quando foram destinados para a implantação da Lei de Revisão Agrária entre elas: a fazenda Santa Helena, no município de Marília; a Fazenda Capivari, em Campinas; Farinheira, São João e Pouso Alegre em Jaú; a Fazenda Jacilândia, em Meridiano.

A lei de Revisão tratava-se de compra e venda de lotes pelo estado, na qual o camponês tinha como prazo máximo de quitação do lote 15 anos, neste sentido os proprietários de terras lucravam, enquanto os camponeses se endividavam.

Cabe ressaltar ainda, que mesmo com as destinações de áreas para este fim, houve muitas dificuldades de permanências e financiamentos bancários, como aponta Mariano (2001) referente ao Município de Jaú

Diante das dificuldades de se manter, os sítiantes do Bairro, ao terminarem o prazo mínimo de permanência no lote (que era de cinco anos), conforme rezava a Lei, arrendaram ou venderam suas terras; foram morar na cidade. Os juros dos financiamentos bancários estavam altos, ficando cada vez mais difícil de saldar a dívida. (MARIANO, 2001, p. 167)

Pode-se afirmar que a Lei de Revisão Agrária, enquanto política agrária, atendeu prioritariamente as demandas dos banqueiros e proprietários de terras, colocando em segundo plano a necessidade de uma reforma agrária.

1.5.2. Políticas Agrárias durante a Ditadura Militar

Entender as políticas agrárias presentes durante a ditadura militar passa por entender o contexto no qual foi criado o Estatuto da Terras que teve influência substancial da Revisão Agrária Paulista e entender a consequente “modernização conservadora”.

Feliciano (2009) aponta a criação do Estatuto da Terra como uma forma de direcionar a questão da terra a um patamar puramente econômico, não dialogando a necessidade de Reforma Agrária apontada anteriormente pelas Ligas camponesas.

A leitura econômica dos militares como refere-se o autor, era no sentido de defesa do desenvolvimento do progresso econômico no campo, com as estratégias de atrações de empresas do grande centro para o campo. Neste sentido a modernização para os militares resolveria a questão fundiária, transformando os camponeses em assalariados. O que de certa forma ocorreu em alguma medida, porém o maior interesse estava relacionado às políticas de incentivos para o processo de colonização e as terras como reserva de valor, sobretudo na Amazônia, do que um compromisso com desenvolvimento e produção agrária.

De 1965 a 1984, houve então no Brasil através dos projetos de colonização e assentamentos um ínfimo número de 162.468 famílias assentadas, sendo que destas 107.079 foram assentadas no Norte, região esta com baixo número de reivindicação tendo em vista que as Ligas Camponesas se organizavam sobretudo no nordeste (FELICIANO, 2009).

Neste sentido, os projetos de colonização pretendiam ocupar os chamados “vazios demográficos” com a política migratória dos sulinos para o Norte. Não se tratava de assentamento por reivindicação, mas de uma política desenvolvimentista do governo militar.

Sampaio Jr (2012) busca compreender este momento afirmando que a modernização proposta pelos governos da ditadura civil militar cristalizou o latifúndio como elemento fundamental no capitalismo brasileiro.

O Estado nacional burguês cristalizou-se como uma subnação, controlada por uma burguesia dependente, cujo poder emana, por um lado, de sua aliança estratégica com capital internacional, e, por outro, de sua relação despótica com os trabalhadores brasileiros. O latifúndio permaneceu, assim, como elemento fundamental do capitalismo brasileiro. (SAMPAIO JR, 2012, p. 15)

O Estatuto da Terra promulgado em 1964, posteriormente ao golpe militar, traz em seu texto questões diversas, sobretudo sob a ótica da modernização conservadora (FELICIANO, 2009). Para Sampaio Jr (2012) o estatuto cumpriu o

papel de inviabilizar a reforma agrária quando traz como elemento central a ideia de que a terra produtiva não pode ser destinada a assentamento como coloca o autor:

O Estatuto da Terra, promulgado em 1964, logo depois do golpe militar, estabeleceu os parâmetros institucionais que norteariam a resposta da burguesia brasileira à luta pela democratização do campo. A exaltação da terra produtiva sacralizava a exploração capitalista. Gerando lucro, tudo seria permitido. Inviabilizava-se qualquer possibilidade de reforma agrária (SAMPAIO JR, 2012, p. 16)

Neste sentido, restringir a possibilidade de desapropriação é para Sampaio Jr (2012) a forma que o capitalismo brasileiro encontrou de perpetuar o latifúndio:

Ao restringir a possibilidade de desapropriação por interesse social apenas às terras consideradas improdutivas, a ditadura do grande capital, na prática, perpetuava o latifúndio e seu pressuposto humano – a pobreza do homem – como sustentáculos fundamentais do processo de modernização conservadora do campo impulsionado pela grande empresa agrícola. (SAMPAIO JR, 2012, p. 16)

Como elemento fundamental o que temos durante a ditadura, na verdade refere-se a uma contra-reforma agrária como pontua o autor, pois mantém intacta a base de poder econômico, que são as grandes propriedades de terras. Sampaio Jr (2012, p.12) conta que “A reforma agrária da ditadura militar, na realidade, era uma contra-reforma agrária, cujo objetivo primordial consistia em preservar intacta a base do poder econômico e político do latifúndio.”

Sampaio Jr (2012) ainda coloca o latifúndio como sustentação de regime político, pois a partir do Estatuto da Terra, a reforma agrária é excluída da agenda política a reforma agrária

A diferenciação entre terras produtivas e terras improdutivas era para inglês ver, pois, na realidade, o latifúndio como um todo – o produtivo e o improdutivo – era uma das colunas fundamentais de sustentação do regime autoritário e não poderia ser abalado por medidas que pudessem colocá-lo em questão. Em retribuição ao papel decisivo do latifúndio no golpe militar de 1964, a ditadura do grande capital retiraria definitivamente a reforma agrária da agenda política do Estado brasileiro. (SAMPAIO JR, 2012, p. 16)

O regime político da ditadura civil militar trouxe elementos fundamentais para compreensão do sentido da ideia de reforma agrária no Brasil, tais como o

aprofundamento das propriedades privadas individuais diante da ideia das terras produtivas e a contenção dos movimentos sociais a partir de diversas práticas.

1.5.3. Políticas pós 1985

Faz-se necessário pesquisar o período posterior ao regime civil militar tendo como elemento fundamental, para compreender a reforma agrária que não se realiza, entender a periodização das diversas políticas agrárias de assentamento pós redemocratização até os dias atuais, sobretudo neste contexto de governo não democrático.

Quando se tira uma fotografia deste período, temos que a concentração de terras e os privilégios continuam, a ausência de desapropriação, substituída pela compra de terras e o uso de terras públicas é a tônica deste período.

Não é por acaso que da área total de 88.847.137 ha correspondentes aos assentamentos rurais criados no Brasil após o fim da Ditadura Empresarial-Militar, apenas 30.571.822 ha correspondem a áreas desapropriadas para fins de reforma agrária, o que corresponde a pouco mais de 1/3 do total. Isto aponta para o abandono cada vez maior deste instrumento de obtenção de terras, substituído via de regra pela compra de terras ou pelo uso de terras públicas para a realização de assentamentos (ALENTEJANO,2018, p. 312)

Toma-se como ponto de partida para este entendimento Feliciano (2009) que seguindo esta mesma perspectiva buscou fazer uma periodização das políticas de reforma agrária, pós-redemocratização do Brasil, ou melhor dizendo, das políticas de “NÃO reforma agrária” como colocou Oliveira (2007).

O primeiro elemento que o autor trouxe à tona foi a análise do I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), o mesmo relata que dentro do IV CONTAG (Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) José Sarney e o então ministro do recém criado MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) Nelson Ribeiro falaram do esforço que teriam para implantar este I PNRA. Levantando todas as informações do Congresso e contando com a então liderança do presidente do INCRA, José Gomes da Silva agrônomo e defensor da Reforma Agrária, chegaram à necessidade de assentar 1 milhão e 400 mil

famílias, PNRA previsto para 5 anos de 1985/1989, com desapropriação prevista, e uma verdadeira reforma estrutural.

Porém as manifestações e a imediata investida contra a reforma partiu da bancada ruralista junto com sua organização, onde os mesmos resolveram criar em 1985 a UDR – União Democrática Ruralista, instituição que tinha atuação dentro e fora do congresso no intuito de inviabilizar qualquer tipo de Reforma Agrária.

Diante de tamanha pressão dos ruralistas, o PNRA só conseguiu assentar efetivamente 69.778 famílias de 1985 a 1989 no Governo de Sarney, número ínfimo, comparado à demanda de 1,4 milhões de famílias previstas pelo governo.

Já o Governo Collor, primeiro presidente a ser eleito por voto direto, após a Ditadura Militar, em seu curto mandato, apresentou um claro retrocesso, o primeiro foi de criar uma proposta de reforma agrária tardia com a meta de assentar 400 mil famílias, mesmo sabendo que esta meta estava muito abaixo da demanda real. O segundo grande retrocesso foi de vincular o INCRA ao Ministério da Agricultura, que é tradicionalmente vinculado aos grandes proprietários de terra.

Mesmo com meta substancialmente baixa, o número de famílias assentadas foi de 39.894. Sem dúvida representava o não interesse de uma reforma agrária, e mesmo neste momento de voto direto, temos claro um presidente que entrou para defender os interesses dos latifundiários.

No governo de Itamar Franco de 1993/1994 a Reforma Agrária nem entrou em pauta, sendo que houve algumas regularizações fundiárias e em números de novos assentados segundo o INCRA foram apenas 4.809 famílias assentadas.

Feliciano (2009) faz uma análise do governo de Fernando Henrique Cardoso. Logo em seu primeiro mandato, observa-se que o mesmo estava coadunando com as propostas dos governos anteriores, de Itamar e Collor, no qual, traz um indicativo que atuaria somente em solucionar os conflitos fundiários mais problemáticos e ofereceria sobretudo créditos agrícolas e assistência técnica. Porém trouxe uma proposta que demonstrou que haveria um grande retrocesso nas políticas agrárias, fazer reforma agrária sem desapropriação.

Outro ponto colocado pelo autor e também analisado por Oliveira (2007) diz respeito a uma reforma agrária proposta por Fernando Henrique Cardoso sob os princípios da “paz e justiça”, onde afirma adotar “uma política realista e

responsável” ao lado dos assentados, mas contraditoriamente e logo no primeiro mandato foi ele o responsável pelos maiores massacres recentes no campo conforme descrito abaixo:

O primeiro massacre ocorreu em 15 de julho de 1995, no município de Corumbiara, Estado de Rondônia, quando 514 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, ao ocupar uma área já declarada como improdutiva, resistiram a sair, após ordem de despejo expedida pelo juiz Glodner Pauletto, do Fórum de Colorado d’Oeste/RO. Sorrateiramente, as famílias foram atacadas de surpresa e violentamente, por uma tática planejada pelos policiais, com indícios do auxílio de “funcionários” do fazendeiro. No final desse trágico conflito, dez pessoas morreram, 125 ficaram feridas, 9 desapareceram, 355 foram presas, 120 foram interrogadas e 74 indiciadas por desobediência e resistência. O segundo massacre ocorrido no campo ficou registrado, na História, como símbolo internacional da Luta Camponesa, devido a sua repercussão pelo mundo: foi o massacre de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará. Em 17 abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, 19 camponeses foram assassinados pela Polícia Militar do Pará. Além dos 19 mortos, o conflito de Eldorado do Carajás alcançou um número de setenta e sete feridos, sendo sessenta e seis civis e onze policiais militares. As mortes dos camponeses não resultaram apenas do confronto em si. Segundo a perícia técnica inicial, perpetrou-se uma desmedida execução sumária, revelada por tiros de precisão, à queima roupa, por corpos retalhados a golpes de instrumentos cortantes (foices e facões dos próprios sem-terra), com esmagamentos de crânios e mutilações. Esses dois episódios de extrema violência no campo ficarão marcados na memória, como referência de luta e resistência camponesa, assim como o governo de Fernando Henrique Cardoso também ficará caracterizado como o governo responsável pelo massacre mais violento do final do século XX. (FELICIANO, 2009, p. 90)

A truculência do Governo Fernando Henrique Cardoso e a clara criminalização dos movimentos sociais, sobretudo o MST, demonstrou o posicionamento deste governo diante da pauta reforma agrária.

Entretanto diversas foram as medidas políticas e jurídicas tomadas por este Governo durante seus dois mandatos, tomando um posicionamento claro em defesa dos grandes proprietários de terra em detrimento do interesse da maioria, os trabalhadores rurais sem terra e os camponeses.

Houve neste período a aplicação de uma Contra Reforma Agrária como afirma Oliveira (2007), ou seja, uma política agrária que foi contra os princípios de uma reforma, exposta em cinco estratégias claras do Governo Fernando Henrique Cardoso.

A Primeira, uma criminalização dos movimentos sociais, principalmente do MST, na figura de suas lideranças e contava com diversas mudanças jurídicas no sentido de desarticular a luta pela terra:

A Segunda Estratégia, diz respeito às mudanças legais que foram sendo realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, elencadas por Oliveira (2007): Securitização das dívidas dos ruralistas (não aplicado); ITR progressivo (relativo à produtividade);- O Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra que tinham um caráter de contra reforma, pois não buscava resolver o problema do acesso à terra, mas vender a terra e endividar o trabalhador rural;- A MP 2.109 que proibiu a vistoria por dois anos em imóveis ocupados, ou seja, criava um grande entrave na luta pela terra através da ocupação; e a Portaria/MDA/nº 62 de 27/03/2001, que exclui os assentados da reforma agrária devido “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”, clara criminalização das vítimas de uma distribuição desigual histórica de terras;- por fim a última medida foi a inscrição para assentamentos da reforma agrária pelo correio, veiculada com propaganda televisiva e impressa afirmando que a “porteira está aberta para a reforma agrária, é só entrar e inscrever-se”, foi outro estelionato das políticas do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). de FHC.

Temos claro que esta segunda estratégia vem no sentido de desarticular a luta por terra, sobretudo, as adotadas pelo MST, através de ocupações, manifestações e denúncias diretas em terras griladas ou improdutivoas.

A Terceira Estratégia, que é obviamente derivada da segunda foi a de aproximação de movimentos camponeses que eram contra a estratégia de ocupação de terras, mas dialogavam com a necessidade de acesso à terra, e que tinha uma maior afinidade com o governo e com o partido do governo PSDB.

A Quarta Estratégia, estava vinculada ao MDA, para legitimar todas estas estratégias, aglutinam um grupo de intelectuais que tem uma leitura próxima ao Governo no sentido de pensar em uma política para a agricultura familiar, fundando o NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

A Quinta Estratégia de fato, pode ser vista como a “cereja do bolo” do governo FHC, explicado de forma bem clara por Oliveira:

Entretanto, a quinta ação foi aquela marcada por lances espetaculares, de acordo com a chamada sociedade do espetáculo. A ação na mídia mobilizou o governo, os movimentos e a opinião pública. Reportagens

procurando impingir caráter satânico as lideranças do MST, contra-propaganda organizada a partir de grandes órgãos de imprensa, denúncias nunca provadas, formação de equipe de jornalistas, realização de pesquisas de opinião pública sobre o MST, produção de material virtual via Internet, etc. Estas ações geraram na mídia um conjunto significativo de notícias que visavam principalmente desmontar a imagem de apoio que a população tinha formado sobre o MST e a reforma agrária após a Marcha à Brasília. Certamente, deve-se a esta ação o fato de que a mídia nada noticiou sobre a queda expressiva desde 1998, no número de famílias assentadas. Embora a CNASI – Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA, tenha divulgado manifestação provando a redução. (OLIVEIRA, 2007, p. 145)

Os dados de famílias assentadas nos dois mandatos do Governo Fernando Henrique, o que pareceu ser dados bastante interessantes quando olhamos de forma quantitativa ao analisar de fato a Reforma Agrária, sabemos que dialoga com as estratégias, 276.290 famílias de 1995 a 1998 e 103.059 de 1999 a 2002.

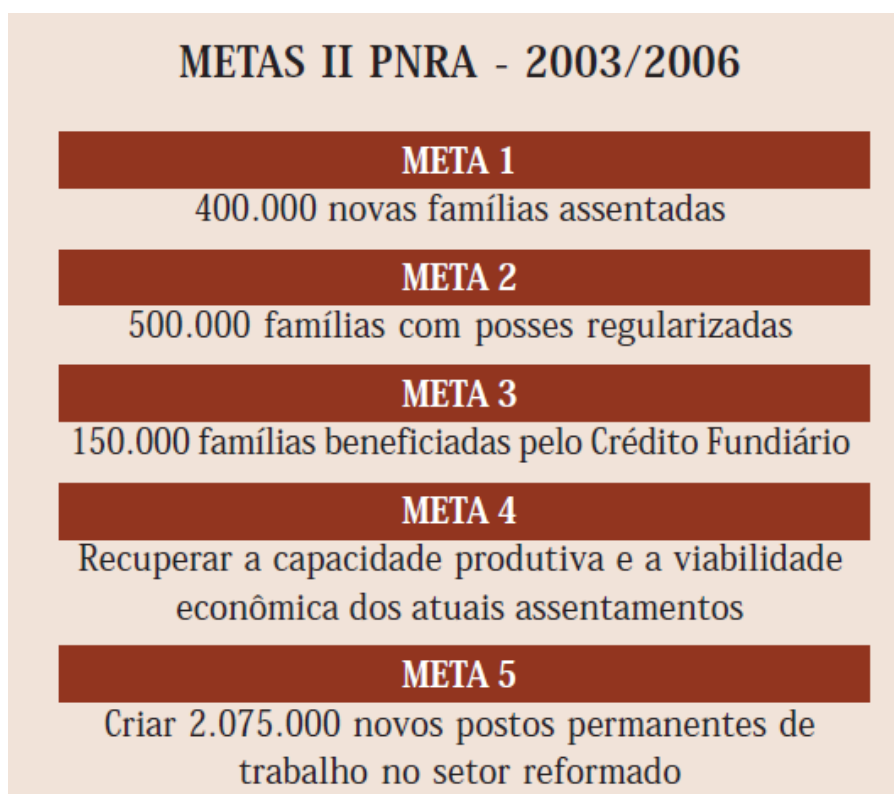
Oliveira (2007) buscou analisar os dados dos primeiros seis anos de mandato do Fernando Henrique. Como ponto fundamental, colocou que a Reforma Agrária não partiu de uma política proposta pelo governo, mas sim como resultado de uma pressão social muito grande resultando em muitos conflitos.

Outro ponto fundamental a ser analisado é a distribuição territorial destas famílias assentadas no Governo do FHC. Sendo que os assentamentos, segundo Oliveira (2007, p. 142), foram distribuídos na seguinte proporção: “total chegou a 490 mil famílias, distribuídas 62% na região Amazônica, 22% no Nordeste, 10% no Centro-Sudeste e 6% na região Sul.”. O mesmo autor ao analisar os dados de ocupações no mesmo período chega à conclusão que apenas 10% das ocupações ocorriam na região Amazônica.

Neste sentido, demonstra um claro descompasso entre as lutas sociais que ocorriam em outras regiões, como no Pontal do Paranapanema, com a proposta do Governo que tinha como intuito claro de desarticular, minimizar estas lutas, ou seja, fazer uma contra reforma agrária.

O governo Lula, por sua vez, construiu uma proposta ousada de reforma agrária através do II Plano Nacional Reforma Agrária. Contava com 11 metas, porém vamos analisar a meta 1 proposta de 400 mil famílias assentadas, colocando da seguinte forma:

Figura 1 METAS II PNRA - 2003/2006



Fonte: Brasil (2003, p. 38).

Cabe ressaltar que cada meta tinha claro quais seriam seus objetivos e quando fala em assentar 400.000, são novas famílias e não regulamentação. Para povos ribeirinhos e indígenas havia outras metas.

Outra questão importante é ler os princípios deste plano, que em si é transformador:

Uma grande Reforma Agrária se faz com grandes metas. As diretrizes do II PNRA desdobram-se em metas que demonstram o compromisso com uma Reforma Agrária massiva e de qualidade, capaz de produzir uma profunda transformação no meio rural brasileiro e impulsionar um novo padrão de desenvolvimento com igualdade e justiça social, democracia e sustentabilidade social. (BRASIL, 2003, p. 38)

Porém temos claro desde o primeiro momento, que as metas não tem sido respeitadas, e que o MDA/INCRA estava utilizando de métodos similares ao utilizados no Governo FHC, métodos que foram em muitos momentos

denunciados e desvendados pelos militantes do PT (Partido dos Trabalhadores), e que o mesmo faziam lutas para desmentir esse tipo de práticas.

Entre tais métodos estão o de utilizar de assentamentos de governos anteriores e divulgar como se tivesse feito no governo atual, misturar regulamentação fundiária com assentamento de fato, além de juntar reservas extrativistas e assentamentos realizados pelos estados, como expostos por Oliveira (2007) ao fazer uma leitura dos dados fornecidos à Folha em um CD com 7.800 páginas que listam os 243 mil assentados no período 2003-2005:

Dos 243 mil trabalhadores que o governo diz ter assentado de 2003 a 2005 [os dados não incluem 2006], mais da metade, 127 mil (52%), está relacionada a projetos criados durante a gestão de Lula. Dessa parcela, 56,3 170 mil (44%) correspondem a assentamentos estaduais ou reservas extrativistas. Os 48% restantes - cerca de 115 mil assentamentos - foram criados em governos passados. Pelo menos 2.121 pessoas "assentadas" pelo governo Lula se encontravam em projetos criados ainda na ditadura militar. Nos anos 70, 10.425 estavam nos projetos de João Figueiredo (1979-1985) e de José Sarney (1985-1990). Outros 73.093 nos anos 90; e 29.156, nos três últimos anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). (OLIVEIRA, 2007, p. 169-170)

Devido à forma na qual foram divulgados os números, buscou-se entender as metas primeiro para estes 3 anos 2003/2005, onde o Governo assentou 85.966 famílias das 260.000 previstas.

Ao analisar os dados destes 3 primeiros anos de mandato temos claro uma "Não Reforma Agrária", pois não obtivemos um grande avanço no que diz respeito ao efetivo caráter transformador proposto no II PNRA.

Em 2005, depois desta ínfima reforma agrária, ou melhor, uma Não Reforma Agrária, o número de acampados são estimados em 230 mil, ou seja, substancialmente superior aos 60 mil acampados do último ano do governo FHC. Claro que no tempo do FHC foi fruto de uma Contra Reforma Agrária já debatida no capítulo.

O ano de 2006 deve ser entendido como um caso à parte, pois trata de um momento específico, em que há um aprofundamento nas estratégias de manipulação dos números e uma Não reforma agrária profunda, além de saber-se pois, que se refere a um ano eleitoral.

Neste sentido, tal como no último ano de mandato do FHC, há uma divulgação massiva da reforma agrária com números superestimados; o governo anunciou assentamento de 136 mil, mas novamente quando olhamos para meta do II PNRA chegamos a 45.779 famílias assentadas.

Ao fim do mandato, a Não Reforma Agrária do governo Lula cumpriu, ao analisar a Meta 1 do II Plano de Reforma Agrária, apenas 33 % da meta, esta que já estava bem abaixo da necessidade real, isto sem analisar que tipo de reforma agrária se refere a mesma. Somente analisando os números temos uma reforma agrária novamente que não se realiza no Brasil.

Mais de 150 mil famílias que estavam acampadas em 2003 continuam acampadas em 2007. Somando-se elas o contingente que foi para os acampamentos entre 2004 e 2006, chega-se ao total de mais de 240 mil embaixo das lonas pretas à espera da reforma agrária que não vem. (OLIVEIRA, 2007, p. 176)

A análise a seguir partirá novamente dos dados desagregados, ou seja, no segundo mandato do Lula os dados de novas famílias assentadas, aparecerão da mesma forma que vem sendo trazido na pesquisa até o momento, tal como o primeiro ano do Governo Dilma, porém no segundo ano, 2012, do Governo Dilma serão utilizados os dados oficiais do INCRA e conforme já colocado na pesquisa estes dados misturam assentamentos de governo anteriores, regulamentação fundiária, reservas extrativistas e assentamentos realizados pelos estados fazendo assim parte da tática da lógica eleitoreira, porém torna-se necessária a análise para uma visão geral das políticas de reforma agrária até o atual momento e conforme será observado. Mesmo com todos estes recursos, os dados não são em nada positivos para os movimentos sociais.

Cabe ressaltar que a partir do segundo mandato de Lula temos um claro abandono das políticas de reforma agrária, sobretudo pelo fato de não ter nem sido pensado em um novo PNRA, o que demonstra um total desinteresse do governo por tal pauta.

As decisões políticas do segundo mandato tomaram uma evidente direção em defesa dos grandes produtores, com suas políticas de investimento em portos e infraestruturas para produtores de soja e outras commodities, em detrimento dos interesses de diversos camponeses e trabalhadores rurais sem terra.

Outro elemento que deixa claro estes interesses, diz respeito às leis de regulamentação de terras na Amazônia Legal, que tem como princípio básico, transformar as terras devolutas, terras pertencentes à União em propriedade privada, demonstrando uma política que vai contra os princípios da reforma agrária. Para tal vamos analisar alguns princípios na MP (Medida Provisória) 458 de 2009.

No que diz respeito aos possíveis beneficiados desta Medida Provisória, temos claro que não são apenas os camponeses, pois não exige que o mesmo more na área a ser legalizada, mas sim de garantia de que há alguma atividade econômica sendo desenvolvida na área conforme observado na citação abaixo, no que diz respeito à ocupação indireta e exploração indireta.

Art. 2o Para os efeitos desta Medida Provisória, entende-se por: I-ocupação direta: aquela exercida pelo ocupante e sua família; II-ocupação indireta: aquela exercida somente por interposta pessoa; III-exploração direta: atividade econômica exercida em imóvel rural, praticada diretamente pelo ocupante, ou com auxílio de seus familiares e, eventualmente, com ajuda de terceiros; IV-exploração indireta: atividade econômica exercida em imóvel rural, por meio de preposto ou assalariado; V-cultura efetiva: exploração agropecuária, agroindustrial, extrativa, florestal, pesqueira ou outra atividade similar, mantida no imóvel rural e com o objetivo de prover subsistência dos ocupantes, por meio da produção e da geração de renda; VI-ocupação mansa e pacífica: aquela exercida sem oposição e de forma contínua; VII-áreas urbanas consolidadas: aquelas que apresentem sistema viário implantado e densidade ocupacional característica, na data de publicação desta Medida Provisória, conforme regulamento. (BRASIL, 2009)

Outro elemento que a lei possibilitará é a concentração de terras por “grilagem”, pois tem-se a possibilidade de legalização de até 1500 ha de terras, conforme texto da Lei, mesmo para o contexto Amazônico, em benefício de grandes propriedades:

§1o Serão regularizadas as ocupações de áreas de até quinze módulos fiscais e não superior a mil e quinhentos hectares, respeitada a fração mínima de parcelamento. (BRASIL, 2009)

Diante de tal fato, sendo assentadas 107.757 famílias das 400.000 previstas, se no primeiro mandato do Lula tivemos uma Reforma Agrária que não se realizou ou que se realiza segundo os interesses dos grandes proprietários de terras, temos claro que no segundo, o que está em pauta é uma contra

reforma agrária, em que os interesses dos camponeses são deixados de lado a favor dos interesses dos grandes capitalistas do campo conforme colocado por Ariovaldo:

O segundo mandato [de Lula] por sua vez, transcorreu sem que fosse elaborado o III Plano Nacional de Reforma Agrária como manda a legislação em vigor, e, ao contrário, implantou-se a política de contra-reforma agrária para a expansão do agronegócio. Os 67.823.810 hectares do Incra sem destinação na Amazônia Legal, terras públicas que estão registradas em cartórios de registro de imóveis em nome do órgão e ocupadas ilegalmente pelo agronegócio, transformaram-se em objeto da ação política da banda podre dos funcionários do Incra, que mudaram os rumos da política agrária no segundo mandato. As Medidas Provisórias 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) e depois a 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009) que englobou os princípios da anterior, ampliou as possibilidades de regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal. Como consequência, ao invés do Incra fazer o terceiro plano de reforma agrária, o MDA criou o Programa Terra Legal para regularizar as terras públicas do Incra, griladas pelo agronegócio. Assim, a contra-reforma agrária foi a marca principal do segundo mandato do governo de Luiz Inácio, ou seja, a política de “legalização” da grilagem das terras do Incra na Amazônia Legal. Em decorrência dessa política, os conflitos por terra aumentaram, particularmente na Amazônia Legal, e com eles os posseiros foram em 2010, os principais protagonistas da luta pela terra no país, ultrapassando as ações dos Sem-Terra. (OLIVEIRA, 2011, p. 56)

O governo de Dilma Rousseff tem um claro abandono da política de reforma agrária, pois, apareceu com baixo índice de implantação de assentamentos, números estes, que no período pós-redemocratização somente pode ser comparado ao governo do Fernando Collor, inimigo declarado dos camponeses.

Podemos trazer como um dos elementos que torna evidente o aprofundamento não só da não reforma agrária, mas como novamente o aprofundamento da contra-reforma agrária, o novo código florestal, onde tivemos um claro fortalecimento dos interesses da bancada ruralista, em que diversos movimentos ambientais e sociais se colocaram contra a mudança do código.

A Bancada Ruralista é formada por parlamentares oriundos de partidos distintos, que se propõem a defender um assunto ou tema específico, que culminam na defesa dos seus interesses da classe, como proprietários de terra ou capitalistas da agricultura. Ou seja, um grupo de deputados federais e senadores que se mobilizam para defender no Congresso Nacional os interesses dos ruralistas, encaminhando Projetos de Lei, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados e senadores aliados para fazerem pressão sobre o Congresso e o

Governo. Além da auto-identificação como ruralistas, em geral, tem diferentes formações profissionais e ao longo de suas trajetórias políticas exerceram cargos públicos eletivos ou não eletivos de esfera municipal, estadual e federal. Estes deputados federais podem ascender a outras posições no Senado, nos ministérios e manterem suas articulações com a bancada da Câmara. Ou seja, transitam para outros cargos do Legislativo e do Executivo para continuar a defesa da expansão capitalista da agricultura. (OLIVEIRA; COSTA, 2011, p. 2)

Quando analisamos o primeiro mandato de Dilma Rousseff temos apenas 41.414 famílias assentadas, sendo que mesmo nas demandas conservadoras refere-se a uma necessidade de assentamentos que apontam para 400 mil famílias e quando pegamos os dados do DATALUTA, (2017) temos que em 2011 havia 25.369 famílias morando em ocupações e ao fim do primeiro mandato da Dilma permaneciam 30.888 em ocupações.

Já no segundo mandato do governo Dilma assentou-se apenas 5490 famílias, em seu primeiro ano, 2015, e 1112 famílias no segundo ano, 2016, ano no qual a mesma sofreu impeachment, pós o qual assumiu o então vice-presidente Michel Temer.

Para entender o governo do Michel Temer, temos que entender que o mesmo inicia a partir de um golpe contra a democracia, tendo como premissa o intuito de retiradas de direitos e o aumento violência no campo em defesa da propriedade privada e produção e reprodução do capital.

Nesse momento da história do país, o golpe político contra a democracia e a intensificação da violência contra homens e mulheres do campo aparecem como irmãos siameses na privatização das terras e na apropriação mercadológica dos demais bens da natureza. (MITIDIERO Jr; FELICIANO, 2018, p. 219)

A desvinculação do INCRA do MDA e vinculação à Casa Civil e a extinção deste ministério, são elementos primeiros que mostram o desmonte da política de assentamentos no Brasil e agrárias, pois dificulta e ataca diretamente aqueles que precisam destas políticas, camponeses, indígenas e quilombolas.

O governo Temer deixou claro seu posicionamento em relação às disputas no campo brasileiro logo em seus primeiros atos, quando extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e cancelou desapropriações de terra e demarcações de terras indígenas e quilombolas. (ALENTEJANO, 2018, p. 310)

Também como medida tomada pelo Michel Temer logo após o golpe, foi destinar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a um dos maiores produtores rurais do país, o conhecido latifundiário Blairo Maggi.

Analisando a composição ministerial do governo Temer não resta dúvida de que esta reivindicação foi atendida, pois foi indicado para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) um dos maiores produtores rurais do país e senador por Mato Grosso (estado onde todos os parlamentares pertencem à FPA), Blairo Maggi. (ALENTEJANO, 2018, p. 310)

Alentejano ao avaliar o período no qual o Michel Temer manteve-se no governo tem como levantamento o total de 21 desapropriações, número ínfimo diante do território continental brasileiro e da necessidade de uma reforma agrária estrutural no Brasil.

A comparação do número de títulos emitidos com o de terras desapropriadas deixa evidente qual a prioridade do governo atual: só 21 desapropriações – isto é praticamente nenhuma terra transferida de latifundiários para assentados; 26.523 títulos definitivos entregues – que serão poderão agora inclusive ser vendidos, principalmente por aqueles que não tiverem condições de pagar as parcelas anuais, aos quais só restará o recurso de vender a terra ou parte dela para quitar sua dívida com o governo. (ALENTEJANO, 2018, p. 312)

Diante de um cenário de golpe contra o governo e sobretudo contra a população, há dentro do capitalismo uma intensificação da violência na disputa por terras, possibilitando um acúmulo de capital ainda maior.

Estas violências que já eram presentes no Brasil, aprofundam-se e ganham novos atores, pois agora, há uma expansão da violência sobre a disputa de água e minério, tendo como vítimas; as lideranças locais, apoiadores e os povos indígenas:

Na parte rural do território brasileiro, a intensificação da violência nas disputas por terra (água e minérios) é um retrato pálido do sucesso do agronegócio brasileiro. A história do agronegócio (ou do agro e outros negócios, como intitula Carlos Walter Porto- Gonçalves), que vai do coronelismo ao empresário moderno e do latifúndio à propriedade e produção tecnologicamente avançada, é inseparável das ações de violência, roubo, expropriações, corrupção, etc. (MITIDIERO Jr; FELICIANO, 2018, p. 221)

Violência está que tomam duas formas, a violência institucional, pela política que inviabiliza qualquer avanço e conquista e a violência física que anda de mão dada com a primeira como aponta os autores:

Portanto, violência institucional (pela política) e violência física contra pessoas e comunidades (a ferro, fogo e sangue) andam de mãos dadas na garantia do domínio econômico ou como grito desesperado do capital ávido por possibilidades de acumulação/reprodução (MITIDIERO Jr; FELICIANO, 2018, p. 223)

Quando se analisa os números de conflitos por terras tem-se em 2016 e 2017 uma ampliação histórica de violência no campo, tendo só em 2017 05 massacres:

Os conflitos em 2016 alcançaram o maior número de ocorrências nos conflitos por terra em toda a história de registro da CPT, assim como o ano de 2017 superou todos os recordes, com 05 massacres em um ano, algo nunca registrado pela CPT neste século. (MITIDIERO Jr; FELICIANO, 2018, p. 232)

A crueldade se expressa que se tem por um lado o aumento da violência, contraditoriamente sabe-se que as mobilizações no campo têm perdido força e a política de assentamento expressa-se como insignificante.

Os dados demonstrados por Mitidiero Jr e Feliciano (2018) demonstra um total de 61 em 2016 e 71 assassinatos em 2017, sendo que dentro dos registros da CPT, somente o ano de 2003 teve um maior número que este, 73 assassinados, ano que as ocupações e lutas por reforma agrária estavam em grande ascensão.

Desde 2003 a 2015 os números de assassinados decorrentes de conflitos territoriais no campo, apresentados pela CPT seguiam caindo, acompanhando a diminuição das mobilizações no campo e da cidade, porém as mortes no governo Michel Temer apontam para um novo momento, momento que os autores apontam como o risco da retomada da barbárie no campo brasileiro.

No exercício estatístico realizado por, Verano, Gosch e Figueiredo [...] chegaram a seguinte conclusão: nos períodos em que ocorreu o aumento no número de assassinatos, aumentou também o número de assentamentos como resposta do Governo a tais crimes, sendo essa relação inapropriada para o período atual, uma vez que o aumento assustador dos assassinatos não foi acompanhado pelo aumento no número de assentamentos e famílias assentadas. [...] A pesquisa desses autores, somado ao estudo de Feliciano (2016), aos dados gerais de violência no campo da Comissão Pastoral da Terra e aos dados de ações e manifestações dos movimentos sociais do Relatório

Dataluta (2016) apontam para o que a princípio seria uma incongruência analítica: diminuí as ações dos movimentos sociais, diminuí o número de assentamentos, diminuí o número de pessoas/famílias envolvidas nessas ações, mas aumenta os números de violência contra pessoa e a posse. (MITIDIERO Jr; FELICIANO, 2018, p. 236)

Quando analisamos a diversidade de mortos sob o ponto de vista social, percebe-se que a uma variedade de sujeitos históricos, jovens, mulheres, adolescentes, famílias completas, indígenas e quilombolas.

Dos 61 mortos em 2016, 6 eram mulheres, 16 jovens (até 29 anos), 1 adolescente, 13 indígenas, 4 quilombolas. No aprofundamento dos casos de homicídios, constatam-se assassinatos de famílias: dois casos em que marido e esposa foram mortos; uma tentativa de execução de casal, em que apenas a mulher veio a óbito; um caso de assassinato de pai e filho e um de dois irmãos. Soma-se à violência contra as famílias, o massacre de 5 membros de uma mesma família indígena (índios Guajajaras). Do ponto de vista do lugar social daqueles que morreram nos conflitos/emboscadas, foram vitimados lideranças sem terra e sindicais, militantes sem terra, posseiros, lideranças quilombolas, indígenas, ribeirinho/caiçara, trabalhador rural, pequeno produtor rural, funcionário público e apoiadores. (MITIDIERO Jr e FELICIANO ,2018, p. 236)

Apesar do nome conflito ser utilizado, sabe-se quem morre e quem não morre em disputas de terras, sabemos que os grandes proprietários de terras passam longe da linha de fogo destes conflitos, e são camponeses, quilombolas e indígenas e também os militantes de movimentos sociais e apoiadores da luta que são assassinados em conflitos:

Como apontado anteriormente quem é assassinado nos conflitos e disputas por terra, água e trabalho no Brasil são, em sua maioria, camponeses sem terra, camponeses lideranças de movimentos sociais, sindicalistas, índios, quilombolas e o trabalhador vítima de escravidão contemporânea. Também morrem os apoiadores da luta pela terra: padres, freiras, advogados, funcionários públicos e políticos. Quem não morre nos conflitos agrários são os grandes proprietários rurais. Esses, frequentemente, são os mandantes dos assassinatos. (MITIDIERO Jr, FELICIANO, 2018, p. 238)

Quando o estado brasileiro deixa de controlar seu território, é as oligarquias modernas que o farão, sobretudo, diante de um cenário de impunidades deste crime, quando preso, somente o executor é penalizado e os mandantes nem sequer são encontrados.

Com isso, a violência e os massacres aumentam no Brasil e vão configurando espaços brutalizados, onde o Estado brasileiro abriu mão

do controle do território para o capital e a classe oligárquica moderna. (MITIDIERO Jr; FELICIANO, 2018, p. 248)

Fundamental quando no período do governo Michel Temer a violência através dos assassinatos sistemáticos desses sujeitos sociais ocorre, sabe-se que outras violências de ordem social, tais, como violências étnicas, contra os camponeses que acontecem permanentemente no estado brasileiro.

Os assassinatos sistemáticos desses sujeitos sociais, realizados ou encomendados pelos portadores do capital e da “modernidade”, constituem a maior das violências entre todas as outras possíveis. A violência da miséria e da fome, a violência da discriminação étnica contra o indígena e da discriminação social contra o camponês e trabalhador rural, a violência da falta de políticas públicas, a violência das leis, a violência da ausência ou omissão do judiciário nos conflitos se tornam menores diante daquela violência que tira a vida de uma pessoa. (MITIDIERO Jr; FELICIANO, 2018, p. 250)

A expulsão de camponeses das terras é prática comum na história do Brasil, mas vem demonstrando através dos massacres um novo momento da política brasileira, de aprofundamento da violência acompanhada de omissão do estado.

A acumulação primitiva no campo, por meio da expulsão de camponeses, da “limpeza de terras” ao capital agronegócio, constitui um autêntico roubo de terras, e é o que está por detrás, por exemplo, dos massacres de Colniza, Pau D’arco e da violência em geral que assombra as áreas rurais no Brasil. (MITIDIERO Jr; FELICIANO, 2018, p. 251)

O abandono da reforma agrária enquanto política estruturante, encontra-se a margem dos governos, não sendo exclusividade do governo do Michel Temer, mas no seu governo há um resgate de uma convivência com a violência praticada no campo.

Mas, é preciso que se diga, o abandono da reforma agrária enquanto política estruturante do campo brasileiro não é prerrogativa exclusiva do governo Temer, vem se delineando de forma cada vez mais nítida ao longo das últimas décadas (ALENTEJANO, 2018, p. 312)

Historicamente o capitalismo brasileiro nasce com licença para matar, desde os movimentos messiânicos, passa pelas Ligas Camponesas, e nos diversos conflitos pós redemocratização, mas substancialmente há no período atual um resgate de um passado escravocrata e violento.

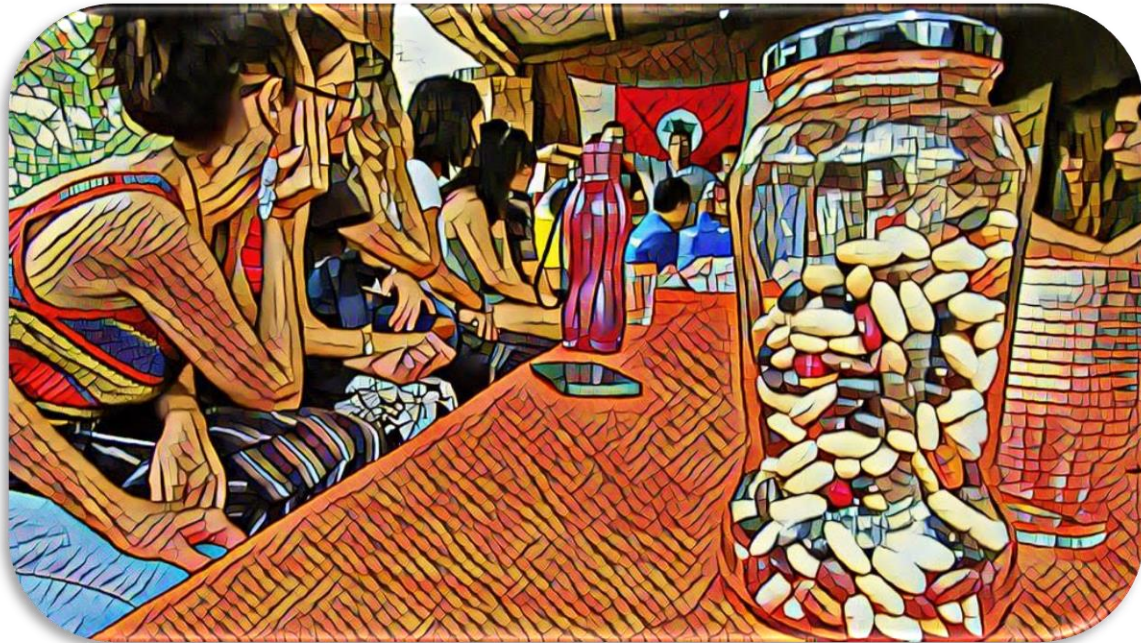
É aí que se encontra uma dentre tantas outras especificidades do desenvolvimento do capitalismo nacional: licença para matar, a reiteração do passado escravocrata, o racismo à moda brasileira, a perpetuação das distinções entre a casa grande e a senzala nos espaços da nação, a aceitação passiva da população brasileira diante aos ataques e violências (às vezes carregados de certo apoio à violência por parte da população), a naturalização dos assassinatos, a quase absoluta falta de consciência de classe e uma crise ética. (MITIDIERO Jr; FELICIANO, 2018, p. 252)

Diante de tal cenário temos no Brasil uma Reforma Agrária que não se realiza e temos ao longo da história governos que aprofundaram o que se entende como Contra Reforma Agrária, onde não só não se realiza, mas criam aparatos jurídicos, midiáticos, políticos e sociais em favor dos grandes proprietários de terra em detrimento dos camponeses.

Mas caso seja isso, a violência que caracteriza o Brasil de hoje e as possibilidades mínimas de transformação radical do sistema econômico, anunciam que a nova sociedade que estaria surgindo seria mais perversa que a sociedade que começaria a deixar de existir. (MITIDIERO Jr; FELICIANO, 2018, p. 252)

O advento do governo Bolsonaro aprofundou a preocupação com o futuro da política de assentamentos e gerou uma profunda preocupação com os assentamentos já existentes, sobretudo com medo da ampliação do Programa Terra Legal e a titulação de lotes como já pretendia o presidente Michel Temer.

2. A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas origens



Fernando Freitas de Almeida (2019)

Compreender o Brasil passa pela apreensão da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois, refere-se a um movimento de camponeses que tem capilaridade em todas as regiões e vem organização a luta pelo país há quase 4 décadas.

Nesta compreensão tomaremos como ponto de partida Fernandes (1994) que traz ao centro do debate o conceito de espaço social, analisando os movimentos sociais a partir da ótica do processo. Para o autor, que toma o pensamento de Lefebvre como base, o espaço social reflete a materialização da realidade produzida na relação de sociedade e natureza, é quem gera a vida, a existência, os objetos, o trabalho:

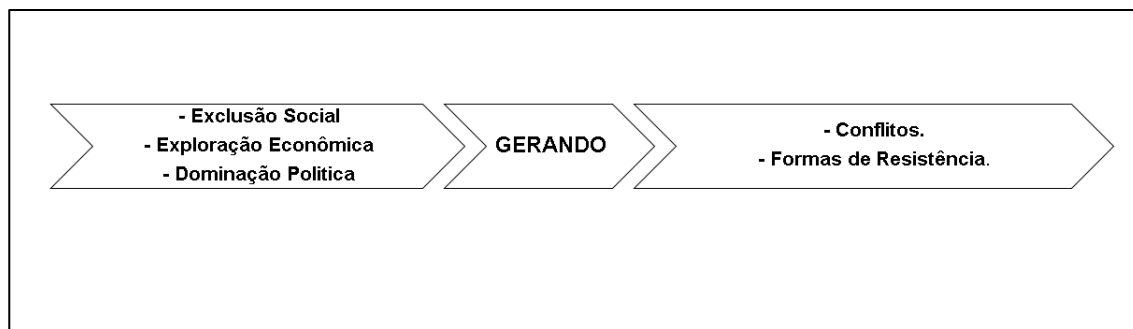
Da mesma forma também entendemos o espaço social como realidade produzida pela materialização da existência social através do trabalho. Para Lefebvre é na forma do espaço social que a sociedade e a natureza, em suas relações de cooperação e de conflito, geram "a vida, a existência, as coisas, os objetos, o trabalho, os sinais e os símbolos". O que explica o seu processo de desenvolvimento ininterrupto. Esta definição de espaço social possui uma amplitude e complexidade próprias do processo em movimento. (FERNANDES, 1994, p. 13)

Contudo dentro do processo contraditório do desenvolvimento do capitalismo, esta materialização da realidade dá-se de forma desigual; sendo que aos capitalistas e proprietários de terra cabe a dominação, apropriação do lucro e da renda da terra e concentração fundiária, enquanto aos camponeses e trabalhadores, a resistência, a libertação e a subordinação.

Paulino (2012) aponta que a apropriação do excedente social se dá no território no atual momento, sobretudo através de dois movimentos, o de cerceamento do acesso às terras, dando valor à renda da terra e dificultando acesso dos trabalhadores à compra e a desobrigação da fiscalização para que a terra tenha que cumprir sua função social, corroborando com papel dos capitalistas e rentistas como aponta Fernandes (1994).

Entretanto diante desta dominação, os movimentos sociais organizam-se em torno de um processo de resistência, resultando em conflitos permanentes, tal como exposto na figura a seguir:

Figura 2: A exclusão que gera resistência



Organizado por Fernando Freitas de Almeida (2019)
 Fonte: Fernandes (1994)

E sob esta ótica, que a exclusão social combinada com a exploração econômica e dominação política, pressupostos do sistema capitalista, possibilitam a produção das dimensões do espaço social, dentro da luta de classe:

Conseqüentemente, esse processo representa o fenômeno histórico da luta entre as classes. É exatamente a luta que forma a classe trabalhadora. São as suas experiências que constroem as práticas sociais e que produzem as dimensões do espaço social. (FERNANDES, 1994, p.16)

Fernandes abaliza que para atingir os estudos dos movimentos sociais da terra enquanto processo, precisa passar primeiramente pelo espaço social, como sugere o método de Lefebvre, juntamente com compreensão do movimento social e do lugar social dentro de uma concepção de dialética em processo.

Portanto, ao trabalharmos com a idéia de processo no estudo da formação de um movimento de trabalhadores na luta pela terra, torna-se fundamental compreender a interação espaço social/movimento social/lugar social. Esse deve ser o caminho para se dar conta da concepção dialética de processo. (FERNANDES, 1994, p.16)

Portanto evidencia dentro deste método o reconhecimento desta multidão de sujeitos que produzem e produziram o espaço, correlacionando os mesmos no caos dos espaços contraditórios.

Segundo Lefebvre, essa designação ativa de espaço, essa divisão e reivindicação do espaço por uma multidão de atores e instituições produziu uma "explosão de espaços" - a articulação múltipla das relações sociais estratificadas com o espaço. Essa explosão de distinções espaciais muito bem afinadas entre pessoas e grupos da

sociedade resulta num caos de espaços contraditórios que proliferam as fronteiras em que aparece o conflito sócio-espacial. (FERNANDES, 1994, p.17)

E é sob a perspectiva do lugar social e histórico dos movimentos sociais camponeses que se entende a gênese do MST estabelecendo assim a compressão do mesmo enquanto resistência.

2.1. Movimentos Sociais Camponeses e as origens do MST

Compreender os movimentos sociais do campo no Brasil passa por entender que são estes que historicamente estiveram na vanguarda das lutas sociais brasileiras, tal como afirma Martins (1995).

No processo de colonização são os movimentos populares que posteriormente tomaram forma de movimentos sociais que estiveram à frente da resistência que se inicia com os indígenas com caráter de resistência territorial, passa pelos negros escravizados com os quilombos e tomam novas formas ao longo do tempo.

Ponto de partida fundamental é a compreensão como coloca Martins (1995) que no período colonial quem não fosse “sangue limpo”, ou seja, a maioria da população do período, índios, mestiços, bastardos, não tinha direito de acesso à terra.

Neste sentido a Lei de Terras que foi promulgada em 1850, traz à tona a ideia de propriedade privada, estabelecendo como única forma de acesso à terra a compra, colocando à margem todos aqueles, os negros ex-escravos e posteriormente os imigrantes pobres.

Apesar da lei de terras ter tido uma importante relevância na formação do Brasil, cabe ressaltar que houve pouco impacto nas primeiras décadas em regiões afastadas, regiões marginais ao processo de produção destinada a exportação como coloca Martins (1995), com pouco interesse econômico, tal como espaços dominados pelo coronelismo e outras relações territoriais. Tomamos como exemplo os movimentos messiânicos, onde destaca-se Arraia de Canudos e Contestado.

Canudos e Contestado tiveram neste sentido um caráter regional, foram organizados pontualmente no território brasileiro, mas são fundamentais quando

se refere ao entendimento dos temas relacionados à origem dos movimentos sociais do campo.

Canudos foi constituída no final do século XIX, pontuou como movimento fundamental deste período, comandado por Antônio Maciel, o conselheiro, ficou conhecido como uma importante figura religiosa e intelectual convencendo milhares de pessoas a peregrinar em busca de terras pelo Sertão, chegando em uma fazenda abandonada da Bahia, conhecida como Canudos. Movimento este que teve um caráter de resistência territorial importante no final do século XIX, e por isto foi duramente reprimido pelo exército de 1896-1897, pontuou como um processo de luta por justiça social, herdado posteriormente pelos movimentos sociais de luta pela terra.

Outro importante movimento foi o de Contestado presente na divisa de Santa Catarina e Paraná, nasceu da junção de sujeitos sociais excluídos nos primeiros anos da República especialmente com a modernização, constituído de 1912-1916, sobretudo por posseiros expulsos de suas terras com a criação das ferrovias; como forma de resistência ocuparam uma porção de terra pertencente ao Paraná chamadas terras de Irani, sob o comando de José Maria.

Estes sujeitos entenderam ter sido excluídos por conta da criação da república e intitularam-se monarquistas, compreendendo que assim estariam indo contra o desenvolvimento proposto pela república, porém suas terras por estar em território do Paraná, o Estado entendeu que se tratava de ocupação por capixabas, entrando primeiramente na justiça contra o grupo de Contestado.

Tal como Canudos, Contestado foi massacrado pelo exército, neste sentido este dois modelos de organização social tendo como protagonistas os camponeses, tiveram na velha república a tônica do que viria pela frente até os dias atuais.

Cabe ressaltar, que as lutas socioterritoriais do Brasil tiveram presença em toda sua história, com movimentos populares com maior ou menor organização, porém invariavelmente excluídos sociais.

Seguindo análise já sobre os movimentos sociais, Moraes (2006) criou uma importante periodização da criação da Liga Camponesa, tendo como ponto de partida o fim da ditadura varguista, momento no qual, apesar da proibição, a classe camponesa se organizava em diversos espaços.

A Liga Camponesa teve fundamental relevância na organização dos camponeses em torno da luta ao acesso à terra, pois, refere-se a um Movimento socioterritorial que se organizou em todo território nacional.

Foi, portanto, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 40 a 60, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio. (OLIVEIRA, 2007, p. 106)

Na vanguarda da organização da Liga Camponesa estava o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que organizava neste período clandestinamente as lutas no campo, sob a orientação política que era a aliança operária e camponesa.

Cabe ressaltar que antes da organização da Liga Camponesa, de forma mais homogênea, tiveram diversos marcos de lutas, entre os quais: Guerrilha de Parecatu, conflitos entre posseiros e latifundiários no norte do Paraná, em 1950; a Revolta de dona Noca em 1951 que juntou camponeses através da liderança de Joana de Rocha para impedir o Golpe de Eugenio de Barros: 1954 ficou marcado pelo 1º Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas e posteriormente em 1955 – SAPP – Sociedade agrícola de Plantadores e pecuarista de Pernambuco.

O surgimento das ligas tem como marco não somente os conflitos por terra, mas também a reivindicação de um desenvolvimento regional, tendo em vista o atraso econômico da região.

Na verdade, as ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim uma efetiva política de desenvolvimento econômico. (OLIVEIRA, 2007, p. 109)

Esta temática do desenvolvimento regional ficou ainda mais evidente quando em 1955 há em Recife o *Congresso de Salvação do Nordeste* que reúne uma variedade de sujeitos sociais.

Em agosto de 1955, realizou-se no Recife, o Congresso de Salvação do Nordeste, que teve grande importância para o movimento camponês, uma vez que foi a primeira vez no Brasil, que mais de duas mil pessoas, entre autoridades, parlamentares, representantes da indústria, do comércio, de sindicatos, das Ligas Camponesas, profissionais liberais, estudantes, reuniram-se para discutir abertamente os principais problemas socioeconômicos da região. (OLIVEIRA, 2007, p. 108)

Os métodos e táticas definidos pela Liga Camponesa tiveram papel no desenvolvimento dos movimentos camponeses, pois já neste momento havia a compreensão de que as organizações locais teriam muitas dificuldades no enfrentamento ao latifúndio, policiais e a justiça como pontua Morais (1997). Neste sentido apontaram para a organização em lutas em escala regional.

Outro método que teve um papel fundamental na organização da Liga Camponesa foi quando criaram dentro da organização os conselhos regionais, que participava camponeses e outras lideranças externas. Nestes conselhos foi possível sensibilizar as massas urbanas referente as demandas rurais, sobretudo o setor urbano progressista e esclarecido ligado aos sindicatos, igreja e setores intelectuais.

Porém os métodos utilizados durante a Ditadura Civil Militar para desmontar as Ligas Camponesas foram diversos, dentre os quais prisões e mortes de lideranças, criação de quartéis em lugares onde a Liga tinha maior organização, além de capangagens em usinas e fazendas.

Oliveira (2007, p. 110) coloca que “O movimento militar de 64, que assumiu o controle do país, instaurou a perseguição e ‘desaparecimento’ das lideranças do movimento das Ligas Camponesas, e sua desarticulação foi inevitável.”

As Ligas Camponesas foram extintas com o Golpe Militar, novamente os camponeses começam a se articular em torno da luta por reforma agrária, tendo como momento fundamental, as ocupações que deram origem ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

2.2. Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

MST é um movimento organizado em todo o território nacional. Tem sua gênese em 1979⁵, é fruto do processo histórico de luta e resistência do campesinato e traz na sua constituição, a prática de ocupações de terras improdutivas e/ou devolutas. (FERNANDES, 1999).

Para além do Rio Grande do Sul, o MST se fez presente em ocupações em diversos estados, tais como Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Goiás como relata Fernandes:

No início desse período, no campo, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta-RS, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê-SC, em 1980, ainda nesse ano, no Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o Estado que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o Estado propôs apenas a indenização em dinheiro; em São Paulo a luta dos posseiros da fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras lutas também aconteciam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás. (FERNANDES, 1994, p.58)

No mesmo contexto da ocupação da gleba de Macali, há uma efervescência de novas ocupações, sobretudo na região sul no primeiro momento e, posteriormente por todo território nacional.

As ocupações do Rio Grande do Sul foram tão significativas que em 1985 havia somente no nordeste e noroeste do estado ocupações em 40 municípios, com mais de 2500 famílias.

Após a ocupação da gleba Macali em 25 de setembro de 1979, 70 famílias ocuparam uma gleba vizinha, a gleba Brilhante, também no município de Ronda Alta. A luta cresce e em outubro 150 famílias ocupam a fazenda Anoni no município de Sarandi e são despejadas. Desta luta nasce o histórico acampamento da Encruzilhada do Natalino. Cinco anos depois, em outubro de 1985, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 2.500 famílias de quarenta municípios do nordeste e noroeste do Rio Grande do Sul ocupam definitivamente a fazenda Anoni (RUCKERT, 1991, p. 453 apud FERNANDES, 1994, p. 67)

⁵ Sua primeira ocupação foi no centro-sul, na gleba Macali, em Ronda Alta (Rio Grande do Sul), no dia 7 de setembro de 1979.

Além das ocupações houve neste período o surgimento de diversos movimentos sociais camponeses de atuação local e regional, alguns até mesmo tinham nomes que referenciavam a localidade que representava.

A partir dessa data, aumentaram as ocupações de terra em vários estados. Eram lutas localizadas que traziam em si uma experiência comum: a sua forma de organização. Alguns desses movimentos já haviam criado suas próprias denominações que traziam, nas suas siglas, a sua localização, como por exemplo nas lutas no estado do Paraná: Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste (MASTRO); Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (MASTES). No estado de São Paulo surgia o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, etc. (FERNANDES, 1994, p.68)

A identificação da facilidade de cooptação dos movimentos de caráter regional e local marcou como ponto fundamental para necessidade de uma articulação nacional, superando assim o isolamento, e articulando a luta de campo e cidade.

Foi com a troca de experiências, que a articulação nacional desses movimentos começou a ser construída na perspectiva de superação do isolamento e em busca da autonomia política. Esta superação se fazia necessária devido às dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das lutas localizadas. As lutas acontecem no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas principalmente na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infraestrutura para a luta. (FERNANDES, 1994, p.68)

Neste sentido muitos foram os momentos de criação do MST conforme colocado por Fernandes e Stedile (2012), sendo que o movimento nasce a partir de alguns fatores que tem como base as mudanças socioeconômicas da agricultura brasileira dos anos 70, a chamada de modernização da agricultura.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. (FERNANDES, 1994, p.57)

A gênese do MST ocorre em paralelo com a gestação de outros movimentos sociais e populares, como as grandes greves do ABC Paulista (cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano), a criação da CUT

(Central Única dos Trabalhadores) e do PT (Partido dos Trabalhadores) em uma grande ebulição de atores sociais no processo de redemocratização brasileira.

A formação de vários movimentos sociais aconteceu em um processo de gestação no decorrer dos anos setenta. Assim o MST começou a ser gerado no espaço social conquistado pelas diversas experiências das lutas populares: estratégia políticocultural concebida no universo destes sujeitos. (FERNANDES, 1994, p. 57)

Nesta acepção os trabalhadores criaram novos espaços de socialização e luta diante das tarefas que os mesmos iriam enfrentar nos mais diferentes lugares sociais, do campo à cidade.

Em suas experiências, na formação do movimento, os trabalhadores ao conquistarem o seu próprio espaço, construíram o espaço de socialização política, que, dimensionado, possibilitou a elaboração de práticas, de formas de luta como enfrentamento nos diferentes níveis das relações sociais. (FERNANDES, 1994, p. 60)

As articulações do MST com os demais espaços de socialização dos trabalhadores, deu a este movimento mais que uma luta por questão econômica, pois havia naquele momento um profundo projeto sociocultural de transformação da realidade brasileira.

Assim (se) fazendo, ampliam o sentido da luta pela terra que passa a ser entendida para além da questão econômica, ou seja, é também um projeto sociocultural de transformação das suas realidades. Os efeitos sociais desse movimento sobre as relações sociais atingem toda a sociedade. Estes são frutos dos conflitos e, também, das ações desses sujeitos que tem por objetivo causar transformações específicas e gerais nas relações de poder (FERNANDES, 1994, p. 60)

Para além dos movimentos criados, também nos anos 70 uma parcela significativa da igreja organizada em CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) possibilitaram aos trabalhadores um lugar social de organização contra as injustiças que empunhava o golpe civil militar de 1964.

Na primeira metade da década de 70, nesses anos do auge do regime militar, as CEB's foram o lugar social onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. Embora tenha apoiado o golpe de 64, a Igreja começa a mudar de posição a partir de 1973. Nas suas bases, alguns sacerdotes já se envolviam com o processo de resistência dos trabalhadores em torno da questão da terra. (FERNANDES, 1994, p.61)

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975 marca como importante ponto de partida para a criação do MST sobretudo pela capilaridade

da igreja no território nacional, tanto nas áreas periféricas da cidade, quanto nas comunidades rurais, tendo sua ideologia pautada na Teologia da Libertação, esta que acredita na luta social como pauta fundamental de uma igreja libertadora, possibilitando o avanço da organização camponesa para além do Sul.

Como marco deste processo a CPT levou uma vez o José de Souza Martins em 1982, para fazer uma fala antes mesmo da oficialização do MST e o mesmo disse apontar para a necessidade de organizar os nordestinos para que o movimento camponês tivesse um caráter nacional:

A luta pela Terra no Brasil só terá futuro e somente se transformará em um agente político importante para mudar a sociedade se adquirir um caráter nacional e se conseguir organizar os nordestinos (MARTINS apud STEDILE, 2012, p. 23).

Este encontro teve fundamental importância para nortear as ações futuras dos camponeses, pois estavam presentes trabalhadores de 16 estados, em Goiânia, e Martins cumpriu o papel de mediador deste debate.

A articulação aconteceu a partir dos encontros entre as lideranças das lutas localizadas. A CPT, que na época já possuía uma organização a nível nacional e estava presente em quase todas as lutas, promovia esses encontros. No Centro-Sul, um encontro importante foi realizado em julho de 1982, no município de Medianeira-PR. A nível nacional, a CPT promoveu em setembro do mesmo ano um encontro em Goiânia-GO, onde participaram trabalhadores de 16 estados. (FERNANDES, 1994, p. 69)

Martins, neste momento colocou como fundamental uma integração da luta camponesa, dando um claro recado ao movimento do Sul que na época tinha um caráter muito regional.

É a partir desses encontros que algumas lideranças, das lutas existentes no sul do país, começaram a discutir as possibilidades de se organizar um movimento social mais amplo, que permitisse superar os problemas do isolamento. Assim, em janeiro de 1983, fizeram um encontro em Chapecó-SC e criaram uma Coordenação Regional Provisória que reunia representantes de cinco estados do Centro-Sul: RS, SC, PR, SP e MS. Nesse ano, foram realizados outros encontros nas cidades de Naviraí e Glória de Dourados-MS, em Araçatuba-SP e em Ronda Alta-RS. (FERNANDES, 1994, p. 69)

Dentro da organização de um estado opressor, as CEBs pontuavam como espaço de liberdade dos trabalhadores, pois, dentro das comunidades era possível debater sobre a realidade dos participantes.

As CEBs tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política, onde o objetivo do trabalho pastoral era a conscientização sobre a realidade dos participantes. Esses lugares são transformados em "espaços de liberdade", no sentido que ali se podia falar, ouvir e pensar. Dessa maneira, através da ampliação desse processo pedagógico, onde os sujeitos refletiam sobre as suas histórias, também começou-se a articular ações de resistência contra as injustiças. (FERNANDES, 1994, p. 63)

Havia neste contexto uma significativa expulsão do camponês e do trabalhador rural da terra devido o processo modernização do campo que gerou dois principais movimentos. O primeiro movimento deslocou muitos para as fronteiras agrícolas, onde os camponeses teriam que desenvolver outras atividades que não a produção de alimentos; e um segundo, em função do "Milagre Econômico", deslocou um contingente enorme de camponeses e trabalhadores rurais à cidade.

Estes dois movimentos foram basais para criação do MST, pois muitos que migraram no segundo momento se encontraram insatisfeitos com o processo de migração, pois ora estavam desenvolvendo atividades que não condizia com sua moral camponesa, tal como extração de madeira, ou encontravam-se desempregados na cidade fruto da desigualdade intrínseca do sistema capitalista.

Outro contexto que possibilitou a criação do movimento, conforme colocado por Stedile (2012) são os movimentos camponeses que fizeram lutas anteriormente, conforme já exposto, e também os sindicatos rurais e a igreja, que foram fundamentais na construção da ideologia do MST, para além da herança direta das Ligas Camponesas.

Segundo Stedile (2012) o acúmulo dos diversos movimentos camponeses e de trabalhadores rurais brasileiros e posteriormente com movimentos camponeses da América Latina que já se organizaram há muito tempo possibilitou criar alguns princípios, entre os quais:

- Uma direção Coletiva em detrimento de uma figura de Presidência, evitando perseguições políticas e uma possível cooptação do mesmo.

- A divisão de tarefas a partir da aptidão de cada militante, evitando um descontentamento do mesmo.
- A disciplina dos militantes, pois possibilita uma melhor execução das tarefas, diferenciando disciplina de autoritarismo.
- Coloca o estudo como fundamental, pois considera essencial na formação dos quadros para o MST.
- A pressão popular, pois somente através da luta aconteceria uma real mudança social.
- O contato da liderança com a base, ou seja, evitando assim uma liderança meramente burocrática e deslocada do interesse da base.

Mesmo com diversas gêneses e ocupações anteriores, o Movimento tem como data base de fundação Janeiro/1984 momento no qual teve em Cascavel (PR) o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que contou com 80 representantes de 13 Estados.

Neste encontro também foram elaborados os objetivos gerais do MST:

1. Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
 2. Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
 3. Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
 4. Organizar os trabalhadores rurais na base;
 5. Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;
 6. Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
 7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.
- (FERNANDES, 1994, p. 69)

Fruto de encontro de 1984, em 1985 acontece o I Congresso Nacional do MST em Curitiba (PR) sob a palavra de ordem “Sem Reforma Agrária, não há Democracia”. Neste congresso que tinha como princípio reunir todos os lutadores do campo contou com 1600 delegados, que tiveram como decisão fundamental não se iludir com as políticas do recém Governo Democrático, decisão acertada conforme foi visto na análise da reforma agrária do José Sarney. Este congresso é fundamental segundo Fernandes (1994) para concluir a gênese do MST.

Stedile e Fernandes (2012) evidenciam que o Encontro do MST de 1989 foi uma ocasião de grande articulação do MST, pois havia neste momento a esperança de eleger um governo popular de Luís Inácio (Lula), devido ao crescimento sobretudo da CUT e do PT. Cabe ressaltar que o PT em 1988 havia eleito prefeitos em diversas cidades, dentre os quais Luiza Erundina na principal capital brasileira, a cidade de São Paulo.

Foi no encontro de 1989, em Sumaré (SP), que surgiu a palavra de ordem que ecoaria até os dias de hoje dentro do MST, que seria “ocupar, produzir e resistir” palavra de ordem, que guiaria a práxis do MST por mais de uma década, período de muitas ocupações e até hoje orienta a prática de alguns militantes do movimento.

Outro importante momento extremamente contraditório para o Movimento foi II Congresso Nacional do MST realizado em 1990, foi logo após a derrota eleitoral do Lula, aliado fundamental do movimento naquele momento, estando na presidência Fernando Collor inimigo declarado dos camponeses sem terra. Cabe ressaltar que uma parcela significativa da classe trabalhadora e quase a totalidade de movimentos sociais que surgiram pós redemocratização tinham na eleição do Lula a expectativa de conquistas sociais profundas, dentro do MST a principal esperança seria a reforma agrária.

O movimento se viu na condição de aprofundar a resistência, pois tinha como principal opositor o presidente aliado aos latifundiários, que hoje sabe-se que pouco fez em relação a implementação de assentamentos, além de fazer uma política clara de criminalização do movimento, através de prisões e processos judiciais.

Outro elemento fundamental que serviu para a continuidade do movimento foi a possibilidade de um congresso de massa, tendo em vista que neste participou cerca de 5.000 delegados. O III Congresso do MST realizado em 1995 também trouxe novos elementos à luta camponesa, pois conforme colocado por Stedile e Fernandes (2012) deixando claro que a luta dos sem-terras, tinha que ser a Luta também contra o Sistema Econômico Neoliberal, defendido por FHC (Fernando Henrique Cardoso) já no início de seu primeiro mandato.

O ano posterior, 1996, foi marcado dentro do MST como o ano do Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, onde a polícia militar do estado

matou 19 camponeses sem terra, à luz do dia, na presença da imprensa e munida da política de Contra Reforma Agrária do FHC.

Como resposta, FHC fugindo da polemica, nomeou Raul Belens Jungmann Pinto que aplicou já nos primeiros dias como Ministro da Reforma Agrária a postura de isolar os movimentos sociais e fechar o canal de comunicação com MST, surgindo então dentro do MST a tática das Marchas.

Temos claro neste momento o quanto a exclusão social e a dominação política geraram uma nova forma de resistência entre os camponeses, pois o que está dado neste momento é a luta de classe; de um lado um governo que representa os interesses dos latifundiários e do outro o Movimento social MST que refere-se aos camponeses.

O MST resolve diante do contexto de exclusão social fazer uma marcha para Brasília que contou com 100 mil militantes de diversos movimentos políticos em 1997, diante da clara investida do Governo do FHC contra os Movimentos Sociais, sob diversas táticas: propagandas negativas, criminalização e aparato jurídico. Cabe evidenciar que a marcha é utilizada por diversos movimentos sociais há muito tempo e em diversos contextos, o próprio MST já havia realizado marchas em outros contextos locais e regionais.

Esta marcha pontua como um dos momentos mais importantes da história do MST e também da história brasileira, pois temos o embate de um movimento social de esquerda que coloca em marcha mais de 100 mil militantes frente a um governo neoliberal, FHC que defende uma Contra Reforma Agrária.

Um elemento capital desta marcha foi a sua capilaridade em todas as regiões, sendo que saíram em Marcha para Brasília em 3 fileiras sendo, uma saindo do Sul, uma do Sudeste e outra do Centro-Oeste. O principal objetivo era conversar com a população em todo este mais de mil quilômetro de extensão de caminhada, a ideia inicial era que a marcha saísse das 5 regiões, porém entenderam que seria um grande esforço dos militantes do norte e nordeste caminhar muitos quilômetros, sendo assim as fileiras que saíam de Petrolina (PE) e Imperatriz (Maranhão) e passaria por cidades com baixa densidade demográfica foi reorganizada conforme pontua Stedile e Fernandes (2012).

Denunciar o governo neoliberal de FHC foi uma escolha do MST ao organizar a Marcha. Sabiam que levar uma proposta de reforma agrária seria em vão, diante da postura do governo voltada ao interesse do latifúndio. Era preciso

o enfrentamento, ou seja, a Marcha, para apresentar a bandeira da reforma agrária, pauta do MST desde sempre.

A partir deste momento o MST pontua como principal movimento social brasileiro, mas devido sua visibilidade internacional, busca novas interações dentre as quais com a Via Campesina. Ribeiro (2013) traz sua análise sobre a leitura geográfica desta relação.

La Vía Campesina é um movimento internacional que articula 150 organizações em 70 países e se considera como um “movimento autônomo, pluralista e multicultural, sem nenhuma filiação política, econômica ou de qualquer outro tipo” (VIA CAMPESINA, 2011, apud RIBEIRO, 2013, p. 2).

Como o MST carrega a bandeira da reforma agrária, ou seja, tem no camponês o sujeito no centro das ações, sua atuação atrai militantes dispostos à realização de ocupações, acampamentos, manifestações como passeatas, caminhadas. Um grande exemplo de sua mobilização política foi a “Marcha para Brasília 2005”, que durou do dia 1 até o dia 18 de Maio, em que 12 mil militantes caminharam 238 quilômetros, com a proposta de pedir ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o cumprimento da proposta de reforma agrária do II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária).

Porém a dinâmica do MST sobretudo a partir de 2007, conforme observado nos dados do Data Luta (2017), foi se modificando, há uma significativa diminuição das ocupações do MST e dos demais movimentos sócio territoriais.

Compreender o arrefecimento da tática de ocupação do MST passa por compreender que se dá de maneira multifatorial, passando pela eleição do Lula, avanços dos programas sociais, cooptação de uma parcela das lideranças; e sobretudo compreender o caráter de contra reforma agrária no governo Lula.

De fato, a reforma agrária sempre esteve em disputa dentro dos debates do governo; por um lado havia os movimentos socioterritoriais que defendiam a Reforma Agraria como fundamental no desenvolvimento econômico, social e político do país, dentre estes movimentos o MST e por outro a linha sindical que tinha a compreensão da reforma agrária somente como política compensatória. Neste sentido compunham as diversas políticas sociais.

Em primeiro lugar deve-se deixar demarcado que desde o início do governo LULA do PT havia em disputa, duas concepções diferentes de reforma agrária. Uma delas vem da Secretaria Agrária do partido, que vê a reforma agrária como política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero. Trata-se pois, da concepção de reforma agrária como política social, idêntica àquela praticada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). A outra concepção de reforma agrária é aquela dos movimentos socioterritoriais, que a vêem como política de desenvolvimento econômico, social e político visando a soberania alimentar do país. (OLIVEIRA, 2011, p. 2)

Esta disputa interna no governo acirrou quando Marcelo Rezende que representava as pautas da Via Campesina e dos movimentos socioterritoriais foi demitido do INCRA mostrando uma sinalização do que viria nos próximos anos de governo referente as políticas agrárias.

Em segundo lugar, deve-se destacar a pressão política para a formação da equipe de Plínio de Arruda Sampaio em 2003, quando foi elaborado o II PNRA. Na verdade, ocorreu uma derrota do Plano Plínio em sua plena elaboração. Essa derrota iniciou-se com a demissão do presidente do INCRA Marcelo Rezende e equipe que defendiam segunda concepção de reforma agrária como política de desenvolvimento. Esta demissão significou a exclusão dos movimentos sociais da Via Campesina na representação política no MDA/INCRA. (OLIVEIRA, 2011, p. 3)

Com esta mudança há também mudanças significativas no II Plano de Reforma Agrária onde é negado o estudo de Plínio Arruda Sampaio que apontava para a necessidade de 1 milhão de famílias assentadas e passa o número de 400 mil famílias que compôs o Plano. Ocorreu a derrota da meta de um milhão de famílias assentadas proposta pelo Plano Plínio (estudo preparativo para o II PNRA), e a hegemonia da concepção da reforma agrária como política social compensatória.

Esta contradição dentro um governo popular alusivo ao tipo de reforma agraria polarizada entre compensatório ou estrutural, provocou dentro do MST uma disputa tal qual, onde havia quem compreendesse a tese do governo e existia aqueles que entendiam a reforma agrária estrutural como pauta fundamental, mas esta disputa interna de leitura fez com que as ocupações entrassem em descenso.

Por fim, deve ser indicada a aceitação da tese da não necessidade histórica da reforma agrária, inclusive no seio de parte dos movimentos socioterritoriais. Como consequência, ocorreu o refluxo das ações políticas da ocupação de terra e formação de novos acampamentos pelos movimentos socioterritoriais. Dessa forma, aceitou-se a análise

conjuntural de que “vivia-se um período de descenso das lutas de massa”. (OLIVEIRA, 2011, p. 3)

Neste sentido, as políticas compensatórias do Governo Lula canalizaram este refluxo dos movimentos sociais que lutavam por reforma agrária, sobretudo o MST, quando colocamos no centro da análise as ocupações.

A análise desse quadro político parece indicar que o refluxo dos movimentos de massas e o fluxo dos recursos financeiros governamentais canalizados para as políticas compensatórias (bolsas família, etc), estão aquietando aqueles que lutaram bravamente pela reforma agrária nos últimos 30 anos. (OLIVEIRA, 2011, p. 11)

De fato, quando se analisa o número de famílias acampadas temos que a análise de Oliveira (2011) pontua-se como fundamental pois de 2006 até 2010 houve uma queda de quase 30 mil famílias nas ocupações.

Segundo os dados da CPT, o número de ocupações de terras que bateu o recorde em 2004, com mais de 76 mil famílias, ficaram em 2006, em 46 mil famílias mobilizadas, em 2007 foram 37 mil, em 2008 pouco mais de 25 mil, em 2009 um pouco mais de 27 mil famílias, e, em 2010 apenas 16,8 mil famílias. (OLIVEIRA, 2011, p. 11)

Sendo que quando analisado separadamente número de novas famílias que foram para os acampamentos temos como substancial esta diminuição, do ano de 2006 até 2010 .

O número de famílias novas que foram para os acampamentos também despencou: em 2003, era um total de 59 mil, enquanto que em 2006, foram apenas pouco mais de 10 mil, em 2008 foram apenas 2.755 famílias, em 2009, foram também, apenas 3.869 famílias, e, em 2010, também apenas 3.579 famílias novas acampadas. (OLIVEIRA, 2011, p. 11)

Cabe ressaltar que neste período se o governo modifica as relações com os camponeses, os mesmos posteriormente ao fim do governo Lula, modificam suas formas de resistência. De 2000 a 2016 houve no campo segundo o Data Luta (2017) 12.554 manifestações de movimentos socioterritoriais com a participação mais de 7.000.000 de indivíduos em luta.

Atualmente, o MST configura-se em todo território nacional, tendo ainda como diretrizes de luta: a) uma distribuição de terra mais igualitária; b) uma maior autonomia do camponês sobre os produtos que planta; e c) garantia de uma plantação de alimentos mais saudáveis, livre do uso de agrotóxicos.

Para tal, configura-se como central no atual debate a Reforma Agrária popular, tema debatido nos últimos Congressos Nacionais do MST, no 6º Congresso Nacional do MST que tinha como o lema *Lutar, Construir Reforma Agrária Popular*.

Entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014 o MST realizou seu 6º Congresso Nacional, em Brasília. “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” foi o lema do Congresso, representando a síntese das tarefas, desafios e do papel do Movimento nesse período histórico que se abre. Cerca de 16 mil pessoas oriundas[sic] de 23 estados do Brasil mais o Distrito Federal, além de 700 a 1000 crianças Sem Terra, participaram da atividade, em Brasília. (MST, 2019, p. s/n)

Como tática fundamental o MST vem aderindo ao debate de uma reforma agrária que parte do convencimento da população da necessidade de uma mudança na relação de consumo passando pela comercialização de produtos agroecológicos.

Popular, pois o Movimento percebeu que a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos. (MST, 2019, p. s/n)

Para compreender a Reforma Agrária Popular é preciso passar pela análise da Cartilha Programa Agrário do MST proposta em 2013, pois a mesma foi referência fundamental na construção do VI Congresso Nacional, e é uma publicação na qual o MST expõe sua visão sobre a Reforma Agrária.

Esse programa sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõem [sic] um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades de todo povo brasileiro. (MST, 2013, p. 39)

A reforma agrária popular segundo o Movimento, está organizada em 9 eixos: 1) A democratização da terra 2) Água: um bem da natureza em benefício da humanidade 3) A organização da produção agrícola 4) Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura 5) A industrialização 6) Política agrícola 7) A educação do campo 8) O desenvolvimento da infra-estrutura social nas comunidades rurais e camponesas 9) Mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa.

O eixo 1, *A democratização da terra*, passa por temas tais como comprimento da função social da terra, a necessidade de desapropriação para fins de reforma agrária, porém no segundo ponto revela uma disputa, pois, pontua como reivindicação assegurar não só a posse, mas também a propriedade privada, assumindo a contradição dentro das reivindicações históricas do MST.

1.2. Assegurar que a democratização do uso, posse e propriedade da terra e dos bens da natureza, esteja vinculada aos interesses e necessidades sociais, econômicas, culturais e políticas da população camponesa, especificamente, e, de modo geral, de toda a população brasileira. (MST, 2013, p. 40)

O eixo 2, *Água: um bem da natureza em benefício da humanidade*, outro tema sensível nesta proposta diz respeito à água (Água: um bem da natureza em benefício da humanidade), ou seja, o MST traz para o centro do debate o tema ambiental, presente em lutas camponesas de outros países, tal como ocorre na Bolívia devido à crise da água.

O eixo 3, *A organização da produção agrícola*, é o que dá a tônica do novo momento de luta do MST, pois a centralidade está na garantia de produção de alimentos saudáveis e na organização da comercialização.

3.1. Priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres [sic] de agrotóxicos e de sementes transgênicos.

3.2. Organizar a produção e comercialização com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e empresas sociais (MST, 2013, p. 40)

O eixo 4, *Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura*, questiona a necessidade de financiamento, quebra de patentes e possibilidade de acesso a maquinários e financiamentos aos camponeses.

O eixo 5, *A industrialização*, reivindica a industrialização no interior do país, neste sentido o MST visando promover um equilíbrio entre as regiões, tema que, ao analisar o movimento camponês, revela como um ponto contraditório, sobretudo em um país de modernização conservadora:

5.1. O programa de Reforma Agrária popular deverá ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país para:

- a) promover um desenvolvimento equilibrado entre as regiões;
- b) incentivar a qualificação técnica e oportunidades de trabalho no campo;
- c) gerar maior renda para a população camponesa;
- d) eliminar as desigualdades socioeconômicas existentes entre a vida no campo e na cidade.
- e) fortalecer e incentivar a organização e a cooperação agrícola entre os camponeses.

5.2. Desenvolver um programa de agroindústrias, cooperativadas e sob o controle dos camponeses, nos assentamentos rurais da Reforma Agrária.

5.3. Instalação de empresas públicas de serviços, com a participação dos camponeses, para garantir preços, armazenamento e a distribuição da produção de alimentos dos camponeses.

5.4. Criar linhas de crédito e financiamento, desburocratizada, dirigida exclusivamente para a industrialização da produção camponesa.

5.5. Desenvolver Centros de pesquisas, qualificação técnica e intercâmbio de conhecimentos, voltados para as atividades das agroindústrias e a preservação ambiental. (MST, 2013, p. 44)

O eixo 6, *Política agrícola*, que tem como defesa a regulamentação do preços, possibilitando a rentabilidade para o agricultor, “compra antecipada de toda produção de alimentos dos camponeses, crédito rural adequado, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem” (MST, 2003, p. 44). Pontua como temas fundamentais, pois sabe-se que muitas vezes o trabalho do camponês fornecido para sociedade é gratuito, devido à lógica do capitalismo.

O eixo 7, *A educação do campo*, pontua um tema histórico na luta do campo no Brasil; Antes mesmo de apresentar os tópicos de reivindicação, havia uma introdução teórica, que seguia a seguinte estrutura, primeiramente pontuando como condição básica de uma Reforma Agrária Popular o acesso à educação dos trabalhadores.

A educação é um direito fundamental de todas as pessoas e deve ser atendido no próprio lugar onde elas vivem e respeitando o conjunto de suas necessidades humanas e sociais. E o acesso à educação pelos trabalhadores é uma das condições básicas da construção do projeto de Reforma Agrária Popular. (MST, 2013, p. 45)

Colocando como central o acesso aos diversos tipos de conhecimento e bens culturais, sobretudo, aqueles significativos ao campo e a práticas humanistas e socialistas.

O direito à educação se relaciona, também, ao acesso a diferentes tipos de conhecimento e de bens culturais; à formação para o trabalho e para a participação política; ao jeito de produzir e de se organizar; à aprender a se alimentar de modo saudável; e à prática dos valores humanistas e socialistas que defendemos. (MST, 2013, p. 45)

E também que o Estado cumpra o papel de garantir ensino de qualidade aos trabalhadores e trabalhadoras, negando também a tutela pedagógica do estado burguês, colocando no centro os sujeitos da educação, o povo.

Lutamos por escolas públicas e gratuitas para que o Estado cumpra seu papel de garantir a todos os trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, uma escola com as condições materiais necessárias à realização de sua tarefa educativa. Ao mesmo tempo lutamos contra a tutela política e pedagógica do Estado burguês, sejam quais forem os governos em exercício. Cabe ao povo ser sujeito de sua educação. (MST, 2013, p. 45)

Quando analisamos o eixo de educação do campo, observamos que o acúmulo de debate deste tema faz com que as reivindicações tenham uma criticidade substancial comparado aos outros eixos.

O eixo 8, *O desenvolvimento da infra-estrutura social nas comunidades rurais e camponesas*, focou em reivindicar os benefícios da urbanização e tecnologias para as áreas rurais, organizado nos seguintes sub eixos:

8.1. Desenvolver um amplo programa de construção e melhoria das moradias no campo, respeitando as especificidades da cultura camponesa em cada região, conjugado com acesso à energia elétrica de fontes alternativas, à água potável, saneamento básico, transporte e acesso às estradas trafegáveis.

8.2. Estimular formas de sociabilidades, com moradias dignas, organizadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo as culturas regionais.

8.3. Implantar a organização de bibliotecas, serviços de informática, espaços culturais e de lazer em todas as áreas de assentamentos, voltados para o acesso, difusão, produção e intercâmbios esportivos, artísticos e culturais.

8.4. Assegurar o transporte público e estradas vicinais em condições descentes e seguro, para a população das áreas rurais.

8.5. Garantir o acesso aos serviços de saúde pública, de qualidade e gratuita, para toda a população do campo. E, assegurar a construção de centros de saúde nos assentamentos e a criação e cultivo de ervas e plantas medicinais. (MST, 2013, p. 47)

O eixo 9, *Mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa*, pontuando como fundamental a necessidade de um governo realmente popular aliado a movimentos de massa que coloca os trabalhadores como sujeitos políticos permanentes.

9.1. A realização do programa de Reforma Agrária Popular exige mudanças democráticas na forma de organização e funcionamento

atual do Estado burguês. Levando em consideração a natureza antidemocrática do Estado burguês e sua burocracia que impedem políticas públicas favoráveis à classe trabalhadora em geral, o avanço das nossas conquistas para beneficiar os camponeses/as e a imensa maioria da população do campo, somente se dará se enfrentarmos a natureza do Estado burguês.

9.2. E, ao mesmo tempo, realizarmos lutas e pressões sociais pela democratização dos serviços, órgãos de fiscalização e do funcionamento de todas as esferas dos governos federal, estadual e municipal. Assim como as esferas dos poderes judiciário, legislativo e executivo.

9.3. A realização deste programa de transição de modelo na organização dos bens da natureza e da agricultura brasileira, somente será possível num contexto histórico de existência e de aliança entre um governo realmente popular, que controle o Estado a serviço das maiorias, com um vigoroso movimento de massas, que coloque os trabalhadores como sujeitos políticos permanentes dessas mudanças.

9.4. Somente assim, poderá haver uma centralidade das políticas públicas do Estado e governos a favor de uma reforma agrária de cunho popular, expressa nesse programa.

(MST, 2013, p. 48)

Para além da sistematização em eixos o MST aponta para necessidade de construir alternativas agroecológicas que produza alimentos saudáveis e com respeito ao meio ambiente.

CONSTRUIR a Reforma Agrária Popular no combate ao latifúndio, à monocultura agroexportadora, ao modelo do agronegócio, ao estado burguês, burocrata e corrupto. Mas também, construir com experiências de produção agroecológica, e na prioridade da produção de alimentos saudáveis. Construir reflorestando, plantando árvores frutíferas, recuperando o meio ambiente para toda sociedade. Construir, garantindo escolas em todos os níveis para nossas crianças, jovens e adultos. Construir formando cada vez mais quadros e militantes. CONSTRUIR É ACUMULAR FORÇAS para o nosso projeto estratégico! (MST, 2013, p. 51)

Esta construção no VI Congresso do MST revela que a pauta de reforma agrária se encontra presente, mas dificultada sobretudo pelo projeto de agronegócio que vem sendo construído no Brasil.

Como parte do processo do nosso VI Congresso, o MST construiu uma proposta de Programa de Reforma Agrária, que é Popular. Tal programa é construído a partir da análise da realidade agrária atual, dominada pelo projeto do capital: o agronegócio. E da impossibilidade de realização de uma Reforma Agrária do tipo clássica, sob hegemonia da burguesia, que apenas distribui a terra, para desenvolver as forças produtivas do campo e o mercado interno. (MST, 2013, p. 51)

O MST reconhece em seu projeto de reforma agrária o esgotamento da reforma agrária clássica, porém compreende que através da articulação dos

trabalhadores e trabalhadoras, faz possível avanços tal como as conquistas dos assentamentos.

A análise sobre o esgotamento da Reforma Agrária clássica não exclui a continuidade da luta pela terra e contra o latifúndio. No Brasil e em todo o mundo, ela só aconteceu como conquista dos trabalhadores e trabalhadoras sob um intenso processo de lutas de massa, mesmo quando ela não consiga alterar a correlação de forças predominante no modelo de agricultura, como são os assentamentos. (MST, 2013, p. 51)

O MST tem a convicção que a reforma agrária nunca aconteceu no Brasil, pois não houve alteração na concentração de terra, para tal aponta a necessidade de uma Reforma Agrária Popular, para romper com limites burgueses das reformas clássicas.

O MST afirma que nunca houve uma Reforma Agrária no Brasil, mesmo limitada, que pelo menos alterasse a concentração da propriedade da terra e democratizasse seu acesso. Por isso, o que projetamos e estamos construindo na concepção de Reforma Agrária Popular está para além do velho projeto de Reforma Agrária clássica, distributivista, dos limites do poder burguês. (MST, 2013, p. 51)

A reforma agrária popular nasce da crise civilizatória na qual transforma tudo em mercadoria e lucro, neste sentido, reafirma-se a ótica de que a exclusão social, econômica e política gera novas formas de resistência como aponta Fernandes (1984).

Ou seja, as raízes da Reforma Agrária Popular não estão somente no esgotamento objetivo da reforma agrária clássica. Mais que isso: as raízes da reforma agrária popular brotam e crescem de um único lugar – o enfrentamento dos sujeitos trabalhadores contra as forças do capital. Que agora se agrava com sua crise civilizatória e se apropria, violentamente, de todos os bens da natureza, da saúde e da cultura popular para transformar tudo em mercadoria, em lucro! (MST, 2013, p. 52)

Como conclusão da Cartilha Programa Agrário do MST (2013) o Movimento aponta para necessidade de unidade entre os trabalhadores, no intuito de construir uma grande aliança em defesa da reforma agrária popular.

Nosso Programa não se destina apenas aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra ou aos povos que vivem no campo. A reforma agrária é Popular, porque abrange a todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo povo.

Portanto, a reforma agrária popular tem vinculação direta com o legado histórico dos 30 anos do MST e do passado de lutas massivas camponesas e nos permite projetar as alianças de todo povo e as relações que queremos e necessitamos desenvolver com a terra, o território e a produção para construirmos uma sociedade justa, igualitária e fraterna para todos.

As práticas e a luta pela Reforma Agrária Popular representam o enfrentamento com o modelo do capital: o agronegócio, e buscam criar as condições e acumular forças para as mudanças estruturais de toda sociedade.

Esse é o sentido histórico do lema do nosso VI Congresso! (MST, 2013, p. 52)

Observa-se neste sentido que o MST se utilizou do acúmulo de lutas dos camponeses ao longo da história, para sistematizar um projeto de reforma agrária para além da distribuição de terras.

O momento histórico que nos encontramos no período pós golpe do Michel Temer e a eleição do governo do Bolsonaro, traz novas possibilidades de estudo no campo da geografia agrária, pois muda a correlação de forças entre os sujeitos sociais e traz novas formas de reorganização da luta camponesa e dos movimentos socioterritoriais, tal como o MST, porém necessita-se compreender de forma sistemática, contudo fica a partir daqui o desafio da continuidade de compreender a territorialização do MST.

3. Resistência camponesa no assentamento Bela Vista e o lote Mãe Terra como território de esperança



Fernando Freitas de Almeida (2019)

Diante de Contra Reforma Agrária e uma ínfima política de assentamento, suscita algumas perguntas: por que mesmo sem uma reforma agrária estrutural e diante do cenário de uma política agrária insuficiente, ainda resistem os camponeses? Quais elementos de resistência são possíveis de pensar dentro destas duas décadas de assentamento Bela Vista? Podemos pensar no lote Mãe Terra como território de esperança diante deste cenário?

A organização dos camponeses ao longo do tempo em diversos territórios demonstrou muitas formas de resistência e, sob diversos modos de produção, pendurando ainda hoje, como aponta Fabrini:

Os camponeses estiveram presentes na sociedade organizada sob o modo de produção feudal, capitalista, em suas diferentes fases, e no socialismo real. Na sua trajetória histórica, os camponeses empreenderam variadas lutas para garantir sua existência e seu lugar social. (FABRINI, 2006, p. 64)

Dentro do Brasil as formas de resistência encontrada pelos camponeses foram substancialmente a posse através dos posseiros e posteriormente as ocupações de terras, sobretudo nos anos 90, período que o assentamento Bela Vista tomou para si como estratégia de luta. Conforme Fabrini (2006, p. 68) “Assim, simultaneamente à expulsão e expropriação com a evolução do capitalismo, os camponeses constroem a possibilidade de retorno à terra, através de ocupações e lutas de resistência”.

Porém a resistência não se refere apenas ao momento das ocupações e lutas, o cotidiano dos assentamentos contribui para esta compreensão. Neste sentido, diversos são os elementos a ser analisado nesta resistência, tal como aponta o autor:

Destaca-se no processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças locais um conjunto de características e manifestações relacionadas à economia, cultura, costumes, política, relações de parentesco e vizinhança, compadrio, relações familiares e de gênero, socialização das crianças, etc. (FABRINI, 2006, p. 78)

A luta que é essencialmente organizada durante a ocupação pelos movimentos sociais, de maneira mais ampla, passa posteriormente para escala do cotidiano dos assentados, da produção, das relações políticas e da cultura.

A escala e conteúdo de ação dos camponeses se ampliam pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma

ação local, do território. O assentamento, o acampamento e os grupos de pequenos agricultores, por exemplo, se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam ação de movimentos e organização/entidades nacionais. O território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas. (FABRINI, 2006, p. 76)

O assentamento Horto Bela Vista começou a ser implantado em setembro de 1998 pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, em terras do antigo horto florestal da empresa FEPASA, e conforme relatos dos assentados, os mesmos estavam com seus lotes demarcados já em 1999.

Foi possibilitado sobretudo após mapeamento do Movimento, que identificou que haviam em São Paulo, 17 hortos florestais pertencentes à FEPASA que não estavam sendo utilizados, devido à mudança na dinâmica da empresa e seu sucateamento da empresa, anterior à privatização que já estava em processo.

O Horto Bela Vista, localizado no município de Iperó pontua como área de fundamental interesse, por estar localizado no limiar da mancha urbana da cidade, conforme mapa 2, e na proximidade de um importante centro de consumo que é a cidade de Sorocaba.

Mapa 2: Proximidade do centro urbano de Iperó com o Assentamento Bela Vista



Assentamento Bela Vista. Iperó/SP

0 1 2 km

Fonte: Google Projeção: UTM Ano: 2019
Elaborado por: Fernando Freitas de Almeida

Cabe ressaltar que depois da efetiva ocupação dos lotes houveram ainda muitos problemas, pois refere-se a uma área de horto florestal, com muitos eucaliptos e tocos e o ITESP não possuía grande disponibilidade de técnicos e maquinários para ajudar os assentados neste processo de destoca.

O processo de ocupação teve início em 1997 quando o MST entendeu que devido ao massacre de Eldorado dos Carajás o movimento precisava dar respostas e compreendia que estas respostas precisavam ser através de mais ocupações e lutas em todo o país, como relata Maria⁶:

Ele já sai no bojo das lutas de 97, Lembra né, que teve o Eldorado dos Carajás, em 97 foram muitas ocupações em todas as partes do Brasil e de várias organizações fazendo ocupação e luta pela Reforma Agrária, porque as pessoas que se organiza tinha sido acometida de grande massacre e esse grande massacre simbolizava de criar um terrorismo na sociedade para fazer recuo da pauta de reforma agrária então foi muito grave essa situação, e encorajados essa militância da necessidade, que a gente não podia reclamar, porque, ou a gente ia fazer da luta pela reforma agrária, uma possibilidade de avanço, de melhoria social para nossas famílias trabalhadoras do campo ou a gente ia ser vítima também de outra forma nos rincões das favelas e das barbáries que é acometido né, com a pobreza nos bolsões de miséria (Maria)

A ocupação para reivindicar a área aconteceu com 85 famílias, que ao longo do processo, devido à truculência policial, foi diminuindo, mas ao mesmo tempo novas famílias foram chegando, sobretudo aquelas oriundas do município de Iperó.

Lino (2010), aponta que somente no segundo ano de ocupação que o acampamento tomou uma maior organicidade, sendo que aprofunda a formação de identidade, organizando-se em núcleos: educação; saúde; alimentação; segurança; e estrutura. Núcleos estes que são importantes na organização do movimento MST.

É no processo de organização do acampamento da primeira ocupação em George Oeterer em meados de março de 1998, que se iniciam os processos pedagógicos de formação da Identidade Sem-Terra e da Consciência Social através da organicidade do acampamento. O acampamento era constituído pelos núcleos de base, setores (constituição de setores como educação, saúde alimentação, segurança e estrutura) e uma coordenação (por indicação dos núcleos de base e setores do acampamento). As pessoas do acampamento inserem-se nos setores e desenvolvem tarefas de acordo com sua afinidade e disponibilidade, acompanhadas por estudos e materiais do

⁶ Maria Rodrigues, Assentamento Bela Vista em entrevista realizada em 18/11/2019.

produzidos pelo movimento, conciliam a teoria e prática no cotidiano da luta. (LINO, 2010, p. 17)

Ao fim do processo 31 famílias foram assentadas sendo que uma não participou do processo de luta, mas era de ex funcionários da FEPASA que segundo o ITESP estava enquadrada no perfil de famílias que poderiam ser assentadas.

Dentro da organização define-se primeiramente 3 núcleos: o núcleo central próximo a cidade, um deles mais próximo ao presídio de Iperó, ficando a 1 km deste central e outro núcleo que é fragmentado pelo rio, criando dificuldade de envolvimento das famílias como aponta a autora:

Outra dificuldade de envolvimento das famílias em torno da organicidade no Assentamento corresponde à localização geográfica dos lotes, são distantes entre si dificultando a realização das reuniões, assembléias, oficinas. O parcelamento dos lotes fora realizado pelo estado, construindo uma geografia anti-social. A lógica geográfica de parcelamento dos lotes é uma forma de organização intencional do Estado, no caso aqui, representada pelo ITESP. (LINO, 2010, p. 9)

Esta divisão por núcleos foi ao longo do tempo perdendo sentido prático, sendo que o que há de mais marcante é a divisão em torno de projetos de agroecologia e outros financiamentos, destacando-se: Gerando Frutos do Banco Mundial, Plantando Água, da Petrobrás e o Sistema Participativo de Garantias.

Essa organização já não existe mais por núcleo né, então o que tem de mais marcante aqui é um pessoal que fez sistemas agroflorestais pela Gerando Frutos pelo Banco Mundial, tem 15 famílias, que isso é uma qualidade né, vamos dizer assim, tem um pessoal que fez sistemas agroflorestais pelo plantando águas né, esse do Banco Mundial, chama gerando frutos, o plantando águas era da Petrobras mais 9 famílias e tem um pessoal então que faz parte do sistema participativo de garantia que no período estava no organismo de controle social - OCS Unidos Venceremos parte dessas famílias da OCS unidos venceremos foram para o sistema participativo de garantia que o STG, então tá dividido em qualidades, do ponto de vista de avanços na caminhada rumo a agroecologia e a biodinâmica, e tem um pessoal então mais ou menos quase 15 famílias que elas ficaram na mesmice lá, não quiseram aderir nenhum disso e estão assim nesse patamar. (Maria)

Há também famílias que não participam ativamente deste projeto, em torno da agroecologia, pois Maria relata que das 28 famílias assentadas haviam no início 24 interessadas em produzir orgânicos, mas devido o desmonte da ITESP e a falta de estímulo, parte desta famílias foram para o tradicional.

Agora não é culpa dessas famílias também, não tem nenhum programa que contribua na estimulação disso, ou seja, que dê um respaldo, assistência técnica é bem limitada, mesmo aqui sendo do ITESP nesses últimos anos o instituto tem passado por diminuição de potencial de prestar assistência técnica, para o avanço tanto do organismo de controle social, que é uma forma resposta dada pela lei de orgânicos do governo Lula de 2003, e também para o SPG, teve muita contribuição do ITESP, mas muita porque, assim, é porque são companheiro, militantes que sabem a importância da produção sem veneno e agroecológico, certificada, mas diminuído do ponto de vista de tempo deles, na disponibilidade em poder participar e organizar. (Maria)

Cabe ressaltar, que a produção de orgânicos começou a ser de interesse de alguns assentados logo nos primeiros anos de assentamento, pois, já em 1999 e 2000 buscaram fazer cursos, que dariam posteriormente certificações da IBD (Associação de Certificação Instituto Biodinâmico), no caso do lote Mãe Terra por 9 anos.

A gente já tinha em volta daqui o Projeto da agroecologia, na época não falava isso não né. E daí a gente encontrou uma companheirada que tava muito interessado a gente fez o curso fundamental biodinâmico 99/2000 e a gente começou a fazer produção biodinâmica e ficamos 9 anos certificados pela IBD essa proposta de fazer agroecológica e dinâmica deu vamos dizer sim uma qualidade diferente para gente né de ter parceiros e aliados de dessa questão da produção dos alimentos sem veneno (Maria)

Ainda cabe ressaltar que 3 lotes foram identificados como contaminados com minério de ferro ⁷e tiveram que ser desocupados e as famílias foram remanejadas para lotes de outras famílias que haviam desistido dos mesmos.

Lino (2010) aponta ainda que o processo de luta da segunda metade dos anos 90 tiveram um papel na formação política destes assentados, conforme trecho:

As experiências vividas pela comunidade do Assentamento Horto Bela Vista ilustram o fenômeno da formação da identidade política construída historicamente por seu processo de luta pela terra na segunda metade da década de 90. (LINO, 2010, p. 2)

⁷ A contaminação está relacionada à prática da FEPASA de tratamento dos dormentes, que eram utilizados nos trilhos do trem, com produtos químicos.

E que no contexto de sua pesquisa, a autora observou que o trabalho desenvolvido no lote ocupava muito tempo, dificultando a participação em debates políticos, que difere do momento atual.

O trabalho desenvolvido no lote ocupa grande parte do tempo dos assentados, e os assentados dispõem de pouco tempo para participarem de debates sobre limitações e demandas do assentamento. (LINO, 2010, p. 9)

Diante do exposto, este capítulo analisará os diversos fatores que identificam a resistência camponesa, entre eles os aspectos, econômicos, culturais, educacionais, costumes, políticos, que desvelam a resistência camponesa.

Como primeiro elemento observa-se que o assentamento Horto Bela Vista tem buscado outras formas de comercialização para fugir da lógica de exploração tipicamente aplicadas nos mercados capitalistas. De fato quando submete os produtos ao mercado, o camponês sujeita-se às diversas regras, mas hoje observa-se no assentamento, alguns mecanismos diferentes, no qual pretende-se tratar: venda direta, o CSA (Comunidade Sustenta Agricultor) e os Institutos de Economia Solidária, participação em feiras e eventos, que focam em outras formas de distribuição que difere de relações mediadas pelo mercado, estas outras formas de venda estão presentes nas falas dos assentados.

Estes tipos de comercializações são as formas que alguns assentamentos vêm encontrando para fugir das fundamentadas em comércio de larga escala, intensiva e muito vinculada aos mercados que não raramente pagam pouco pela produção.

A produção de alimentos hoje, de acordo com Ploeg (2008), se baseia preponderantemente na agricultura em larga escala, intensiva, especializada e dominada pelo processo agroindustrial que vincula a produção diretamente ao mercado alimentar mundial. Estes sistemas de mercado organizados globalmente, em que os alimentos percorrem grandes distâncias, são controlados por gigantescas empresas transnacionais, e estão “embrulhados” em problemas sociais, ambientais e nutricionais. (BRAZ, 2017, p. 1)

Em detrimento deste modelo homogêneo de comercialização, os circuitos curtos agroalimentares ou circuitos de proximidades têm sido formulados como opção, sobretudo quando se refere a lugares com proximidade geográfica.

Desta, em oposição aos modelos de produção, comercialização e consumo dominantes e tendo em vista as relações de proximidade, novos conceitos têm sido formulados. Um dos mais importantes é o conceito de Circuitos Curtos agroalimentares, ou Circuitos de proximidade. Essas novas tipologias metodológicas, tem em vista a proximidade social e geográfica entre produtores e consumidores, o que além de um maior desenvolvimento local, tem em vista a reconexão entre o rural e o urbano, que segundo Ploeg (2008) constituem na modernidade “mundos diferentes”. (BRAZ, 2017, p. 5)

O jovem assentado Thiago⁸, 25 anos, comenta que quando ele e sua família chegaram no assentamento via cadastro do ITESP em 2014, ainda tiveram acesso ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), porém posteriormente não mais; e encontrou na feira e na cesta formas de venda direta: *“hoje estamos sem nenhum, mas pegamos PAA, comercializamos Maracujá, aí acabou, fomos fazer feira, faço 2 feirinhas de orgânico, vendo cesta.. e mando para São Paulo via Terra Viva” (Thiago)*

As feiras de orgânicos apontada pelo jovem assentado em sido uma realidade, não somente na região de Sorocaba, mas uma realidade no Brasil, e tem ganhado cada dia mais adeptos.

No Brasil as feiras de produtos sem agrotóxicos tem se multiplicado, de acordo com pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que identificou 140 feiras ecológicas certificadas em 22 das 27 capitais brasileiras. O estudo também aponta que onde a agricultura familiar está presente as vendas diretas são mais pronunciadas. (BRAZ, 2017, p. 2)

As vendas diretas tomam um papel fundamental, pois possibilita uma aproximação entre o rural e o urbano, dinamizando a economia local e facilitando o acesso a um mercado mais justo e sem atravessadores.

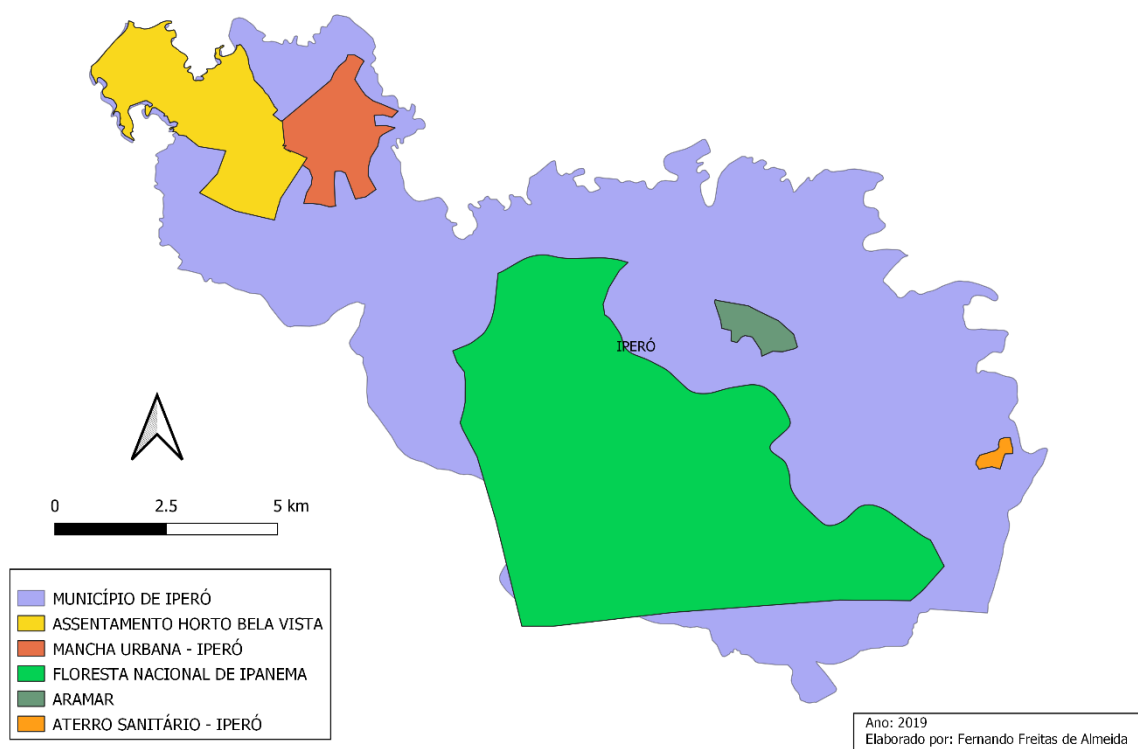
Neste contexto, as feiras adquirem um novo papel como canal de comercialização de produtos de base ecológica e como elemento transformador da sociedade, tendo não só o papel de gerar emprego, dinamizar a economia local e possibilitando o acesso ao mercado justo, mas o de como disse Raymond Williams (2011), de reconectar o mundo rural ao urbano. (BRAZ, 2017, p. 2)

⁸ Thiago, Assentamento Bela Vista em entrevista realizada em 19/11/2019.

Na cidade de Iperó há também a feira do produtor, no qual alguns assentados utilizam para fazer suas vendas diretas, há assentados que comercializam em feiras de Sorocaba como a Feira Orgânica do Parque Natural Chico Mendes e a feira orgânica que ocorre as terças na UFSCAR-Sorocaba.

Conforme observado no mapa3, o acesso ao assentamento Bela Vista a partir da cidade, especialmente do seu núcleo urbano, pode ser feito a pé, pois são limítrofes, para além da representação do mapa ressalta-se que Iperó possui ainda, o assentamento Ipanema, tem em seu território diversas propriedades camponesas e recentemente há expansão de condomínios no limites com município de Sorocaba e Araçoiaba.

Mapa 3 Assentamento Bela Vista e a proximidade com o centro urbano de Iperó



A possibilidade de fazer vendas diretas dá ao camponês autonomia na comercialização, aumenta os ganhos por não ter ninguém intermediando e/ou lucrando com a venda, mas exige que os assentados tenham mecanismos próprios ou coletivos que possibilitem estes deslocamentos as feiras que têm abertura aos camponeses.

A venda direta pontua como estratégia tradicional dos camponeses, no qual ele livra-se da figura do atravessador ou de qualquer outra forma de

mediação, seu produto pode ser adquirido no próprio lote, como habitualmente ocorre no assentamento foco desta pesquisa, em que Cleide⁹ comenta que estas vendas são comuns em seu lote:

e a gente vende aqui quando o pessoal vem comprar, sempre passam por ai; tem um pessoal que sabe que a gente vende e vai indicando para o outro; mas falta é frutas e falta verdura para os que vem compra aqui, como a gente tem o compromisso com CSA; a gente já deixa; deixa de vender (Cleide)

Neste sentido é comum encontrar diversas placas orientando a compra direta nos lotes, venda de produtos diversos, sobretudo horti-fruti. Estas placas além de demonstrar que há uma certa diversidade de hortaliça, fez questão de dar ênfase na produção orgânica, bandeira presente no assentamento Bela Vista.

Nas entrevistas realizadas mais de uma vez relatou-se que a compra direta é uma realidade no assentamento, sobretudo nos lotes que estão à margem da rodovia, pois há muitas compras espontâneas, orientadas por placas feitas a mão.

As placas de venda direta estão presentes nos lotes visitados, quase sempre com as mesmas características, feitas à mão com sobra de materiais, madeiras, chapa de ferro entre outros materiais.

O assentamento Bela Vista faz limite com o centro urbano de Iperó, com isso, favorecendo substancialmente as vendas diretas. Como relatam os assentados é comum a procura por produtos diretamente dentro dos lotes, porém devido aos compromissos com a comercialização com CSA e as Instituições nem sempre a venda direta é realizada.

Tentando fugir dos atravessadores, há dentro do assentamento, outros mecanismos, alguns que se aproximam mais no que a pesquisa compreende como venda direta, por exemplo o CSA Sorocaba e o CSA Coração (Boituva). E outras formas que apesar de ser mediados por instituição, há uma maior autonomia dos assentados, compara-se com os circuitos longos.

O CSA (Comunidade Sustenta Agricultor) funciona a partir de compras coletivas, estabelecendo contratos de 1 ano com consumidores, os valores são

⁹ Cleide, Assentamento Bela Vista em entrevista realizada em 20/11/2019.

fixos. Há uma cota de produtos para cada um dos consumidores que participam; e são entregues no centro de Sorocaba. As cotas são montadas às segundas feiras, em um local chamado Casa da Lua e classificadas de duas formas: Cota 1 - 2 maços de folhosas, 1 porção de legumes, 1 tipo de raiz, 1 porção de frutas, 1 maço de tempero e 1 maço de aromáticas custando ao consumidor 105 reais por mês; e a Cota 2 - 3 maços de folhosas, 3 porções de legumes, 2 tipos de raízes, 2 porções de frutas, 2 maços de tempero e 1 maço de aromáticas custando 185 reais por mês, conforme ilustra a imagem a seguir.

Figura 3 Tipos de Cesta CSA

 <p>Cota 1 - 7 itens R\$105,00/mês</p> <ul style="list-style-type: none"> 2 maços de folhosas 1 porções de legumes 1 tipo de raiz 1 porção de frutas 1 maço de tempero 1 maço de aromáticas 	 <p>Cota 2 - 13 itens R\$185,00/mês</p> <ul style="list-style-type: none"> 3 maços de folhosas 3 porções de legumes 2 tipos de raízes 2 porções de frutas 2 maços de tempero 1 maço de aromáticas
---	---

Fonte: CSA, disponível em: <http://csasorocaba.org.br/cestas-e-retirada/>, acessado em 21/11/2018.

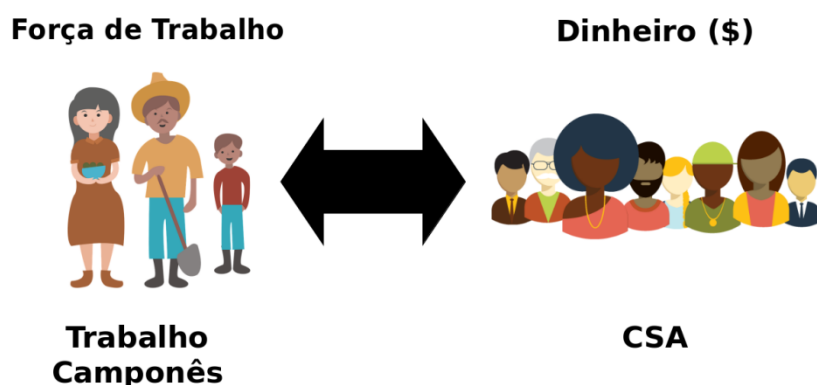
Dentro do CSA os consumidores preferem auto denominar-se como co-produtores, por terem participação direta na produção e por compreenderem que são corresponsáveis pela produção, tendo em vista que CSA não atua somente no consumo, mas pensa junto ao assentado na produção, contribuindo no planejamento, buscando debater coletivamente os produtos da época, estabelecendo junto aos assentados um preço no qual as partes consideram justo.

Nomear-se co-produtor pode possibilitar um consumo mais consciente, através de organização de trabalho voluntário, organização de auxílios técnicos, formações; principalmente quando organizado em GTs (Grupos de Trabalhos) como o CSA, sendo estruturados da seguinte forma: GT Comunicação, GT Financeiro, GT Entrega e GT Técnico, porém precisamos analisar à luz da teoria esta relação.

Neste sentido faz-se fundamental pensar na circulação da mercadoria tal como pontua Oliveira (1987) quando o mesmo reflete sobre a comercialização camponesa, utilizando-se de referências em Marx, diferente da fórmula geral de circulação de capital $D-M-D'$, ou seja, que dinheiro compra mercadoria para gerar mais dinheiro, lógica tipicamente capitalista. O camponês segue a lógica que difere deste na fórmula que é a $M-D-M$, ou seja neste processo, as mercadorias vendidas pelo camponês, tomam a forma dinheiro e posteriormente tornam-se outras mercadorias para atender suas necessidades de subsistência.

Quando olhamos a fórmula, sabemos que quem possui o dinheiro para acessar as mercadorias são invariavelmente os cotistas do CSA, enquanto os camponeses possuem a força de trabalho que produz a mercadoria, mesmo que eventualmente há desprendimento de força de trabalho dos consumidores, o dinheiro para eles tem outro sentido no processo de compra, conforme ilustração:

Figura 4 Relação da comercialização do CSA com os camponeses



Elaborado: Fernando Freitas de Almeida (Jan/2019)

Cabe ressaltar que o CSA além de participar do planejamento, busca trabalhar com transparência, em relação aos gastos com a comercialização e custos de produção, o que demonstra uma solidariedade com os assentados. Os conveniados do CSA consomem sempre os produtos de época, diferente da lógica do mercado e tem como princípio compreender os problemas no quais os camponeses passam durante a produção.

Tradicionalmente o CSA é feito somente com um lote, ou seja, uma comunidade sustenta um lote do assentamento. Neste modelo, a família camponesa tem mais renda para manter-se, mas a pedido dos próprios assentados, o CSA Sorocaba, opera em 4 lotes. Apesar de dividir a renda, há um laço de solidariedade tipicamente camponês presente no assentamento.

A comunidade que sustenta a agricultura na origem é de um agricultor é sustentado por mais ou menos 50, 70 famílias urbanas que são os co-agricultores. Essa é a proposta de origem, aqui no assentamento a gente fez uma proposta de mais famílias participarem, iniciamos com quatro, hoje é três famílias, três lotes diante da falta de investimento e de estruturas e meios de produção para desenvolver a produção, e se no primeiro momento ele é uma dificuldade porque é muito mais complexo você olhar para três lotes, do que olhar para um só, então a gente tá nesse processo, de querer isso de abrir o coração para ser assim. Mas o ponto de vista é racional, ela é uma dificuldade, uma dificuldade interessante né! que a gente tá vendo que a possibilidade de superar isso, mas vai mais tempo vai, mais consciência, precisa de mais consciência dos co-agricultores e dos próprios agricultores, para gente conseguir deslanchar com um agricultor esta proposta é mais simples, com três agricultores, famílias agricultoras a proposta é mais complexa. (Maria)

A troca de saberes é outra característica presente no CSA, sendo que há incentivo de consumo de plantas alimentícias não convencionais, as PANCs, formações e organização de visitas frequentemente aos lotes por parte dos consumidores.

Neste sentido a análise compreende que o CSA opera com venda direta, pois não necessita de atravessadores no processo de comercialização, possibilita uma regularidade de produção dos lotes envolvidos, gerando renda aos mesmos e pontua como um consumo implicado nas necessidades dos camponeses.

Cabe ressaltar que há neste processo muitas contradições, pois, sabe-se que nesta troca nem sempre os sujeitos históricos estão em iguais condições. A população urbana, neste caso, possui o dinheiro e a rural a mercadoria, mediada dentro do sistema capitalista, que historicamente, sobretudo no Brasil, coloca o camponês à margem do processo, havendo uma clara desvalorização do trabalho rural, necessitando assim de uma luta por maior autonomia:

Um camponês não é apenas parte de uma “classe grosseira” (Shanin,1972); ele ou ela é igualmente parte de um mundo grosseiro e cruel. Daí que a luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela

dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”. (PLOEG, 2006, p. 20)

Outra forma de consumo é a mediada pelas instituições, como o Instituto Chão, e o Instituto Terra Viva que atuam na comercialização de produtos agroecológicos em todo o estado. Elas não se limitam somente aos assentados, mas comercializam também com sitiantes produtores de orgânicos de modo geral, mas tem em seus princípios pagarem preços justos aos produtores.

Diferente do CSA, as Instituições de Comercio Solidário acessam um grupo maior de assentados, trabalham em escala de compra maior, porém a mediação deles ocorre sob demanda da mercadoria.

Figura 5: Lógica por demanda de mercadorias das Instituições



Elaborado por: Fernando Freitas de Almeida (Jan/2019)

Sendo assim as Instituições estabelecem relações comerciais, criando demandas de produtos específicos aos assentados e aos sitiantes, pois conforme ilustração acima, a demanda por mercadorias orgânicas é a bandeira principal, independente da forma tal como foi produzido, porém cabe fazer algumas diferenciações.

O Instituto Chão tem como foco a comercialização de produtos orgânicos, funciona com autogestão e economia solidária¹⁰, trabalha com um fluxo grande de mercadores, compra produtos de todo o país e tem suas contas abertas, como se pode ver na figura 6.

Figura 6 Balanço econômico do Instituto Chão. Janeiro/2019



Fonte: Instagram do Instituto Chão. Acesso em 20/03/2019

O Instituto tem uma loja física em São Paulo na Vila Madalena, bairro com um significativo grau de desenvolvimento econômico e com bastante comércio para um público que busca um consumo diferente do convencional.

Observando as contas abertas do Instituto, percebemos que apesar de não ter fins lucrativos, há um alto fluxo de capital e mercadorias e uma folha de pagamento considerável.

O Instituto Terra Viva Brasil de Agroecologia, com sede em Sorocaba, apesar de atuar na comercialização tal como o Instituto Chão. Em uma escala menor, possui diversas frentes de atuação que pautam sempre na agroecologia e na agricultura camponesa.

¹⁰ O conceito pontuado por Candido (2010) de solidariedade vicinal, difere do defendido pela instituição que relaciona-se mais a reorganização das práticas de consumo dentro do capitalismo, do que um solidariedade dentro as relações cotidianas do camponês.

Constituída por técnicos, pessoas formadas pela UFSCar e outras instituições, o Instituto busca atuar em diversas frentes: bioconstrução, feiras e cursos. Também comercializa com toda a região de Sorocaba, sendo que a mesma hoje atinge cerca de 50 famílias camponesas.

A comercialização dos alimentos orgânicos do Assentamento Bela Vista durante a Feira Nacional da Reforma Agrária só foi possível por conta da mediação do Instituto Terra Viva, demonstrando a dimensão política de sua comercialização; pois a feira articula-se com assentados do país inteiro e foi realizada na maior cidade do Brasil.

Foto 2 Comercialização de alimentos orgânicos na III Feira Nacional da Reforma Agrária no Parque da Água Branca em São Paulo - SP



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2018)

Apesar de analisados separadamente na pesquisa, cabe pontuar que muitas vezes as pessoas que estão representando as Instituições, também fazem parte do CSA, que fazem trocas com outros institutos, são recebidas nos lotes do assentamento, mantendo laços afetivos nesta construção.

No que refere-se à distribuição, para tomar como exemplo, é comum que os produtos das instituições sejam divididos com o frete do CSA, quando o mesmo caminhão que distribuirá para o instituto Terra livre, levará os produtos para o CSA.

Foto 3 Caminhão responsável pela distribuição do CSA no assentamento Bela Vista



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2018)

Em relação à logística de distribuição, os assentados do Bela Vista em geral deixam suas mercadorias no lote Mãe Terra no domingo ou segunda pela manhã. Tal fato se deve porque o lote fica à margem da estrada, o que facilita a circulação do caminhão, além de possuir espaço para armazenar os alimentos produzidos no assentamento.

O mesmo caminhão que anteriormente passou em outros assentamentos, passa pelo assentamento e segue para o Assentamento Ipanema e busca as mercadorias que seguem para Sorocaba e posteriormente para São Paulo.

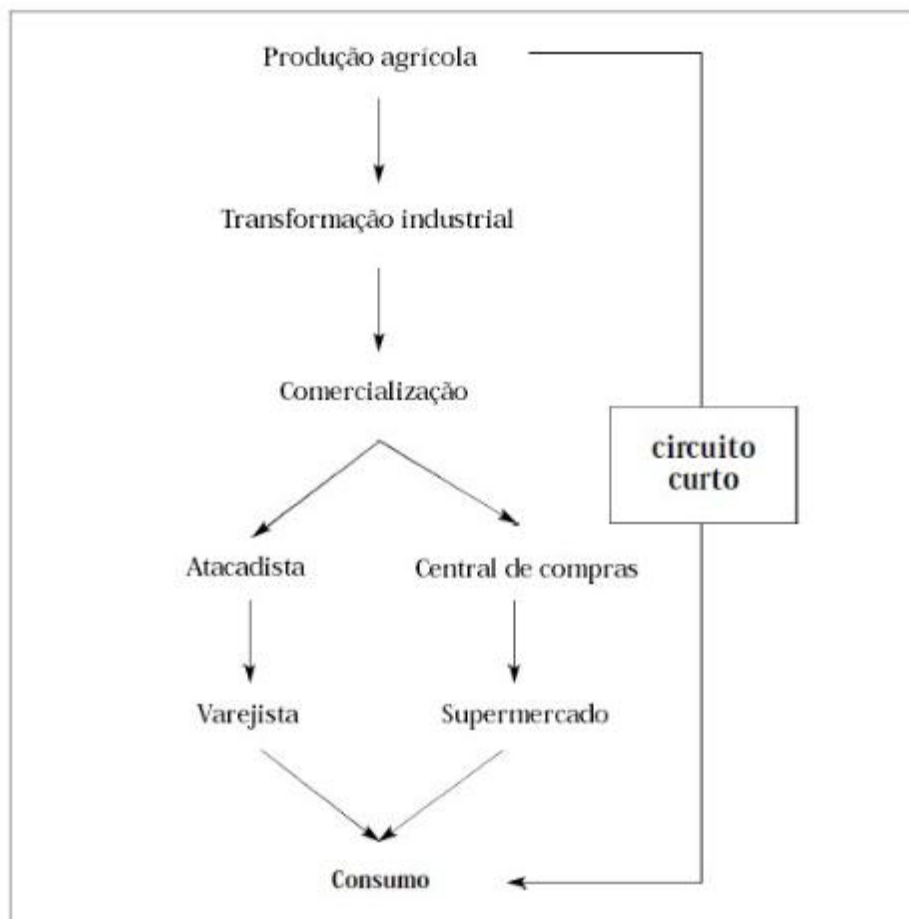
Esta lógica de divisão de frete coaduna muitas vezes com a necessidade dos assentados e dos consumidores, pois, possibilita uma economia no transporte.

A compreensão deste tipo de comércio enquanto circuito curto possibilita uma melhor compreensão da resistência escolhida como estratégia, pois temos no circuito curto uma ligação direta entre a produção e o consumo, logo entre o camponês e o consumidor.

Difere, portanto, dos circuitos longos que passa por transformação industrial, processo de comercialização, sistemas como atacadista, varejista,

centro de distribuição, supermercado para tão somente depois de passar por todas estas estruturas chegar ao consumidor.

Figura 7 Circuito Curto e o circuito longo.



Fonte: Braz (2017, p. 7)

Quando comparado ao contexto da França como colocado por Braz (2017), o circuito curto no Brasil e no caso específico do Assentamento em pauta tem pouco ou nenhum apoio, somente eventualmente com apoio técnico do ITESP.

Segundo Chaffotte e Chiffolleau (2007), o apoio governamental aos circuitos curtos na França permitiu uma aproximação entre consumidores e produtores, uma melhor remuneração do produtor, preços justos ao consumidor, incentivo à produção local, gerando empregos e dinamizando a economia local. (BRAZ, 2017, p. 8)

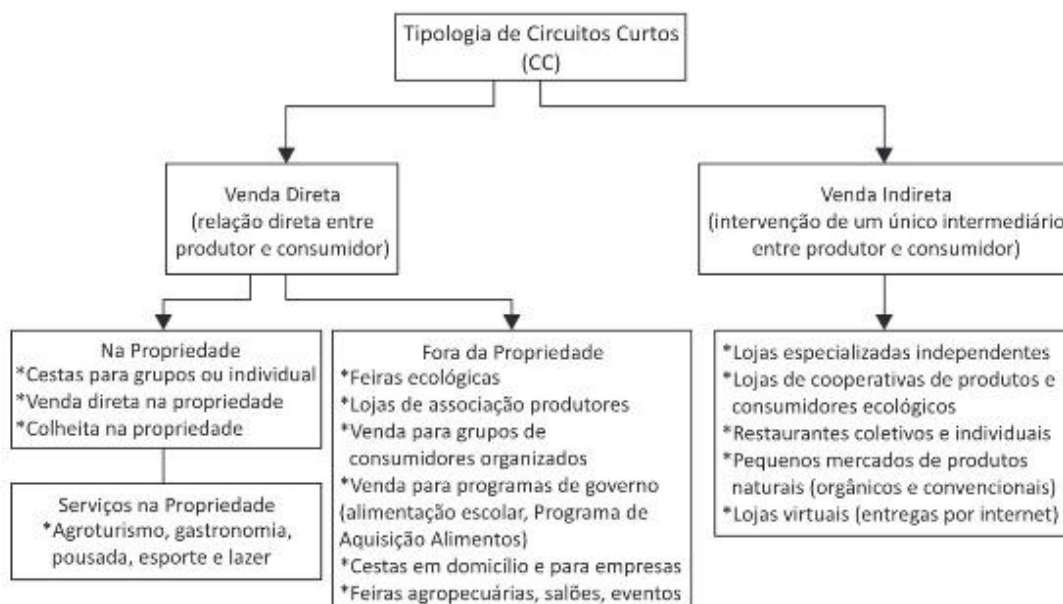
Os mecanismos mais utilizados no Brasil pela maioria dos camponeses de base agroecológica são também, conforme exposto anteriormente, os

utilizados no Assentamento Bela Vista, a feira do produtor e feiras orgânicas, a entrega de cestas tanto domiciliar quanto do CSA de forma coletiva, e a compras governamentais quem houveram uma significativa diminuição após o governo do Michel Temer.

No Brasil e na França, já existe uma variedade de experiências de vendas de alimentos orgânicos em Circuitos Curtos. Segundo Darolt (2012), a maioria dos produtores de base agroecológica com bons resultados de comercialização tem utilizado dois a três canais de venda (feiras do produtor, entrega de cestas em domicílio e, mais recentemente, compras governamentais), embora exista uma gama de alternativas. (BRAZ, 2017, p. 8)

A tipologia de Circuitos Curtos possibilitou sistematizar onde cada uma desta comercialização encontra-se, sendo que os CSAs, as Feiras Orgânicas encontram-se sob a perspectiva da venda direta, enquanto as Instituições pontuam como lojas especializadas independentes, conforme organograma abaixo, configurando-se como venda indireta.

Figura 8 Tipologia dos Circuitos alimentares de proximidade



Fonte: Braz (2017, p. 9)

Os circuitos curtos pontuam como uma forma de reconexão entre o rural e o urbano perdido na lógica dos circuitos longos, dinamizando a produção camponesa, pois, cria a possibilidade de garantia da reprodução da vida do camponês

A possibilidade de aumento do contato entre produtores e consumidores nas feiras além de dinamizar economicamente a produção camponesa, conferir rastreabilidade e um caráter indenitário aos produtos, também permite uma maior interação cultural e social entre os agentes...Neste sentido as Feiras tornam-se portas para uma reconexão social e cultural entre o rural e o urbano. (BRAZ, 2017, p. 12)

Porém faz-se necessário, para além de compreender as tipologias dos circuitos, aprofundar no significado da comercialização para os camponeses em uma sociedade capitalista de subordinação da renda territorial ao mercado.

Paulino (2012) faz, desta forma, uma reflexão quando se refere à comercialização, pois para autora, o camponês muitas vezes presta um trabalho gratuito para a sociedade:

Ao assinalar o caráter contraditório do processo de recriação camponesa no capitalismo, Oliveira (1986) destaca que, não raro, esta vem revestida da cessão gratuita do trabalho camponês para a sociedade, por meio de preços alcançados pelos produtos que os mesmos colocam no mercado, notadamente os alimentos básicos. (PAULINO, 2012, p. 284)

Os camponeses, neste sentido, têm na comercialização dos produtos, a forma na qual eles encontram as suas subsistências e reprodução enquanto classe, que criam e sobretudo se recriam dentro dos assentamentos rurais.

Ainda sob a ótica de Paulino (2012) não se pode ver os preços baixos dos produtos isoladamente, pois há uma desvalorização social de quem produz, o camponês, que perpetua uma transferência de renda para outros setores da sociedade.

Bombardi (2004) pontua sobre o quanto o camponês não só está sujeito às intemperes, mas também à subordinação do mercado, e ele está ciente disto, demonstrando esta consciência através dos relatos orais registrados em sua pesquisa.

A autora ainda fala que os custos da produção são calculados em dinheiro, insumos e o trabalho, mas já o preço da comercialização é de acordo com a oferta e demanda de mercado, ou seja, fatores externos ao campo influenciam a comercialização.

Para o proletário, nesta perspectiva, pesa a mais-valia, ou seja a taxa de exploração retirada do trabalho excedente do processo produtivo. O camponês

é também atingido, não pela mais-valia absoluta, mas sim pela mais valia social, conceito trabalho por Martins (1995). Ou seja, não é o trabalho do camponês que está diretamente sujeitado ao capital, mas sim há uma “sujeição da renda da terra ao capital” e conseqüentemente de sua mercadoria.

Expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar e vender, ou subordinando a produção do tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra (MARTINS, 1995, p. 177).

Neste sentido, a comercialização, mesmo que mediada por instituições, grupo de consumo e até mesmo por venda direta, tem seu preço sempre subordinado ao mercado e à dinâmica do capital industrial.

Paulino (2012, p. 284) traz uma afirmativa que se faz fundamental ao entendimento desta pesquisa quando refere-se ao processo de subordinação da produção dos camponeses ao mercado “O equacionamento político desse paradoxo [paradoxo referente à subordinação ao mercado] se fará com o reconhecimento de que a existência camponesa se inscreve em um quadro de resistência que transcende a esfera econômica”

Cabe pontuar que mesmo que os camponeses do assentamento Bela Vista eventualmente sujeitam seus produtos ao supermercado, contraditoriamente este produto é fruto de uma resistência que se dá através do trabalho familiar, da organização em movimento sociais e da solidariedade presente entre os camponeses.

A organização em torno do movimento político, sobretudo o MST, é outro elemento a ser analisado. Esta relação de pertencimento ou repulsa ou até mesmo uma gratidão eventualmente distante, são partes de uma complexidade

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aparece por diversas vezes nas falas dos assentados, ora como parte da história de alguns, ora como reconhecimento de uma história, a qual se pretende tratar abaixo.

Mesmo após a conquista das terras, a conquista de um assentamento, é preciso observar a manutenção ou não de alguma organização política. De fato, as ocupações e acampamentos fizeram parte de uma estratégia para o início da luta por terra, mas após a emissão na posse para fins de assentamento, reuniões

são frequentes, como observado no assentamento Bela Vista, pois agora a questão é a manutenção dos mesmos com a inserção da produção no mercado local. Lança-se mão ainda de marchas e outras formas de pressão, como ocupações de espaços públicos, diante de alguma pauta de reivindicação mais urgente.

A gente avalia aqui esses parceiros que a gente tem, são parceiros voluntários, não são de instituições que ganha dinheiro para poder dar esse respaldo, e essa cobertura para essas famílias, então toda essa força dessa qualidade que a gente tem, hoje né de SPG vinculada à comercialização com outra outras agriculturas familiares da região, de poder fazer a Comunidade Sustenta Agricultura e de poder mandar produto para São Paulo , são forças de pessoas que foram foram visitantes de esse lugar e entenderam a proposta e se engajaram (Maria)

Tem-se observado que a relação ambiental entre os assentados e o meio ambiente tem evidente diferença, quando comparado às propriedades do entorno do assentamentos, esta relação é possibilitada sobretudo devido à relação com o MST e suas práticas, além da relação do camponês com a natureza, de respeito e contemplação.

Maria aponta para uma esperança, que passa pela necessidade de criar laço de solidariedade entre as pessoas que visitam o assentamento, nos levando a pensar no lote Mãe Terra como Território de Esperança.

3.1. Lote Mãe Terra como território de esperança

O lote Mãe Terra¹¹, do Assentamento Bela Vista é carinhosamente tratado assim pelos assentados, pois representa uma centralidade. Pode-se observar as mais diversas visitas, sendo que a todo momento há pessoas chegando e partindo, algumas ficam, compartilham as refeições e os conhecimentos.

Os assentados deste lote têm um grande histórico de migração de saída do meio rural para o meio urbano e de inúmeras tentativas de retorno para o campo, sendo que foram assentados em outros assentamentos e tiveram no lote Mãe Terra a consolidação deste retorno ao Campo.

¹¹ Nome sugerido pela mãe da Maria, moradora do referido lote.

É a partir deste retorno ao rural, e das experiências diversas de trabalho no urbano, no monocultivo de tomate, migração, que os mesmos tornam-se militantes do MST, Maria começa sua luta na região de Campinas no ano de 1987 e posteriormente é assentada em Promissão e o William em Sorocaba em 1991 no então acampamento que originou o Assentamento Ipanema também no município de Iperó/SP.

Após um processo de separação conjugal de ambos, Maria foi assentada no Bela Vista e posteriormente o William muda-se para lá, estabelecendo um relacionamento de 18 anos. Os filhos do William e sua ex mulher continuam assentados no Assentamento Ipanema.

Ambos têm em seu histórico as marcas do uso de veneno na agricultura, sobretudo no sistema de monocultivo e a partir destas marcas vêm a recusa do uso de agrotóxico em seu lote.

O conceito de território da Esperança proposto por Moreira e Targino (2007) norteará o sentido no qual pretende-se compreender o lote Mãe Terra dentro do Assentamento Bela Vista, ambiente marcado pela esperança.

Compreende-se que o território deve ser visto na sua totalidade, e dentro deste todo, existem relações carregadas de contradições e diversas formas de organização.

Se o território vem marcado de contradições, sobretudo, através da subordinação territorial, que se dá pela exploração, é na dimensão do desejo, da esperança e da solidariedade, que temos a construção de um horizonte utópico de um novo território:

o “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. (MOREIRA;TARGINO, 2007, p. 76)

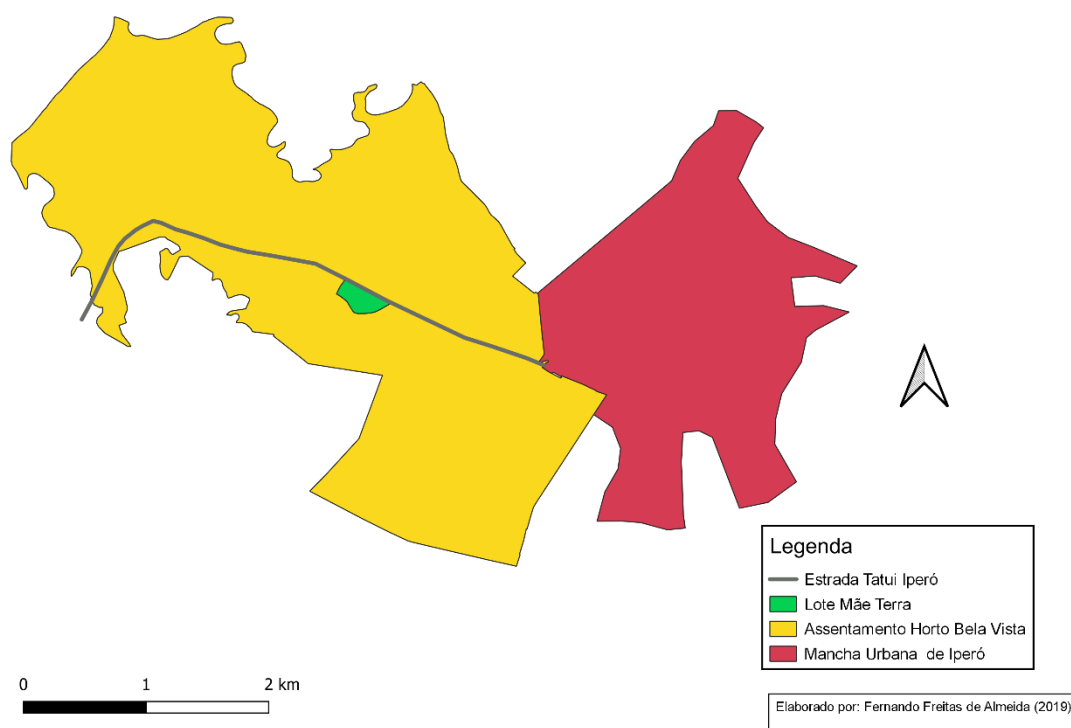
É tão somente porque este território é inacabado, sujeito às contradições, ganhos e perdas que se pode pensar no lote Mãe Terra no Assentamento Bela Vista a partir da territorialização de camponeses e consigo territorializa a esperança que faz parte de uma experiência de organização social diferente da relação tipicamente capitalista.

Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas. (MOREIRA ;TARGINO, 2007, p. 76)

A construção desta territorialização camponesa passa pela manifestação de diferentes planos: tecnológicos, sociais, políticos e culturais, anunciando uma no forma de construção que passa pela utopia.

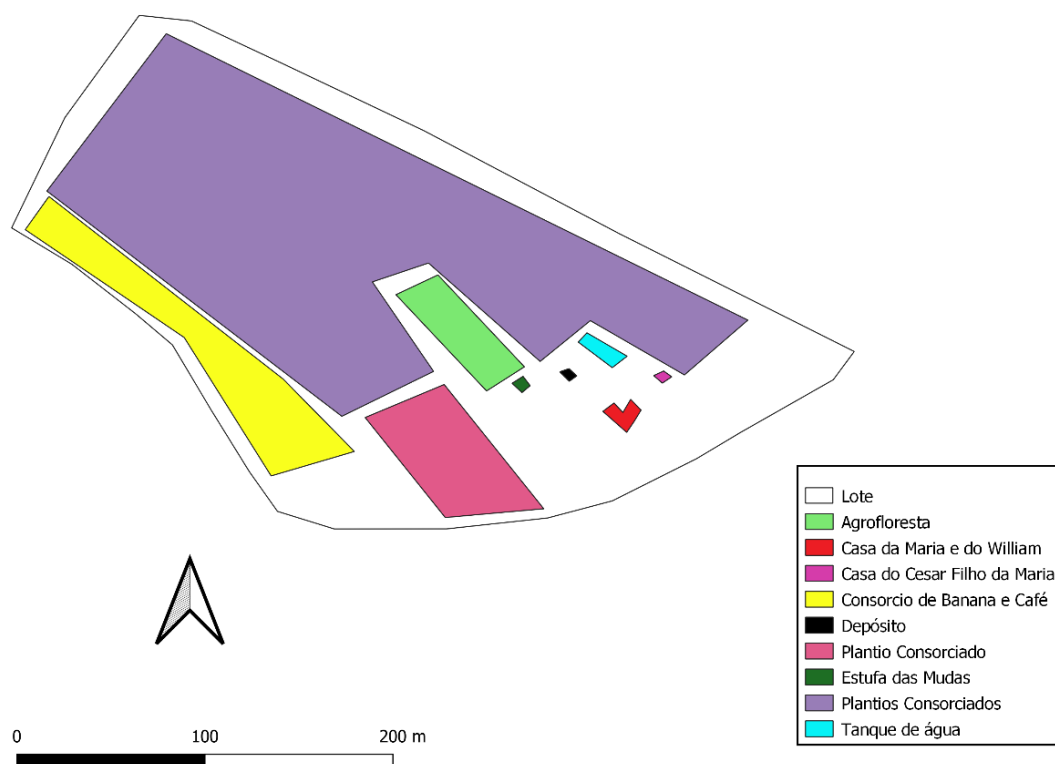
Fortalecimento que se manifesta em diferentes planos (econômicos, tecnológicos, sociais, políticos e culturais), permitindo que se veja nessas áreas o surgimento de bases para a constituição de territórios de esperança, onde a vida não seja comandada pelos nós da exploração, mas seja construída pelos laços de solidariedade, anunciando que outras formas societárias são possíveis. Mais do que anunciando, construindo a utopia de uma sociedade solidária tanto em relação com a geração presente quanto com as gerações futuras. . (MOREIRA;TARGINO, 2007, p. 89)

O lote Mãe Terra está localizado na Avenida Paulo Antunes, que dá continuidade com o nome de rodovia Tatui Iperó, na cidade de Iperó, observa-se que está bem no centro do assentamento conforme Mapa 4 e próximo a mancha urbana de Iperó/SP.

Mapa 4 Lote Mãe Terra e sua Localização

Nesta perspectiva, o lote pontua para além de um lugar de produção camponesa de alimentos, como centro comunitário, local para reuniões e organização da vida no assentamento, como referência e como possibilidade, como espaço de esperança, organizado conforme Mapa 5:

Mapa 5 Lote Mãe Terra e sua Organização



Elaborado por: Fernando Freitas de Almeida. Ano: 2019

Se a ocupação é o momento da luta para a conquista, a resistência não se limita a este momento, extraordinário, mas também a luta do dia-dia, se dá pela força da organização do cotidiano.

Os camponeses têm demonstrado também capacidade de resistir a imposição das relações mercadológicas capitalistas por meio de uma ação que não passa necessariamente pelos movimentos sociais, sendo possível referir-se a uma resistência não limitada aos movimentos. Neste sentido, emerge a necessidade de reconhecer nas forças locais possibilidades de resistência. (FABRINI, 2006, p. 76)

O lote Mãe Terra possui dois pequenos núcleos familiares. No primeiro moram a Maria e seu esposo William juntamente com o irmão da Maria, o Francisco. No outro núcleo estão o César (filho da Maria) com esposa e enteado. Enquanto o primeiro núcleo se dedica ao cultivo no lote, o segundo tem em Cesar um funcionário de uma empresa em Iperó.

Como elemento essencial da resistência no lote Mãe Terra tem-se a produção orgânica, utilizando essencialmente duas técnicas, a produção por sistemas agroflorestais e os plantios consorciados.

Nessa proposta da produção, principalmente na produção, a minha proposta é de produzir sem veneno, pelo meu pai ter sido vítima do veneno e vi vários sendo vítima do veneno; e nessa da produção sem veneno, nós não tínhamos muito nome na época e a gente começou a produzir orgânico (Maria)

A escolha de produzir sem veneno explica-se pela orientação do MST, mas não somente. Para além desta escolha, tem a história de vida dos camponeses, em um país de uso indiscriminado de agrotóxico, como também colocado por William¹² em sua experiência na produção de tomate: *“Trabalhamos 3 anos com lavoura de tomate, os 3 anos foi só decepção né, quase morreu eu e meu irmão, quase morremos de intoxicação com veneno, muito veneno no tomate e dinheiro nada, aí a gente acabou desistindo”*. Maria ainda comenta sobre a difusão do uso de veneno e o ataque ao meio ambiente:

Porque nessa época, já tava tendo muita difusão da monocultura com o pacote do veneno, e meu pai já estava muito mal de saúde, e ele dizia que quando agricultura precisa pôr veneno, não mata só as pessoas, mata o ambiente, mata as pessoas também, que não queria ficar nem matando o ambiente e nem morrer de morte desse tipo (+) mas ele foi muita vítima disso, marcou minha (Maria).

A militância dentro do MST e a escolha por trabalhar com agroecologia, possibilitou a ambos fazer o curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia na UFSCar, possibilitado pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), programa este criado a partir de reivindicações do Movimento. Sempre que possível Maria e William pontuam como motivo de orgulho e conquista da luta: *“Somos eu e ela somos agrônomos formados em agroecologia e não temos filhos né”*.

Os sistemas agroflorestais presentes no lote são compostos por espécies arbóreas, lenhosas e frutíferas, e cultivos, possibilitando uma interação entre floresta e agricultura, negada pelo latifúndio.

Nos sistemas agroflorestais podemos implantar culturas arbóreas e lenhosas, ao lado de culturas anuais – criações de abelhas, por exemplo –, consolidando formas sustentáveis de aproveitamento e uso da energia da biomassa, conciliando produção de alimentos e de energia (CALDART, 2012, p. 58)

¹² William Silva, Assentamento Bela Vista em entrevista realizada em 18/11/2019.

O plantio consorciado refere-se ao modelo no qual utiliza-se de dois ou mais tipos de cultivos, possibilitando assim além de uma diversidade de produtos, controles de pragas e um sistema de rodízio de plantio por área ajudando o solo na absorção de nutrientes e nitrogênio.

O plantio, quando consorciado, possibilita também a produção em diferentes tempos, Maria explicou¹³ o consorcio de mandioca, mamão e café, sendo a que mandioca vai produzir primeiro, posteriormente o mamão e o café por último, na dinâmica do consorcio pensar nos diversos tempos é essencial.

Foto 4 Visita ao Plantio na recepção do Lote Mãe Terra aos alunos da Geografia UFSCar.



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2019)

A produção de agricultura consorciada vai de encontro ao monocultivo, pois tem outra dinâmica, respeitando o tempo da natureza, sobretudo quando produzida de forma orgânica.

A produção de mudas e sementes é também questão fundamental dentro do lote, pois, eles têm a consciência que o controle deste processo, faz como fundamental na reprodução do camponês enquanto classe.

Os métodos naturais de combate às pragas, a fabricação e produção de ferramentas de trabalho e instrumentos nos próprios lotes, cultivos de gêneros alimentícios, fabricação de roupas e calçados para o trabalho na roça, combate a pragas das lavouras sem uso de

¹³ Explicou durante trabalho de campo de estudantes do curso de Licenciatura em Geografia da UFSCar no dia 01/06/2019

agrotóxico, dentre outras atividades desenvolvidas nos lotes, indicam uma organização de produção alternativa e defensiva entre os camponeses que procuram depender cada vez menos do mercado capitalista. (FABRINI, 2006, p. 82)

Outro conceito que se faz central é a *produção da resistência* que toma uma escala local, pois quando dentro do lote, articula-se a uma agricultura camponesa, que difere da agricultura com uso excessivo de agrotóxico, insumos e tecnologia.

Verifica-se entre os camponeses uma *produção de resistência* que também indica uma manifestação de escala local. Os camponeses, a partir do contexto local têm procurado implementar uma agricultura defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais. (FABRINI, 2006, p. 80)

Neste sentido, a presença da estufa e a produção de mudas tem uma centralidade no lote Mãe Terra, sendo uma atividade comumente realizada no lote, fazendo parte também da característica de produção agroecológica.

Foto 5 Estufa de mudas orgânicas



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2019)

Para além da produção de alimentos tradicionais do campesinato há no lote o cultivo de sementes crioulas, dentre as quais, a de milho, revelando um

questionamento do sistema de monocultivo, no qual as espécies vão se repetindo e cada dia diminuindo

Outro exemplo é o cultivo de sementes crioulas, como a de milho, denominado de “variedade”, resultante de experiências feitas, geralmente, em grupos dos pequenos agricultores. Nesta técnica de produção de sementes faz-se o cruzamento das várias espécies de milho num campo experimental. As sementes produzidas poderão ser utilizadas de um ano para o outro, ao contrário do que ocorre com as sementes híbridas e mais recentemente os cultivos de plantas geneticamente modificadas, que se prestam a uma única safra. (FABRINI, 2006, p. 81)

Foto 6- Produção de semente crioula de milhos.



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2019)

A produção é central no lote, mas as articulações com outras atividades fazem fundamental, como relata Maria:

Aqui eu não tenho a temporalidade só de plantar um pé de fruta e ver o fruto nascer, mas também dessa história, que está inserida nessas pessoas, essas pessoas [...] fortalecendo e daí vem também essa questão da comercialização, no processo de ideia de comercialização solidária com esses produtos orgânicos e biodinâmicos e agroecológico e também da comunidade que sustenta a agricultura - CSA Sorocaba que hoje tem 56 famílias e a gente agora estamos se organizando para ter produção suficiente para aumentar esse número de família (Maria).

Neste sentido durante os trabalhos de campo realizados para a pesquisa, foi possível observar muitas trocas de saberes e o lote Mãe Terra e como ele é importante para trocas de conhecimentos tradicionais.

O debate da agroecologia tem uma centralidade no lote, porém aparece para além do debate da técnica, pois, na concepção dos assentados, a agroecologia vem acompanhado do debate da reforma agrária.

Então a gente tem um solo assim, bastante difícil, uma terra bastante difícil para construir um solo fértil e isso dá muitos elementos de estudo para o pessoal que tá interessado em fazer agroecologia, para o pessoal que está interessado em conhecer de como o nosso solo é tratado, tanto do ponto de vista dessa antropização do fogo [Maria havia falado da cultura do fogo na região] do não cuidado com o solo e depois quando se cuida desse solo, que consegue já começar a ter resposta e com essas, essa cultura de produção de alimentos, de alimentos do ponto de vista do que a natureza pode dar no seu máximo, sem o pacote do veneno dos agrotóxicos, então isso gera também, para uma sociedade que já está em nível de consciência bastante importante, que até dá uma esperança da gente, já era para eles uma oportunidade conhecer e dizer que isso é possível. (Maria)

O respeito à natureza pontua como fundamental, como observado em trabalhos de campo, que o conhecimento do clima e a relação dos camponeses com a natureza diferem da relação mercadológica, da produção excessiva de mercadorias, que não respeita o tempo da natureza.

A dependência da natureza é verificada na produção camponesa e na existência de conhecimentos sobre o clima e calendário agrícola para planejar a produção; manejos e semeadura feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros, indicam relações diferenciadas da produção agrícola empresarial em que a agricultura é praticamente dominada pela técnica.(FABRINI, 2006, p. 81)

O uso da palha e da cobertura vegetal é uma forma que encontraram de manter a umidade do solo, gerando economia no consumo de água e ajuda a manter os nutrientes no solo.

O uso de adubação verde é uma forma que encontraram de garantir que o solo absorva, sobretudo, o nitrogênio, além dos micronutrientes, há em todo o lote plantação de feijão guandu.

Este é o caso da adubação verde e o cultivo de espécies vegetais que repõe os nutrientes do solo retirado pelas plantas com o passar dos

anos de cultivo. Também o uso de matéria orgânica produzida nos lotes como restos de cultivo e resíduos de beneficiamento da produção (palha) são largamente utilizados na produção agrícola nos lotes. Trata-se de uma forma de adubação que não passa pela esfera da produção de mercadorias.(FABRINI, 2006, p. 81)

A agricultura camponesa passa para além dos conhecimentos tradicionais, pela necessidade de soluções criativas, constituindo assim parte dos instrumentos necessários à agricultura, diminuindo a dependência do mercado, sobretudo na compra de insumo, dentre estas soluções dentro do lote busca-se desenvolver, fugindo do plástico, uma embalagem de muda com recursos recicláveis:

Foto 7: Embalagem de muda feita com jornal reciclado.



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2019)

Este conhecimento faz-se fundamental, pois, quando o camponês produz seus próprios instrumentos, afasta-se da necessidade de depender do mercado, que tem na venda dos produtos agrícolas, a dupla extração de mais-valia, retirando do trabalhador urbano na produção, a mais-valia absoluta, e do camponês a mais-valia social e a renda da terra.

Tem procurado forjar ainda, uma agricultura camponesa em que parte dos instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas são elaborados pelos próprios camponeses, procurando depender cada vez menos daquelas técnicas produzidas na esfera da produção de

mercadorias e nos interstícios da produção capitalista. (FABRINI, 2006, p. 80)

O trabalho coletivo e familiar faz parte da moral camponesa, pois, no campo diferentemente da cidade, o trabalho coletivo é central na produção e reprodução do campesinato, como revela o relato do William quando fala da sua infância.

Eu vivia no campo, numa fazenda lá, em Andaraí, município do Paraná, já trabalhava essa época desde criança né, não serviço pesado, mas serviço que dava para gente fazer, a gente fazia para ajudar minha mãe e meus pais né, tanto no serviço da roça, quanto no serviço caseiro né, serviço mais doméstica e foi aí que a gente aprendeu fazer tudo de casa. Lavar, passar, cozinhar, limpar a casa, então a gente ajudava muito nessa questão mais doméstica. (William)

Este elemento também foi observado em campo na produção de mudas de café, onde haviam assentados e outros trabalhadores da cidade, passando as mudas das bandejas para os sacos plásticos para preparar para o plantio.

Neste momento, o neto da Maria e William estava acompanhando este processo, preenchia o saco, brincava com a terra, em um movimento de aprendizado, tipicamente camponês, onde o trabalho familiar é importante, ele ia para todos os lados com o avô, imitando suas formas de trabalho, como pode-se observar na foto 8:

Foto 8 Neto e avô andando pelo roçado



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2018).

Enquanto acontecia este trabalho coletivo do plantio de café, outro trabalho coletivo acontecia na cozinha, tendo como base alimentar, os alimentos ali cultivados.

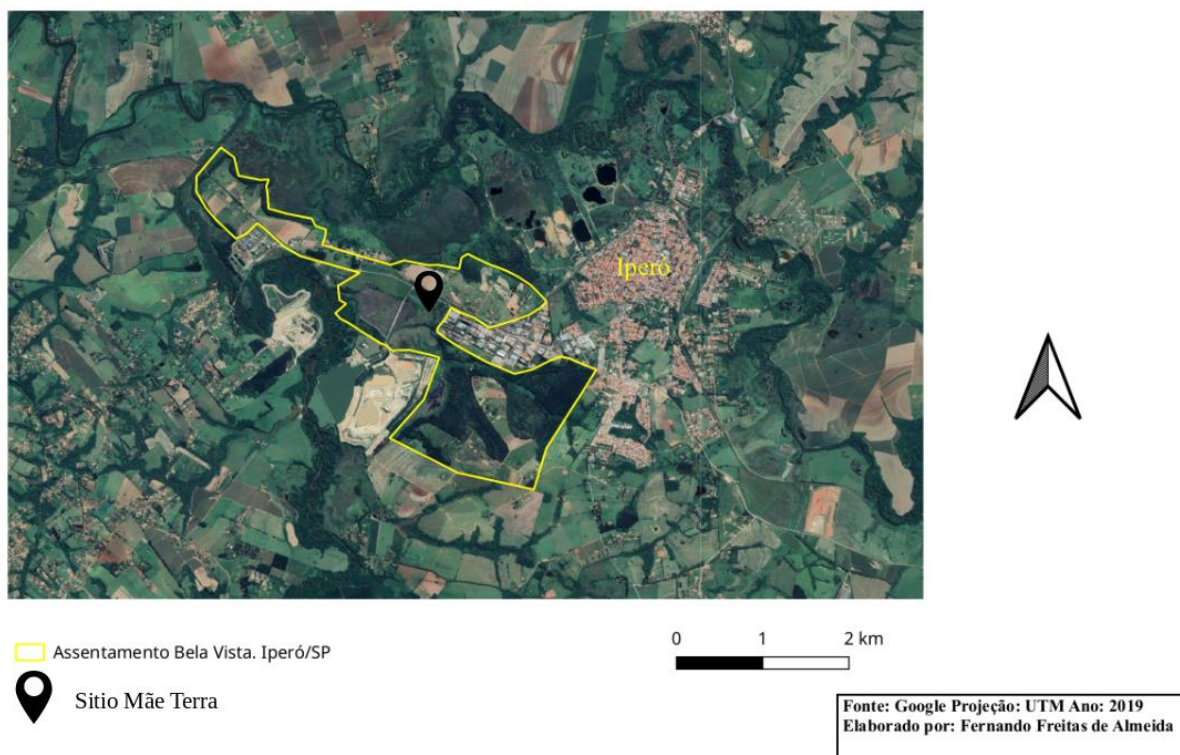
Igualmente de forma coletiva, faziam as análises políticas em paralelo à produção, falavam do medo na eleição do Bolsonaro, do medo da desapropriação, da insegurança jurídica, do tensionamento do outro assentamento vizinho com a base da Marinha - Aramar, com a Floresta Nacional de Ipanema, que apesar de já mediada, não saberiam como seria este futuro governo, diante das declarações de criminalização do movimento de luta por terra.

As ações comunitárias entre os camponeses são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas. O mutirão, por exemplo, é movido mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto de transformação social estrutural. (FABRINI, 2006, p. 86)

O fato da pesquisa ter acontecido, durante e após a eleição do Jair Bolsonaro revelou como a dinâmica mais geral do país implica sistematicamente na vida cotidiana e nos discursos e conversas presentes no lote.

Cabe ressaltar ainda que a centralidade permitiu que o lote funcionasse também como um centro comunitário, permitindo assim, diversas atividades, potencializadas por sua localização, como observa-se no mapa 6:

Mapa 6 Sítio Mãe Terra no Assentamento Bela Vista



Neste sentido, diversas são as atividades recebidas, dentre as quais, a que nos é permitida ver na foto a seguir de um almoço com alimentos agroecológicos, organizado pelos assentados juntamente com a CSA, acompanhado da cantoria, das prosas informais, da formação política, das místicas e da vivência do lote, elementos estes que são muitas vezes inerentes à ordem moral camponesa e coaduna com as características da organização do MST.

Foto 9 Almoço Caipira no lote Mãe Terra no assentamento Bela Vista



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2018)

As dinâmicas destas atividades são diversas, como é possível observar na imagem, além do café na roça, apresentação das pessoas, há também a prosa que passa pelo contexto da reforma agrária, tema como agroecologia, as alianças com CSA , além de temas referentes à educação.

O sentimento de luta, da coletividade e, portanto, do campesinato como classe, está sempre sendo expressado e reafirmado, como mostra a foto 10. Nela pode-se vê no canto da lousa, a frase a frase “Ninguém Solta a mão de ninguém” representando o momento vivido por todos no começo de dezembro, logo após a eleição de Bolsonaro, inimigo declarado dos camponeses do MST.

Foto 10 Almoço Caipira no lote Mãe Terra assentamento Bela Vista

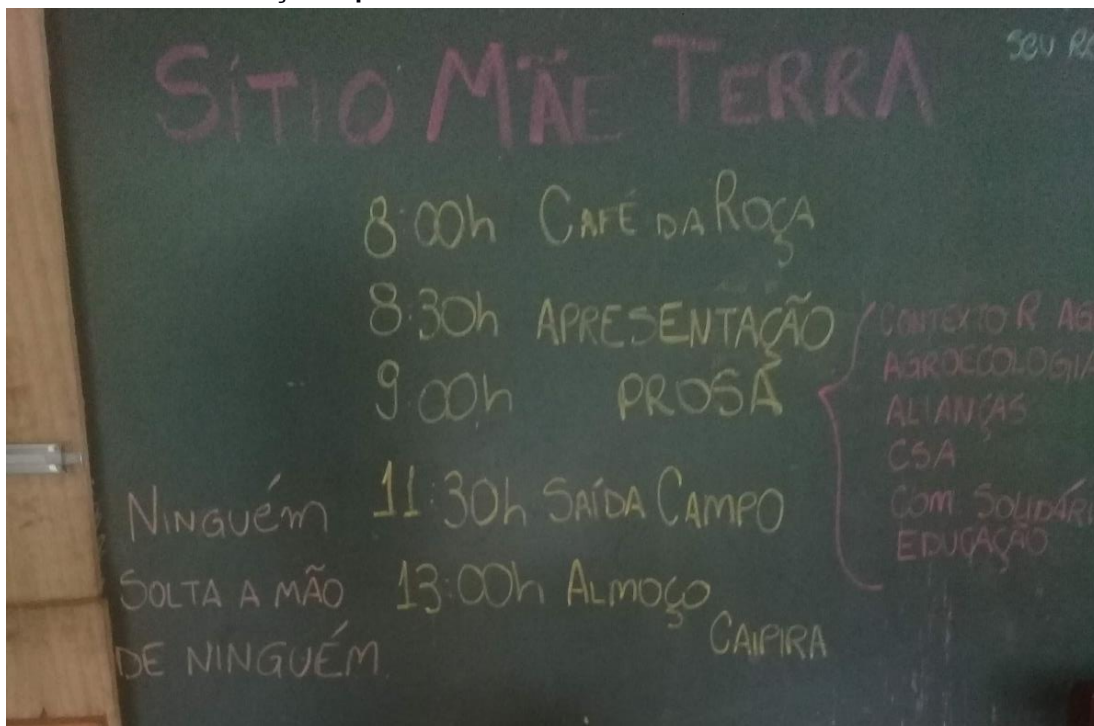


Foto: Fernando Freitas de Almeida (2018)

A sensibilidade das questões políticas é outro elemento que pode ser evidenciado durante a pesquisa, pois a todo momento, o debate político vem à tona nas conversas.

E são nestas conversas e articulações que podemos pensar no camponês a partir das relações comunitárias e associativas, e não somente como um sujeito isolado em seu lote.

Outra característica do local forjado pelo camponês é sua capacidade de desenvolvimento e realização de ações comunitárias e coletivas. Durante muito tempo a ideologia dos sujeitos foi analisada quase que exclusivamente por princípios econômicos, o que levou a uma interpretação generalizada dos camponeses. Mas, se verifica que as práticas associativas dos camponeses estão norteadas por um conjunto diverso e complexo de elementos. (FABRINI, 2006, p. 85)

Outro elemento de resistência diz respeito à constante visita no lote Mãe Terra, sobretudo de jovens interessados no debate sobre agroecologia, defensores da comercialização de produtos e outros vinculados aos programas de pós e graduação da UFSCar e da UNESP (Universidade Estadual Paulista) de Boituva.

Cabe ressaltar que estes jovens e demais visitas buscam um duplo envolvimento e na produção, através da comercialização; e nos trabalhos voluntários na produção e invariavelmente na luta política que neste momento é pautar sobretudo na bandeira de Agroecologia.

Esta aproximação dos camponeses com a universidade, com estudantes, jovens que passaram ou não pela universidade, gera uma troca de conhecimentos constante, ora reforçando a práxis camponesa de solidariedade, e ora trazendo algumas contradições.

Vários pós graduandos da UFSCar visitam, e quando eles visitaram e já começam a se a se sonhar e a se desenhar de como contribuir com a sociedade a partir da experiência vista aqui porque se nós estamos no solo precário, uma condição precária de infraestrutura e dá para marcar uma e ter uma posição de sinalização de avanço, imagina onde tem estrutura. (Maria)

Porém observa-se que não somente a visita no Lote, este movimento ocorre também no sentido ao contrário, pois há algumas articulações pontuais com a Universidade, sobretudo com NAAC (Núcleo de Agroecologia Apetê-Capuã) e com o curso de Geografia, ambos da UFSCar .

Na mesa do Abril Vermelho¹⁴, observa-se que além de ser composta por acadêmicos haviam assentados, que são frequentemente convidados para compor mesas nas universidades, estando lá como militantes e camponeses, mas também como intelectuais que põem a agroecologia em prática.

¹⁴ Mês marcado pela intensificação das lutas do MST e demais eventos em defesa da Reforma Agrária, foi escolhido este mês, pois que relembra os mortos no massacre de Eldorado de Carajás (PA).

Foto 11 Abril Vermelho NAAC



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2018)

Demonstra com tais fatos a articulação dos camponeses em torno da resistência, que dá-se na produção, mas também na articulação política interna e com a universidade.

Voltando ao Lote, em muitos momentos, os camponeses explicam, tal como se estivessem dando aulas ao ar livre, sobre diversos temas, como: tipo de sementes, produção consorciada, agrofloresta, produção tradicional, convencional, temas que os mesmos tratam com muita facilidade por estarem presentes no seu dia a dia.

Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não devem ser desprezados em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico. (FABRINI, 2006, p. 81)

A diversidade no cultivo é elemento presente no Assentamento como um todo, mas no Lote Mãe Terra, temos em todo o lote as plantas PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) como ora-pro-nobis, alface aquático, etc, feijão trocados com camponeses andinos da Bolívia, entre outras sementes que foram adquiridas em eventos e feiras de trocas presentes em eventos de agroecologia.

A lida na roça é quase sempre coletiva, tanto no processo de adubação, irrigação e principalmente quando precisam colher, sobretudo para o CSA que

buscam seus produtos todas as manhãs de segunda feira, sendo entregue as segunda à noite em Sorocaba.

O assentamento conta também com o trator que fica no lote, que é utilizado sobretudo no arar da terra para novos plantios, mas serve para outras atividades, como transporte de madeira entre outras coisas que tem uma exigência física muito grande aos assentados.

Foto 12 William guiando o trator de uso coletivo do assentamento



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2018)

Observa-se que o lote Mãe Terra se configura como centro político, cultural e social do assentamento Bela Vista, pois, passa por lá demandas de outros assentados, tem estrutura para reuniões, para a recepção de estudantes que trazem diversos questionamentos, sugestões e possibilidades.

O lote, dentro desta perspectiva, é visto dentro do seu valor de uso, dentro da moral camponesa, que difere da relação de mercado, pois é visto como lugar da reprodução da vida, não só econômica, mas onde é reproduzido a cultura, as relações. Neste sentido William coloca sua fala:

Morar na cidade me adaptei, é uma questão até de necessidade, que eu não tinha nem como ter um pedaço de terra e vir para o campo, então me adaptei, mas quando eu volto agora para o campo, e definitivo com sítio meu, com um lote de reforma agrária, para mim plantar volta, com uma outra responsabilidade né, porque naquele período não tinha muito responsabilidade, era criança, naquela época para mim, tudo era aventura, mas agora quando eu volto enquanto adulto, eu percebo que é muito mais; a vida no campo, ela é muito mais feliz e muito mais satisfatório do ponto de vista de ser humano de ser gente do que tá na cidade, então para mim morar no campo hoje, eu acho que hoje, eu sou uma das pessoas desse mundo privilegiadas por ter o espaço no mato, para morar no campo, então assim é o campo é um privilégio de todos aqueles que estão lá morando, explorando a terra, cultivando a terra. (William)

Outro elemento presente na fala é a felicidade de saber que como assentado que trabalha com agroecologia, ele não está agredindo o meio ambiente.

Para mim, às vezes felicidade é saber [...] que eu tô dentro de uma cultura, de uma linha de trabalho, que não agride o meio ambiente e que não agride a saúde das pessoas, a saúde dos animais, então para mim isso é muito melhor ainda, triplica essa felicidade e essa satisfação. (William)

A fala da Maria quando refere-se à eleição do Bolsonaro, traz a crítica como central, pois para ela, quando analisa-se a política de assentamento, qualquer governo, deveria considerar a relação dos assentamentos com a natureza. Tendo como critério central para analisar as políticas de assentamentos a transformação da paisagem e o serviços prestados ao meio ambiente:

Vamos ver uma transformação da paisagem tem muito mais passarinho cantando, porque vem comer a frutinha que a gente plantou, então esses serviços ambientais, não são contados, eu pensava que 2019 a gente precisava de ter um representante da Nação que conseguisse sistematizar essas qualidades; não é? Formada pelo seu povo né e eu não vi isso na sua proposta não, e eu estou muito preocupada; como é que eu vejo? Com preocupação, muita preocupação sabe.

E acrescenta na sua fala, a defesa da bandeira de reforma agrária, apontando o quanto os lugares onde foram feitos assentamentos possibilitaram um desenvolvimento local, regional e de qualidade de vida a jovens, adultos e crianças:

Porque a reforma agrária, ela para os assentados e para cada município que foi feito, ela diminui o conflito, porque dentro dos territórios de reforma agrária, tem comida para todos os jovens, crianças e adultos e esses jovens e crianças e adultos têm gerado no município aumento na arrecadação e também abre mais loja, posto de combustível, porque tem funcionamento do trator, escolas então aumenta arrecadação a partir dos transportes, tem mais emprego para quem faz transporte escolar, que vai passar na área rural para levar as crianças, em tudo né na cultura, então dá uma outra qualidade por município. (Maria)

Maria, quando compara sua vida atual àquela que poderia ter na cidade, coloca como maravilhosa sua relação com a vida no campo: *“Eu acho que é a melhor possibilidade que minha vida poderia alcançar, é boa. É boa, muito boa, se for fazer uma relação, entre essas condições para outras possibilidades é que estavam postas para mim, é maravilhosa”* (Maria)

Foto 13 Maria camponesa observando o lote



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2018)

Quando Maria fala do governo, traz uma consciência histórica profunda, demonstrando uma consciência de classe e um conhecimento como sujeito histórico.

O que tá dado, assim, são 500 anos de história, a gente já começa aqui com grandes latifúndios, capitânicas hereditárias e com sistema

Industrial , vamos dizer assim o agroindustrial que são os grandes engenhos modernos da época, já gestionando um controle gerencial, vão dizer assim, das populações para fazer sistema dá certo, dá certo do ponto de vista da concentração de renda e da exportação no período e implantou a monocultura e essa monocultura é concentração de renda e nisso tem um desrespeito, aí é um desrespeito e até não é só diz respeito né, do ponto de vista de valor mas também vamos dizer assim, uma destruição da natureza né, das matas das Comunidades nativas e daí também dos humanos das Comunidades humanas (Maria)

Quando fala da reforma agrária, Maria media em sua fala, o medo e a esperança, ou seja, a reforma agrária como esperança de mudança da sociedade, mas quando analisa a conjuntura, traz o medo de uma Contra Reforma Agrária ainda mais profunda

Reforma agrária ela vem para contribuir com a sua parte nesta evolução da nossa sociedade, é necessário, é mais que necessária, nesse momento, eu tenho esperança, mas ao mesmo tempo me dá um medo, porque a situação que nós estamos, ela pode ser feita, a reforma agrária para ajudar nessa demanda que a gente tem como sociedade brasileira, mas também pode ser feita a partir de outras iniciativas populares, para instalar a Barbárie, então mesmo tempo né, eu tenho sim convicção de que a reforma agrária é necessária e ela precisa acontecer para a gente ter esse salto, mas eu não tenho segurança de que ela aconteça por conta do que a gente tem visto por último aí no contexto dos políticos brasileiros. (Maria)

William aponta a esperança como a único caminho, mas em sua fala, ela vem acompanhada de luta, ou seja, é a partir da resistência que um dia a Reforma Agrária torna-se realidade.

A esperança que nos move né, então eu acho que enquanto eu estiver respirando em cima dessa terra, eu vou acreditar que um dia a gente vai fazer reforma agrária, mas é lógico com muita luta né, eu tenho esperança sim, porque eu acho que o dia que eu perde a esperança é porque eu já não presto pra mais nada, a vida para mim não faz sentido, porque a gente sempre desde que a gente teve essa consciência política, que a gente entendeu que a fome no Brasil, ela só vai ser resolvido, a miséria, ela só vai ser resolvida, com distribuição de terras, para o povo plantar comida, tem que ter comida na mesa povo e só vai ter comida com fartura e de qualidade, quando se fazer reforma agrária nesse país né, e eu acredito nisso piamente (William).

O lote Mãe Terra revela que são diversas as formas de resistência camponesa, conforme vimos; e que a mesma se modifica, mas o que sabemos é que perduram os camponeses ao longo de tempo, produz e se reproduz enquanto classe, se adapta, se reinventa.

A esperança contida na fala e na práxis do William e da Maria, nos permite pensar em um território de esperança, possibilitado a partir da luta que conquistou a concessão de fragmento do território do estado.

Foto 14 Lousa organizada para receber o almoço do CSA Coração no lote Mãe



Foto: Fernando Freitas de Almeida (2019)

O lote Mãe Terra é o território visto como possibilidade, como caminho, como esperança, pois, diante das contradições da sociedade capitalista, a resistência camponesa possibilita pensar em uma ruptura possível com este sistema.

É no Lote Mãe terra, tomando as palavras da Maria, onde *descascar abacaxi, descascar batata, ir para roça e falar abobrinha* que a esperança faz morada e nos permite pensar em novas possibilidades.

Considerações Finais

Mas eu acredito que um dia a gente vai conseguir distribuir terra para todo mundo, com o crédito, com todo o aparato para poder produzir, sou muito, sou muito otimista nessa questão da reforma agrária, vai demorar um pouco, mas acredito que vai sair, vai.[risos] (William)

A epígrafe guiará o tom destas considerações finais e foi esta esperança em uma reforma agrária, de uma mudança de estrutura do campo brasileiro, que a todo momento possibilitou a realização desta pesquisa.

Temos que as políticas de assentamentos que aconteceram no Brasil, diferem das reformas estruturais de outros territórios, neste sentido os governos vem operando em defesa do latifúndio e do agronegócio, sobretudo, nos últimos anos, influenciando diretamente a vida do camponês.

O Assentamento Bela Vista pontua como resultado de uma luta que tem raízes profundas na sociedade brasileira, que é a luta dos camponeses sem terra, que tiveram como principal período de luta, pós redemocratização, os finais dos anos 90, momento no qual este assentamento se territorializa.

Neste sentido, o assentamento é aqui entendido como ponto de chegada da luta dos trabalhadores sem-terra e como ponto de partida para garantir a reprodução dos camponeses no meio rural.

Cabe ressaltar, que em cada território e tempo histórico diversos foram os modos nos quais os camponeses encontraram para garantir sua reprodução, através de diversas formas de resistências, que diferem muitas vezes de períodos anteriores.

As resistências presentes no assentamento nascem como resposta a uma política agrária ínfima que acontece precariamente no Brasil. Esta resistência dá-se para além dos elementos políticos, pois estão presentes ainda, na cultura, na educação, no costume, na produção.

A partir de tal fato compreende-se o lote Mãe Terra como território de esperança, que a partir da ocupação de terra, tem na resistência, no modo de vida, nas relações de solidariedade e no respeito ao meio ambiente formas de garantia de sua reprodução como camponeses.

Por fim, a escala do lote, do sítio, como lócus da resistência da vida cotidiana dentro dos assentamento, faz-se fundamental ser analisada, pois

revela através do dia-dia dos camponês estratégias de resistência camponesas fundamentais para ser entendida na geografia.

Bibliografia.

ALENTEJANO, Paulo. A POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO TEMER: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 308-325, 2018

BOFF, Leonardo. Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas. (p. 26-31). CANUTO, A; LUZ, C. R. S.; ANDRADE, T. V. P. (coords.). **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Cadernos CPT. Goiânia: CPT Nacional, 2017.

BOGO, A. **Arquitetos de Sonhos**. 1º Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BOMBARDI, L. M. **O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. 1º ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária** (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo) São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2005. Tese de Doutorado.

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 14. São Paulo, 2003. (p. 107-117).

BOMBARDI, L. M. et al. Desafios da produção agrícola camponesa nos assentamentos de reforma agrária: Assentamento Milton Santos – Americana/SP In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 26. São Paulo, 2009. (p. 135-147).

BOSCOLO, D. **Projetos de estudos do meio em escolas públicas em Santana de Parnaíba-SP**. DG/FFLCH/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003.

BRASIL. Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009. **Diário oficial da União** - seção 1 - 10 de fevereiro de 2009, pag 1.

BRAZ, Marcones Ivo. SISTEMAS ALIMENTARES DE PROXIMIDADE: Produção agroecológica em circuitos curtos. in: **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. 2017, Curitiba. Anais do SINGA 2017. Curitiba: UFPR, 2017.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3º Edição São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CALDART, R. S. (org) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964; 11ª edição, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves OLIVEIRA, A. U.. O ESTUDO DAS QUESTÕES RURALISTAS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA. In: **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL. Costa Rica, 2011.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: **Gráfica e Editora Pe. Berthier**, anos 1985 – 1995. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. Relatório Brasil **DATALUTA 2016**. Presidente Prudente: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2017.

FABRINI, J. E. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p 63-91, jul./dez. 2006.

FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2003. Dissertação de Mestrado.

FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde**: A reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FELICIANO, C. A. **Terra em Disputa**: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2009. Tese de Doutorado.

FERNANDES, B. M. - **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra**: A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Depto. de Geografia - USP. São Paulo, 1994.

FERNANDES, B. M. **MST. Formação e territorialização**. São Paulo: Ed.Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST 1979-1999. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1999. Tese de Doutorado.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: **Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinoamericano**, 23., 2001, Washington. DC, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. La experiencia brasileña de lucha por la tierra y reforma agraria. In: FERNANDES, Bernardo Mançano . [et al.] **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y El Caribe**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários a prática educativa. 39º São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2009.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOMES, S. C. Estudando os Movimentos Sociais: Uma experiência de Estudo do Meio no MST. PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.) **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

GONÇALVES COSTA, S.H. ; OLIVEIRA, A. U. . O ESTUDO DAS QUESTÕES RURALISTAS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA. **Revista Geografica de America Central**, v. 2, p. 1-22, 2011.

GRAZIANO da Silva, J. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia**, Belo horizonte: 43-81, 1997.

LINO, A, C. Da identidade à busca da consciência social no assentamento horto bela vista: Um desafio para organicidade do MST. 2010. Trabalho apresentado no **Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais**, ARARAQUARA,2010.

LOPES, Claudivan Sanches; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estudo do meio: teoria e prática. In: **Geografia (Londrina)**, v. 18, n. 2, 2009. p. 173-191. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>. Acesso em: 04dez2012.

LUZ, F. C. et al. Os novos caminhos na luta pela reforma agrária: o caso da comuna da terra Irmã Alberta. In: **Anais do 19º ENGA**. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2009.

MARCOS, V.; FABRINI, J. E. **Os Camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARIANO, N. F. **Fogão de Lenha - Chapéu de Palha**. Jauenses herdeiros da rusticidade no processo da modernização. Dissertação de Mestrado DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

MARTINS, J. S. **O Cativeiro da Terra**, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

MARTINS, J. de S. **Camponeses e a política no Brasil**. 5º Ed Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994

MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra**. 9º Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

MATTEI, Lauro. A POLÍTICA AGRÁRIA E OS RETROCESSOS DO GOVERNO TEMER. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 293-307, 2018

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; FELICIANO, C. A. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 220-246, 2018

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: história e natureza

das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 21-71.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. Presidente Prudente: **REVISTA NERA** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MST.; **Cartilha do Programa Agrário do MST**, VI Congresso Nacional do MST. Brasília 2013.

MST; A História da luta pela terra. MST. **MST**. 2019 disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/> acessado: 15/07/2019

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro, **Revista Estudos Avançados**, VI 16 ,São Paulo:2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios: 68).

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo**. 6º ed. São Paulo: Editora Contexto,1994.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária - **Estudos Avançados**. Vol.15 nº.43. São Paulo Set./Dec. 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. **XIII EGAL - Encontro de Geógrafos da América Latina**. Costa Rica, 2011.

OLIVEIRA, A. U.. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie continua **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Cadernos CPT. Goiânia: CPT Nacional, 28-42, 2016.

PAULINO, E. TI. **Por uma geografia dos camponeses**. 2º Ed. São Paulo: Editora Unesp,2012.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. (p. 13-54). In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PONTUSCHKA, N. N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, J. W. (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas,SP: Papirus, 2011. pg 249-288.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva.** 2. ed. São Paulo. CERVE/FFLCH/USP, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Leandro Nieves **Por uma rebeldia mundial?** Formação e ação territorial da Via Campesina no Brasil. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: 2016. Dissertação de Mestrado.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. A. Notas Críticas sobre a Atualidade e os Desafios da Questão Agrária. In **STEDILE, João Pedro. A Questão Agrária no Brasil**, vol. 8. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

STEDILE, J. P. (Org). **A Questão Agrária no Brasil:** Programas de Reforma Agrária 1946-2003. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

STEDILE, J. P. (Org). **A Questão Agrária no Brasil:** A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEDILE, J. P. FERNANDES, B. M. **Brava Gente:** a Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo: 2012

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica.** São Paulo: Edusp, 2007.

WOORTMANN, K. - Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87** Ed. Univ. Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

APÊNDICE



William e Maria no lote Mãe Terra (2018)



Marinaldo separando os alimentos do CSA (2018)



Chico voltando da Lida na roça no lote Mãe Terra (2019)



A bandeira e o alimento como símbolo da luta do MST - Lote Mãe Terra. (2018)



O abril Vermelho como marca da luta do MST - lote Mãe Terra. (2018)



A música caipira e a luta indígena ocupando a Universidade - UFSCAR (2018)



Maria apresentando a produção agroecológica para alunos da Geografia UFSCar campus Sorocaba (2019)



Maria conversando sobre a produção agroecológica com alunos da Geografia UFSCar campus Sorocaba que estavam em trabalho de campo com a Professora Neusa de Fátima Mariano (2019)



William apresentando o arroz orgânico antes de descascado. (2019)